

COMISSÃO DE ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS DOS ESTADOS E MUNICIPIOS  
MINISTERIO DA FAZENDA

# FINANÇAS

## DOS ESTADOS DO BRASIL

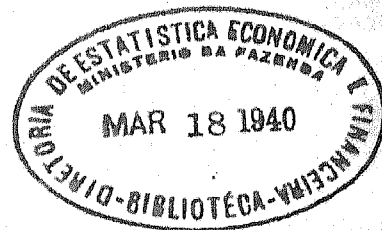
Á MARGEM DA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS EM 1933  
ORÇAMENTOS ESTADUAIS PARA 1932 E 1933

**VALENTIM F. BOUÇAS**  
SECRETARIO TECNICO

VOLUME II.

3.<sup>a</sup> EDIÇÃO

CORRIGIDA E AUMENTADA



RIO DE JANEIRO  
Typ. do JORNAL do COMMERCIO  
Rodrigues & C.

1934

## INDICE

|  | Pags. |
|--|-------|
| Membros da Comissão .....  | 1     |
| Introdução . . . . .   | 3     |
| Autorisação do Governo Brasileiro ao Sr. Valentim Bouças.....  | 4-A   |
| <i>A' margem da viagem aos Estados Unidos em 1933</i>  |       |
| Primeira Conferencia — The National City Company.....  | 5     |
| Segunda Conferencia — Dillon Read & Co. ....   | 9     |
| Terceira Conferencia — White, Weld & Co. ....  | 12    |
| Quarta Conferencia — First of Boston Corp. ....  | 14    |
| Quinta Conferencia — Ladenburg, Thalmann & Co. ....  | 16    |
| Sexta Conferencia — Chasse National Bank — Chasse, Harris, Forbes Corp.  | 19    |
| Setima Conferencia — Baker, Kellog & Co. ....  | 22    |
| Oitava Conferencia — Speyer & Co. ....   | 24    |
| Conferenciãs avulsas — Interessados no Brasil .....  | 29    |
| "    conversações diversas .....   | 31    |
| "    e Notas avulsas .....   | 35    |
| Correspondencia trocada em 1933 entre V. F. Bouças e os banqueiros ame-<br>ricanos . . . . .   | 39    |
| Carta enviada aos banqueiros .....   | 41    |
| Exposição geral enviada aos banqueiros.....  | 43    |
| Comitê americano dos emprestimos do Brasil.....  | 56    |
| Carta enviada ao Sr. Nenil Ford .....  | 60    |
| Exposição feita pelo General Waldomiro Lima sobre as dividas do Estado<br>de S. Paulo e plano rodoviario á Comissão de Estudos Financeiros.. | 65    |
| Reunião extraordinaria da C. E. F. E. E. M. ....   | 67    |
| Telegrama enviado por V. F. Bouças em 23-3-33 s/ o plano da divida ex-<br>terna de S. Paulo .....  | 73    |
| Resposta do Secretario da Comissão Dr. A. A. Maciel.....   | 74    |
| Cartas escritas por V. F. Bouças, em 1933, aos Drs. Oswaldo Aranha e<br>Antonio de Souza Costa .....   | 75    |
| Telegrama enviado a V. F. Bouças, em 5-6-33 pelo Banco do Brasil.....  | 76-A  |
| Carta ao Dr. Arthur de Souza Costa — 27 de Agosto de 1933.....   | 77    |
| Carta ao Dr. Oswaldo Aranha — 11 de Outubro de 1933.....   | 79    |
| <i>Orçamento Estaduais para 1932 e 1933</i>  |       |
| Confrontos das Receitas orçadas e das Despesas fixadas.....  | 81    |
| Observações . . . . .  | 83    |



|   |     |
|---|-----|
| Estado do Amazonas — Confronto das receitas .....                     | 91  |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 92  |
| " " Pará — Confronto das receitas .....                               | 93  |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 94  |
| " " Maranhão — Confronto das receitas .....                           | 95  |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 96  |
| " " Piauí — Confronto das receitas .....                              | 97  |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 100 |
| " " Ceará — Confronto das receitas .....                              | 101 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 103 |
| " " Rio Grande do Norte — Confronto das receitas.....                 | 104 |
| " " " " " — Confronto das despesas .....                              | 106 |
| " da Paraíba — Confronto das receitas .....                           | 107 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 109 |
| " de Pernambuco — Confronto das receitas .....                        | 110 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 113 |
| " " Alagoas — Confronto das receitas .....                            | 114 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 116 |
| " " Sergipe — Confronto das receitas .....                            | 117 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 119 |
| " da Bahia — Confronto das receitas .....                             | 120 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 122 |
| " do Espírito Santo — Confronto das receitas .....                    | 123 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 125 |
| " " Rio de Janeiro — Confronto das receitas .....                     | 126 |
| " " " " — Confronto das despesas .....                                | 128 |
| " de São Paulo — Confronto das receitas .....                         | 129 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 131 |
| " do Paraná — Confronto das receitas .....                            | 132 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 134 |
| " de Santa Catarina — Confronto das receitas .....                    | 135 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 137 |
| " do Rio Grande do Sul — Confronto das receitas .....                 | 138 |
| " " " " " — Confronto das despesas .....                              | 140 |
| " de Minas Gerais — Confronto das receitas .....                      | 141 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 143 |
| " " Goiás — Confronto das receitas .....                              | 144 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 146 |
| " " Mato Grosso — Confronto das receitas .....                        | 147 |
| " " " — Confronto das despesas .....                                  | 148 |
| Mapa demonstrativo das Receitas Estaduais orçadas para 1932.....      | 149 |
| Mapa demonstrativo ds Receitas Estaduais orçadas para 1933.....       | 157 |
| Estados do Brasil — Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933.. | 165 |
| Mapa demonstrativo das Despesas Estaduais fixadas para 1932.....      | 167 |
| Mapa demonstrativo das Despesas Estaduais fixadas para 1933.....      | 175 |
| Estados do Brasil — Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933.. | 183 |

**Membros da Comissão de Estudos Financeiros e Economicos dos  
Estados e Municipios creada pelo decreto n. 20.631, de 9 de  
Novembro de 1931**

1. — *Dr. Oswaldo Aranha*, Ministro da Fazenda.
2. — *Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade*. (Presidente).
3. — *Dr. J. G. Pereira Lima*.
4. — *Dr. Agenor de Roure*.
5. — *Dr. José Carlos de Macedo Soares*.
6. — *Major Juarez Tavora*.
7. — *Dr. Oscar Weinschenck*.
8. — *Dr. Eugenio Gudin*.
9. — *Dr. Joaquim Catramby*.
10. — *Dr. Alceu de Azevedo*.
11. — *Dr. Waldemar Falcão*.
12. — *Dr. Mario de Andrade Ramos*.
13. — *Dr. Luiz Betim Paes Leme*.
14. — *Valentim F. Bouças*, Secretario Geral e Representante Técnico dos Ministerios da Justiça e da Fazenda.

## INTRODUÇÃO

Os atos que se prendem á vida administrativa de um paiz não devem ser apreciados apenas sob o simples aspecto da leitura de um Decreto. Este representa em muitos casos, o resultado de trabalhos complexos, nos quais o respectivo Ministro dispende, diariamente, inumeras horas, mezes após mezes, estudando, observando e orientando-se para decidir.

Encerra este volume, na sua segunda parte, varios quadros referentes aos orçamentos estaduais nos anos de 1932 e 1933. Serviram esses elementos, na época em que foram elaborados, para ilustrar todo o nosso trabalho, quando durante seis mezes, de Janeiro a Junho de 1933, nos Estados Unidos, nos dedicámos a obter dados relativos á nossa divida externa, confrontando documentos e perscrutando os circulos financeiros, onde Estados e Municipios tinham interesses ligados.

Hoje, que é tão facil consultar todos esses elementos já agrupados e conferidos, hoje, que lemos em algumas paginas apenas, o plano final do pagamento das dividas externas (Decreto n. 23.829 de 5 de Fevereiro de 1934) poucos são os que pódem avaliar todos os passos, todo o tempo empregado na penosa tarefa, que finalmente coroou, com pleno exito, o programa traçado pelo Governo Provisorio.

Obedecendo ás instruções reservadas que nos haviam sido dadas por S. Excia., o Snr. Dr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, executámos durante a nossa permanencia em New York, um programa que póde ser, em parte, avaliado pela leitura dos relatorios inclusos. A publicação desses documentos torna-se necessaria, para que amanhã, quando fóra do poder, o esquecimento attingir os serviços prestados pelos atuais administradores, haja onde se possa buscar o necessario *credito* para cobrir os *debitos* que fatal-

mente virão, na fôrma habitual, sobre os que exercem cargos politicos de elevada responsabilidade.

No futuro, quando numa atmosphera de maior calma, nosso paiz houver retomado o seu surto de progresso, poder-se-á fazer a necessaria justiça a Sua Excelencia o Snr. Chefe do Governo Provisorio e ao atual Ministro da Fazenda, que no meio da mais tremenda crise politica que temos atravessado, não se descuidaram um só instante das suas grandes responsabilidades, ordenando medidas acauteladoras, em obediencia ao plano de reerguimento economico-financeiro do Brasil.

Ainda é cedo para apreciar os resultados. Entretanto, num ambiente, em que todas as idéias são combatidas, em que todos os homens de Estado sofrem guerra movida por interesses prejudicados, não deve ficar no esquecimento, sem publicidade, o historico dos elementos julgados necessarios á execução do programma traçado pelo Governo Provisorio.

VALENTIM F. BOUÇAS,  
Secretario técnico.

Gabinete do Ministro da Fazenda.

Rio de Janeiro, 5 de Janeiro, 1933.

N. 5 — Gabinete.

Sr. Valentim F. Bouças,

Secretario Técnico da Comissão de Estudos Financeiros e  
Economicos dos Estados e Municipios.

Pela presente, venho confirmar as instruções verbais e desejos, tanto de S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisorio como meus, afim de que, durante sua estadia nos Estados Unidos, procure coordenar, investigar, estudar os diversos assuntos pertinentes á Comissão de Estudos Economicos e Financeiros.

Recomendo-lhe, outrossim, examinar, com cuidado, os problemas referentes ao intercambio comercial do nosso País com os Estados Unidos, tais como as carnes congeladas, os vinhos do Rio Grande do Sul, café, trigo, etc., de tudo apresentando, em época oportuna, pormenorizado relatorio.

Aproveito o ensejo para apresentar meus protestos de elevada estima e consideração.

(a.) OSWALDO ARANHA,

Ministro da Fazenda.



## Primeira Conferencia

26 de Janeiro de 1933.

BANQUEIROS: — THE NATIONAL CITY COMPANY  
(Subsidiaria do The National City Bank of New York)

EMPRESTIMOS: — \$8,500,000  
\$8,000,000

DEVEDOR: — ESTADO DE MINAS GERAIS

LOCAL DA CONFERENCIA: — National City Bank Bldg, 55 Wall Street, 1  
PM ás 4 1/2 PM

PRESENTES: — Mr. V. Schoepperle — Vice-Presidente da City Company  
Hr. Durell — Vice-Presidente do City Bank  
Mr. Hart — Idem  
Mr. Moran — Assistente do Vice-Presidente  
Mr. Lloyd Blair — Assistente do Presidente do City Bank  
Mr. Stewart Pratt — Vice-Presidente do City Bank  
Mr. George Triant — Chefe da Secção Latino Americana

V. F. Bouças expoz:

O atual governo logo depois de assumir a direção do País tomou a seu cargo a tarefa de conhecer a fundo toda a situação econômica e financeira dos Estados e Municípios, muito especialmente daqueles que tinham dívida externa.

A desordem em que foram encontrados vários Estados, em matéria de finanças e administração, justificaria em qualquer país uma revolução como a que teve de sofrer o Brasil em 1930. Havia necessidade de uma nova mentalidade. Ela aí está, não para enganar, mas para evidenciar a realidade, e mostrar aos seus credores a situação tal como é, sem pretender, portanto, oferecer o impossível. Só a decisão corajosa do Governo do Dr. Getulio Var-

gas, que se viu obrigado a reduzir as despesas de mais de um terço do seu orçamento, quando a depreciação da moeda brasileira justificaria não um corte, mas um aumento, bastaria para recomendar o atual Governo Provisório. Mas, apesar de tudo, o acervo e a herança que lhe foram legados pelos Governos anteriores não permitiram ao atual Governo Provisório cumprir, como seria de seu desejo, todas as suas obrigações no estrangeiro, e assim se viu, quando o país não tinha mais uma só moeda ouro, forçado a recorrer a uma nova operação, como foi a do Terceiro Funding.

Para conhecer-se a situação financeira e econômica ds Estados e Municípios, foi criada uma Comissão que desempenha desinteressadamente essa incumbência; dela faz parte, como Secretário, a pessoa que vos falou neste momento.

Tinhamos necessidade de muitos dados e esclarecimentos, e por isso ainda hoje aqui me encontro a pesquisal-os, para o que espero contar com o apoio e cooperação dos banqueiros.

Continuando:

Não tendo a União meios para obter câmbio para si, *ipso facto* também não poderia dar aos Estados nem aos Municípios. Mesmo porque si o dêsse a situação cambial se agravaria de tal maneira, que não sabemos qual seria o destino do Brasil.

Assim, para que os Estados e Municípios, por sua vez, não viessem a dispender em outras verbas aquilo que, em papel, deveriam pagar os seus credores no estrangeiro, mandou o Governo Provisorio que os Governos Estaduais e Municipais, que não estivessem em condições de pagar em ouro, fizessem o seu deposito no Banco do Brasil ao câmbio de 6. Foi escolhida esta taxa, não só por ser a do Funding negociado pelo Governo Federal, como porque essa era a taxa da estabilisação e sobre a qual ainda assenta hoje a vida econômica dos Estados.

Persistindo, hoje como hontem, a mesma dificuldade, e achando-me atualmente nos Estados Unidos, desejaria, na qualidade de membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos, obter todos os elementos indispensaveis á análise das contas, como também gostaria de ouvir a opinião dos banqueiros sobre o que pensam dos seus devedores, e si têm alguma sugestão a fazer.

## RESPOSTA DOS BANQUEIROS

OBSERVAÇÕES:

Referiram-se eles lisongeiramente aos serviços prestados pela Comissão. Em seguida, passaram a referir-se ao projeto de decreto da nacionalisa-

ção. Julgam-no, em princípio, recomendavel, porém desde que seja o artigo número 2 OPCIONAL, sem o que, dizem, é um decreto em pura perda, pois nenhum portador americano desejará trocar um titulo ouro por *um papel*. Estará o portador disposto, pelas circunstancias presentes, a receber o seu coupon em papel, isto é, em mil réis, porém o principal não desejará trocar, porque ele julga que deve ter intacto aquilo que empregou: o seu capital dollar. É uma situação perfeitamente justificavel, principalmente quando se prova que os tomadores não estão em New York, mas sim espalhados pelos Estados Unidos, e tratar-se justamente de pessoas que preferiram comprar *bonds* a comprar *shares*. *Bonds* denominam-se aqui os títulos dos Góvêrnos, e *shares* ações das empresas particulares. Aqueles são sempre preferidos pelo povo que economiza anos após anos. Os compradores de *shares* são os que preferem arriscar nos negócios e assim sujeitam-se aos grandes lucros e ás grandes perdas. Eis porque é necessario tratar com muito cuidado os portadores dos "bonds". Em inquérito feito ultimamente por vários banqueiros norte-americanos, verificou-se que os títulos sul americanos, principalmente os títulos brasileiros, estavam espalhados por todo o centro dos Estados Unidos, e que a média era de \$3000.00 por tomador, sendo estes em maioria professores, de posição e recursos modestos. Esta explicação da preferência pelos títulos brasileiros por parte desse elemento parece ter explicação no fato de estarem eles mais aptos a conhecer os países estrangeiros; naturalmente a extensão territorial do Brasil e suas fontes de riqueza muito contribuíram para que preferissem os nossos títulos. Ha ainda a considerar o fato do Brasil ser conhecido como a terra do café, e todos estes elementos conjugados nos fazem pensar no futuro imenso que está reservado ao nosso país, se os nossos homens cuidarem mais a fundo de todos os nossos grandes e sérios problemas econômicos. Cada consumidor de café é indiretamente um propagandista do Brasil, porém é preciso ter muito cuidado porque da mesma forma com que o café serviu para fazer a propaganda dos títulos brasileiros colocados neste país, pôdem os tomadores desses títulos vir a ser os maiores inimigos do nosso principal produto. E sôbre este assunto, é necessario que não tenhamos ilusões, pois que outros concurrentes saberão explorar inteligentemente este ponto fraco da nossa história financeira. O Sr. Mc Kee, Presidente das Emprezas Eletricas Brasileiras (aqui denominada Electric Bond & Share) contou-me, corroborando neste assunto, o que se passa já na costa Oeste dos Estados Unidos, onde já se faz guerra aberta ao café brasileiro, citando nominalmente um dos maiores importadores, e que hoje não compra mais do que 20 % de café brasileiro para as suas necessidades. Só neste cliente o Brasil perde mais de 320.000 sacas anualmente.

Durante a conversação estes banqueiros salientaram um ponto que a mim havia passado despercebido, e que é o fato do Estado de São Paulo estar obtendo câmbio para dois dos seus empréstimos. Confidencialmente

me informaram estes banqueiros que o fato do Banco do Brasil fornecer câmbio para o Estado de S. Paulo, preferindo pois proteger os interesses de determinados banqueiros, ou País (referiam-se á Inglaterra), viria criar para nós uma situação talvez muito melindrosa, senão muitissimo grave, já que algum movimento se fazia perante Washington, com o fito de obrigar o Govêrno Americano a tomar medidas defensivas, isto é, aconselhando restrições cambiais contra o Brasil.

Seria, pois, necessário investigar acerca do caso das cambiais para o Estado de S. Paulo, dizem eles, em detrimento do bom nome que sempre aqui desfrutaram os Estados de Minas e Rio Grande do Sul.

Devo dizer que jamais havia prestado atenção a este caso, e em verdade, acabo de ter confirmação de que o Estado de S. Paulo paga pontualmente dois de seus empréstimos, obtendo sempre o necessário câmbio. Apenas um desses dois empréstimos, o do Banco do Estado, atrazou-se por motivo da revolução, mas já está pagando novamente.

Os banqueiros mostram-se admiradissimos por este fato, chegando mesmo a dizer que o mais honesto seria distribuir estas possibilidades cambiais do Banco do Brasil por vários Estados, o que daria talvez uma margem de 20 % sobre os seus créditos atuais. Estes 20 % seriam o bastante para levantar o crédito do Brasil e facilitar quaisquer negociações futuras. Porém esta concessão dada a determinados credores do Estado de S. Paulo, longe de facilitar, vae talvez trazer para o Brasil os mais sérios embarços, dados os estudos que estão sendo feitos, para serem encaminhados ao Govêrno Americano. Dizem eles que o nosso País ainda não sentiu os efeitos de uma verdadeira crise, pois que os Estados Unidos ainda compram café do Brasil, livre de direitos, não tendo ainda oposto nenhuma medida restritiva. Pelas conversações que tenho mantido, vejo sempre nas entrelinhas que algo de novo se está tratando contra nossos interesses, tendo como principal referencia este caso dos pagamentos do Estado de São Paulo.

Em resumo:

1. — Este credor está de acordo com o decreto da nacionalisação, desde que o artigo segundo seja opcional quanto á nacionalisação dos títulos, pelos motivos que atraz ficaram indicados.
2. — Proporia lembrar ao Govêrno Brasileiro obter que o Banco do Brasil oferecesse aos principais Estados de 20 a 25 % das suas necessidades ouro, terminando a concessão odiosa que, dizem, está sendo feita ao Estado de S. Paulo.
3. — Estes banqueiros têm muita simpatia pelo Brasil, estão dispostos a colaborar conosco, porém desejam que o Govêrno Brasileiro dê aos demais Estados as mesmas facilidades que está dando ao Estado de S. Paulo, ou então dividi-las proporcionalmente por todos.

## Segunda Conferencia

27 de Janeiro de 1933.

BANQUEIROS: — Dillon Read & Co.  
EMPRESTIMO de \$12,000,000.00 — Saldo \$7,680,000.00  
DEVEDOR: — Prefeitura do Distrito Federal  
REPRESENTANTE DOS BANQUEIROS: — Mr. Hayward  
LOCAL DA ENTREVISTA: — 1 PM LUNCH Midday Club.

Por V. F. Bouças foi explicado qual o principal objetivo da entrevista.

1. — Conseguir dados completos sobre o estado das contas, obtendo esclarecimentos sobre pagamento de coupons, etc., de acordo com os quadros preparados pela Seção Técnica.
2. — Explicar a situação anormal que o País vem atravessando com relação a falta de cambiais, depressão nas arrecadações de impostos, etc.
3. — Mostrar o programa de economia que o Governo Federal vem fazendo nos seus orçamentos, cortando cerca de 1.000.000 de contos na despesa, justamente quando em face da depreciação da moeda essa medida significava a maior força de vontade de um bom governo.
4. — Mostrar que enquanto o Brasil teve ouro, entregou-o todo aos seus credores, e que como herança da Revolução, havia recebido enorme saldo devedor no estrangeiro, saldo este que tem custado o maior sacrificio pedido ao povo brasileiro, para salvar o credito e a honra do país. Referia-se ao descoberto do Banco do Brasil.
5. — Mostrar que o Brasil foi obrigado a negociar um terceiro funding com seus credores, e consequentemente os Estados e Municípios, pelos mesmos motivos, não podiam cumprir, como seria seu desejo,



os proprios compromissos no estrangeiro. Que sendo negociado aquele terceiro funding, com o deposito da garantia do papel moeda na base de 6 ouro, *ipso facto* os Estados tinham de seguir a mesma orientação.

6. — Mostrar que sendo impossivel a transferencia de fundos, mas havendo mil réis depositado, a Comissão da qual faz parte gostaria de conhecer qualquer sugestão dos credores com o fito de construir a ponte para passar as dificuldades do momento.
7. — Mostrar que, de fato, o recebimento dos juros em mil réis e a consequente nacionalização dos titulos seria uma formula que o Governo Brasileiro e a Comissão, a seu ver, estariam dispostos a aceitar.
8. — Mostrar que o mil réis, num país rico e imenso como o seu, não deve ser mercadoria desprezível, pois esta moeda, dentro do Brasil, não perdeu o seu valor aquisitivo; pelo contrario, hoje com mil réis se compra maior quantidade de generos de primeira necessidade, pois muitos artigos baixaram de preço.
9. — Que o controle de cambio pelo Governo Brasileiro era uma medida de emergencia e pode-se dizer de salvação pública, pois o abandono desta politica, no momento, poderia precipitar o país na angustia e na miseria, com graves consequencias para os interesses nacionais e estrangeiros. Que o controle de cambio é talvez a maior chave de garantia para os interesses estrangeiros, apesar de a muitos parecer o contrario.
10. — Que o Brasil não tem nenhum interesse em criar dificuldades ao seu maior cliente que são os Estados Unidos, e que, pelo contrario, deseja ouvir sugestões e obter a cooperação dos banqueiros que têm seus interesses ligados aos nossos.
11. — Foi feita uma descrição da nova orientação politica do Govêrno Provisorio; o passado nosso, a herança recebida; tudo, enfim, relatado diante dos numeros, da verdade, e baseado no patriotismo que todos nós brasileiros devemos ter ao falar no Brasil.

Considerações de Mr. HAYWARD:

Tendo lido o projeto do decreto sobre a nacionalização, julga-o até certo ponto aceitavel, porém impraticavel diante da clausula obrigatoria de nacionalização. Pensa que se fosse opcional, e obtido o consentimento da Bolsa

de New York, para o destacamento dos coupons, seu resgate em mil réis, seria em principio aceitavel.

Julga necessario que aqueles que não quizessem receber, pudessem negociar um acôrdo com a Prefeitura, para estabelecer uma especie de funding, apenas transferindo, por meio de um ato official, os coupons de uma determinada época, para serem pagos, em consequencia, depois do ultimo vencimentos indicado em cada titulo. Exemplo, a Prefeitura, para aqueles que não quizessem receber, em mil réis, os seus coupons vencidos, e a se vencerem num periodo, digamos, de 3 ou 4 anos, passaria a paga-los na ordem respectiva depois do último coupon indicado no titulo.

Tudo isso, apenas como uma sugestão, pois como banqueiros, eles apenas podem sugerir e não propôr. Qualquer orientação nesse sentido, conjugada com a sugestão da City Company, para a remessa de 20 ou 25 % de cada crédito, seria interessante.

Lembra que a nacionalização do titulo traria uma situação de muita desconfiança, pois essas obrigações estão espalhadas pelo Interior dos Estados Unidos, na média de \$3000 por portador, e essas pessoas não conhecem outra moeda que aquela em que emprestaram.

E' um amigo nosso. — Tem a maior boa vontade. Conhece o Brasil, tendo viajado por quasi todos os Estados, exceto Mato Grosso e Amazonas.

## Terceira Conferencia

27 de Janeiro de 1933.

BANQUEIROS: — WHITE, WELD & Co.

EMPRESTIMOS: — \$ 1,770,000 Prefeitura do Distrito Federal  
\$30,000,000 Idem, idem  
\$ 6,000,000 Estado de Pernambuco  
\$23,000,000 Estado do Rio Grande do Sul.

LOCAL DA ENTREVISTA: — 40 Wall Street — 3 PM Presentes Mr. Weld e Consul S. Sampaio.

### *Observação:*

Por Mr. Hayward, de Dillon Read & Co., fui avisado de que estes credores estavam sobremaneira intransigentes, e que não queriam entreter palestras, etc.

Encaminhei a conversação com o maximo cuidado e embóra dizendo tudo quanto já havia explicado a Mr. Hayward e á National City Company, tive, entretanto, o cuidado de colocar-me em posição de quem pede conselhos, de quem quer acertar, porém cujas dificuldades imprevistas não permitem fazer o que desejaria. Empreguei os mesmos argumentos de ordem prática que os americanos usam no comercio e nas finanças, e como resultado tenho a mais grata satisfação de dizer que Mr. Weld receberá com a maxima consideração e transmitirá aos tomadores de títulos a mesma base indicada, isto é, o pagamento dos coupons em mil réis, tendo mesmo alviado que para o caso de Pernambuco estava até disposto a fazer diferença no total do emprestimo. Foi mesmo, posso dizer, até agora uma das conversações mais amistosas.

Em resumo: Esta firma, rejeita a proposta obrigatória de nacionalização dos títulos, porém julga muito aceitavel o pagamento dos coupons em

mil réis. Lembrou o caso da dificuldade da Bolsa de New York, mas para este caso alvitrei, que da mesma fórma como o Govêrno Brasileiro procurava obter solução para liquidar o impasse, tambem a Bolsa de New York, por sugestão dos banqueiros, poderia vir a fazer o mesmo.

Julga tambem que a hipotese do Govêrno Brasileiro permitir a exportação de 20 ou 25 % das necessidades de cada Estado (dos que estivessem em condições, — Minas, S. Paulo, Rio Grande) seria uma medida de grande alcance.

Esteve presente a esta entrevista o Consul Sebastião Sampaio.

## Quarta Conferencia

30 de Janeiro de 1933.

BANQUEIROS: — First of Boston Corp.

EMPRESTIMO — \$5,900,000 — Prefeitura de S. Paulo.

LOCAL DA ENTREVISTA: — Lunch no Whitehall Club, 17 Battery Place, 1 a 3 PM.

PRESENTES: — Banqueiro Mr. Nevil Ford.  
e Consul Sebastião Sampaio.

Mr. Nevil Ford além de fazer parte do First of Boston, pertence também á Comissão de Banqueiros encarregada de zelar pelos empréstimos americanos lançados na America do Sul.

Inicialmente o Sr. Ford mostra-se simpático ao Brasil, dizendo compreender, em princípio, as nossas dificuldades, porém que até agora não teve nenhuma noticia exata da situação, pois o seu representante em Buenos Aires, que esteve em São Paulo, não conseguiu enviar as informações precisas. A unica coisa que êle efetivamente sabe é que a Prefeitura de S. Paulo deixou de pagar os coupons desde 1931, e ao que parece atualmente não tem deposito em mil réis, para garantir os referidos coupons.

O Consul Sr. Sebastião Sampaio, como de costume, mui gentilmente explicou qual a missão de V. F. Bouças, acrescentando que êste estava preparado para responder as perguntas que êle desejasse formular. Acrescentou ainda vários argumentos em favor da situação do Brasil em face da crise econômica mundial.

Em seguida V. F. Bouças explicou a origem da Comissão de que faz parte, pois que Mr. Ford dêra a impressão de que não a tinha em grande



importancia, isto naturalmente porque, apesar das instruções, a Municipalidade nunca efetuou os depósitos em mil réis.

Explicada a razão de ser da Comissão, quais eram seus membros, e como trabalhava, o Sr. Ford passou a interessar-se vivamente, pelo que, o Sr. Bouças igualmente passou a explicar a atual situação econômica do Brasil o programa do Governo Provisório, as economias realizadas, as medidas acauteladoras tomadas no sentido da proteção dos interesses estrangeiros, etc. Excusado seria repetir o que já foi dito nas sùmulas anteriores.

V. F. Bouças expoz pormenorizadamente a questão do depósito em mil réis, a sua origem, etc. Explicou ainda o valor aquisitivo do mil réis, — o saldo da balança de pagamentos, o movimento comercial, a arrecadação das Alfandegas, etc.

Terminada a exposição do sr. Bouças, Mr. Ford julgou, em princípio, aceitavel a idéa do pagamento em mil réis, acrescentando que se o Banco do Brasil fornecesse após isso uma pequena percentagem que fôsse, de câmbio, isto serviria para despertar nos Estados Unidos uma grande boa vontade para com o Brasil. Que êles, aqui, compreendem as nossas dificuldades como as dêles, porém o que não podem compreender é o menosprezo por parte de grande número de devedores, que nem resposta dão ás perguntas que daqui lhes são dirigidas. Por isso, êles banqueiros ficam em posição constrangida perante os portadores. Foram êles, que endossaram moralmente todos os titulos colocados nos Estados Unidos, e agora, por isto mesmo, encontram-se em triste situação quando, por falta de noticias, nada pôdem informar.

Mostra o devedor uma pequena parcela de boa vontade, e estarão todos aqui dispostos a cooperar com o Brasil como deseja e espera o Sr. Bouças. É verdade que existem banqueiros e portadores de titulos cuja má vontade é patente, porém uma vez iniciada uma leal e mutua cooperação não será difficil obter uma fórmula que sirva aos interesses do Brasil, tomando como base inicial o depósito em mil réis e uma pequena parte de câmbio disponível.

Referiu-se ainda Mr. Ford á má impressão que aqui causa o tratamento dado a alguns empréstimos do Estado de S. Paulo, para os quais o Banco do Brasil tem fornecido cambio. Seria mais razoavel, honesto e justo que este câmbio disponível fôsse dado pro-rata a todos os Estados interessados.

Terminando a conferência, no meio de um magnifico ambiente de simpatia e confiança, Mr. Ford comunicou que participaria o resultado de nossa reunião aos seus colegas da "Committee", a quê acima nos referimos. Combinámos, igualmente, que seu banco preencheria os formularios dos empréstimos, que dentro de dois ou tres dias teremos de enviar, para servir de elemento ao nosso trabalho de contrôle da dívida externa dos Estados e Municipios. Nova reunião será efetuada mais tarde.

## Quinta Conferencia

31 de Janeiro de 1933.

BANQUEIROS: — LADENBURG, THALMANN & C.

EMPRESTIMOS: — \$10,000,000 Estado do Rio Grande do Sul  
\$10,000,000 Idem idem  
\$ 3,500,000 Municipio de Porto Alégre  
\$ 4,000,000 Idem idem  
\$ 2,250,000 Idem idem  

---

\$29,750,000

LOCAL DA ENTREVISTA: — Séde dos Banqueiros, 25 Broad Street  
Lunch e conversa geral, desde 1 ás 3 horas.

PESSOAS PRESENTES: — Chefe da firma, banqueiro Mr. Rosenthal, Mr. W. T. Rosen, Mr. Siegel (advogado), Mr. M. B. Lake e Mr. P. Rosenthal. Tambem estiveram presentes Mr. March e consul Sebastião Sampaio.

Inicialmente devo dizer que o sr. Rosenthal, o velho chefe da firma, é um dos mais vivos e perfeitos *gentlemen* que tenho conhecido neste país. De uma delicadeza extrema, faz perguntas muito atiladas, mas expõe o seu ponto de vista, sem preâmbulos, com a máxima lealdade, não usando a maneira classica dos banqueiros, que nada resolvem no momento e que deixam sempre uma porta aberta para continuar amanhã aquilo que podiam definir hoje. Explicou desde logo que a sua confiança nos Rio-Grandenses o havia feito afastar-se dessa agremiação que se tinha criado para associar os ban-

queiros em comissões destinadas a cuidar dos interesses dos portadores de títulos que tivessem sido colocados por intermedio d'êles. Disse Mr. Rosenthal que até êste momento não tinha visto nenhuma vantagem em tomar parte nessas reuniões, mesmo porque além da confiança que lhe merecia o Estado do Rio Grande do Sul, havia ainda a considerar que êles só se tinham dedicado a um Estado. Depois de expender mais algumas frases de cortezia, disse-me que não compreendia porque havíamos feito o depósito em mil réis ao câmbio de 6, nem tão pouco porque havia aparecido em seguida a proposta para pagar em mil réis. Pedia que eu explicasse, e ao mesmo tempo que relatasse a atual situação economica do Brasil.

Seria demasiado repetir aqui tudo quanto tenho dito, pois que não seria mais do que voltar a dizer aquilo que já tenho explicado na minha correspondência sobre as conferências anteriores. Devo dizer com franqueza que o que mais impressionou Mr. Rosenthal e todos os demais, foi o programa de economia feito pelo Governo Provisório, pois transformando-se em dolares, ao câmbio presente, o que era o orçamento anterior á revolução, e o atual, o confronto *é assombroso*. Fiz ver que o Dr. Oswaldo Aranha havia recomendado o depósito na base de 6 d., e por que agóra nós lhe oferecíamos facilidade para receberem em papel, isto é, para pagarmos aos que, voluntariamente, aceitassem os coupons em papel moeda. Tenho certeza de que não seria facil explicar melhor do que fiz a situação do nosso país. Nada esqueci. Seria necessário um volume para relatar tudo quanto aí falei em beneficio do nosso país e dos nossos homens.

Quando terminamos a nossa conversação, já podíamos constatar que os banqueiros julgavam PERFEITAMENTE ACEITAVEL e recomendavel aos portadores, o seguinte acôrdo:

1. — O Governo do Rio Grande do Sul, por si e pelas municipalidades, obterá do Governo Federal facilidade para câmbio de 20 a 25 % das necessidades, deixando o restante, isto é, os 80 ou 75 %, para ser pago em mil réis.

Alegam: —

Que fazendo isto, o Governo do Rio Grande do Sul mostrará aos Estados Unidos bôa fé e vontade de pagar, isto é, de respeitar os compromissos assumidos. Em recompensa, os tomadores americanos contentam-se com uma quarta ou quinta parte em ouro, e o restante para receber em papel, deixando-o no Banco do Brasil, em conta corrente, ou empregando-o em títulos ou na industria, agricultura, etc. Diz Mr. Rosenthal que ao Governo do Rio Grande do Sul não será difficil obter isto, pois que o Estado de S. Paulo o está obtendo em dois casos especiais. (Aqui se fala muito no caso dos banqueiros ingleses estarem tendo grande preferencia, o que acarreta sérias dificuldades para

o Brasil). Expliquei o caso do descoberto do Banco do Brasil, triste herança dos Governos passados, e devo informar que minhas palavras causaram a melhor das impressões. O caso da preferência dada aos ingleses ficou desfeito. Contudo, o pagamento dos empréstimos de S. Paulo continúa chamando muito a atenção, sendo necessário qualquer medida ou ato do Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Rosenthal mandou que me fossem facilitados todos os meios para obter os dados de que careço, porém desde logo autorizou-me a dizer ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Oswaldo Aranha, e ao Governo do Rio Grande do Sul, qual o pensamento dêles, e que afirmasse igualmente terem êles banqueiros a maior boa vontade em cooperar com o Governo atual.

Devo ainda acrescentar que é idéa do Sr. Rosenthal aconselhar o emprêgo do nosso mil réis destinado ao serviço dos empréstimos externos no proprio Brasil, em emprêsas ou fontes produtivas.

## Sexta Conferencia

1.º de Fevereiro de 1933

BANQUEIROS: — CHASE NATIONAL BANK  
CHASE, HARRIS, FORBES CORP.  
60 Cedar Street, New York.

EMPRÉSTIMOS: — \$8,500,000 Municipalidade de S. Paulo  
\$4,860,000 Estado do Paraná.

LOCAL DA ENTREVISTA: — 60, Cedar Street

PRESENTES: — Mr. Eddy, Vice-Presidente; Mr. Adam K. Geiger.  
De 3 às 5 horas.

Preliminarmente falámos a respeito da situação actual do Brasil em geral, terminando depois por estudarmos a situação do Estado do Paraná. Mostrei, então, as condições em que a revolução encontrou esse Estado, e o trabalho que tem tido para conseguir pôr em marcha a máquina administrativa. Referi-me, como nas conferências anteriores, ao papel que têm desempenhado no momento actual de nossa vida política as figuras de Getulio Vargas e Oswaldo Aranha. Nada foi esquecido. Depois passei a citar a acção do novo interventor, Sr. Manoel Ribas. Sem favor algum, referi-me á sua personalidade, á sua vontade de ferro e á sua preocupação exclusiva por uma severa e produtiva administração. Ficaram admirados, entretanto, que diante de tudo quanto eu dizia, não tivesse o Estado feito nem sequer em mil réis ao cambio da estabilização, o deposito da quantia que deveria ter reser-



vado de acôrdo com as instruções do Ministro da Justiça de então, sr. dr. Oswaldo Aranha. Fui obrigado a falar sobre a questão dos títulos-promissórias vencidos e a se vencerem e que apareciam por toda a parte. Os professores e os fornecedores não pagos, enfim, quasi toda a máquina administrativa na iminencia de paralização. Diante de tal situação, o govêrno tinha que viver DIA A DIA, e o que arrecadava era para pagar as necessidades diarias da administração. Entretanto, eu era testemunha da grande e decisiva dedicação do interventor Manoel Ribas, indo ao Rio de Janeiro, procurando acôrdo com os fornecedores, pagando-lhes com grande abatimento, mesmo até 60 % e ao mesmo tempo conseguindo que êles continuassem a financiar os novos fornecimentos. Tudo isto, ao par de muitos outros problemas, de ordem social, assunto de alta relevancia para o futuro do Brasil e consequente estabilidade dos novos Govêrnos. Depois de inumeras considerações, passámos a tratar do caso do Estado de S. Paulo, pois êles (os banqueiros) são tambem responsaveis pelo lançamento da Municipalidade. Queixam-se de falta de noticias, ultimamente, e da falta de remessa de fundos, o que vem trazer graves embaraços a todos os banqueiros perante os tomadores dos títulos. Seria demasiado repetir aqui todos os argumentos por êles alegados, pois que são quasi os mesmos emitidos pelos demais banqueiros, e referidos nos meus relatorios anteriores. Tratei então de defender a situação atual de S. Paulo, dizendo ser ao Interventor impossivel resolver todos os problêmas ao mesmo tempo. Era necessário considerar a crise do café, que trouxe como consequência a diminuição do valor locativo de S. Paulo, e excusado seria mostrar como isto afetára extraordinariamente o erario daquela Capital.

Continuei demonstrando, portanto, a impossibilidade em que se debatiam atualmente não só a Municipalidade como tambem o Estado de S. Paulo. Era necessário, por conseguinte, que houvesse uma cooperação entre credôres e devedôres, para que fôsse encontrada a fórmula conciliatoria para levar adiante um programa construtivo conveniente a ambas as partes.

Falei no depósito em mil réis, e no seu consequente pagamento aos portadores, etc. Frisei que a totalidade dos demais banqueiros estava de acôrdo em adotar um plano que encerrasse o pagamento em moeda nacional brasileira. Fiz nova alocação sôbre o valor do mil réis, e seu poder aquisitivo. Lembrei ainda o que me falou pelo telefone internacional o Dr. Luiz Aranha, isto é, que o Interventor Manoel Ribas desejaria muito incrementar a exportação da herva-mate para aqui. Os banqueiros mostraram-se dispostos a trabalhar por um programa tendente a aumentar a exportação, desde que grande parte do produto da mesma pudesse ser empregado no resgate dos títulos do Estado do Paraná, ou no resgate dos coupons. Assim estou certo de que êste caso dos empréstimos pôde perfeitamente ser uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de nossas relações económicas com os Estados Unidos.

Em resumo: —

Os banqueiros não rejeitam a possibilidade de um acôrdo para pagamento de 20 % em ouro, e o restante em mil réis, conforme nos temos referido. São inteiramente contrários á nacionalisação obrigatoria. Acham que sendo opcional, o Govêrno com tempo obterá os melhores resultados. Quanto ao atrasado, isto é, aos juros não depositados, nem pagos, não se referiram, e eu propositalmente não quiz iniciar essa conversação, pois julgo que devemos assumir apenas compromissos definitivos, de determinada época (presente) em diante. Os banqueiros estão dispostos a cooperar em algum plano tendente a fomentar a exportação.

Assim, êstes banqueiros, em principio, accitam o pagamento de 75 a 80 % em mil réis.

## Setima Conferencia

2 de Fevereiro de 1933

CORRETORES DE TÍTULOS: — BAKER, KELLOG & Co.  
96 Wall Street, New York.

EMPRÉSTIMOS — Lançaram por conta de ULEN & CO. e BANKERS' TRUST, o empréstimo do Estado do Maranhão, no total de \$1,750,000.

LOCAL DE ENTREVISTA: — Banker's Club — 1 ás 3 horas da tarde.

PRESENTES: — Mr. Kellog e Mr. Baker.

Esta firma está inteiramente ao par de todos os negocios de empréstimos do Brasil, no estrangeiro, especialmente nos Estados Unidos. O sócio da firma, Sr. Kellog, já percorreu toda a América do Sul, conhecendo muito bem S. Paulo.

Foram eles que lançaram, por conta de Ulen & Co., o empréstimo do Maranhão. Afirmam que a maioria dos títulos deste empréstimo achase entre pessoas residentes no Centro dos Estados Unidos. Falei-lhes das dificuldades que tem neste momento o Estado do Maranhão, a necessidade de novas instalações, principalmente para abastecimento de agua á Capital (S. Luiz). Disse-lhe tambem do desejo do Sr. Interventor, de obter uma redução nas taxas do algodão, uma vez que o contrato obriga a determinadas taxas, etc. O Sr. Kellog, mostrou-se desde o inicio estar ao par de todas as necessidades do Estado, alegando que o Sr. Baumeister, da firma Ulen & Co. já lhe havia falado: Quanto á modificação das taxas, alegou, em face das leis do país, isto é, dos Estados Unidos, que eles nada poderiam fazer, a não ser que fôsem autorizados por 3/4 dos portadores. Que em muitos casos vários banqueiros têm sido acionados na Corte de New York e em outras, pelo fato de terem concedido abatimentos, e outras modificações, sem prévio

consentimento dos portadores de títulos que, de fato, são os verdadeiros credôres.

Disse-me ainda o Sr. Kellog que, entretanto, estava disposto a providenciar afim de que essa maioria, isto é, os tres quartos dos portadores, concordasse, para então trabalhar em cooperação com os desejos do Inter-ventor do Maranhão.

Quanto ao plano da conversão da dívida, acham:

- 1 — Que esta deve ser opcional quanto á troca dos títulos.
- 2 — Que os juros atrasados devem ser depositados em mil réis e postos á disposição dos portadores.
- 3 — Que de certa época (atual) em diante, deveria o Brasil (Estados e Municípios) pagar parte em ouro, e parte em papel — julga que a fórmula de 25 % em cambiais, e 75 % em papel, seria perfeitamente aceitavel.
- 4 — Lembraram tambem, a permissão especial do Govêrno para a aplicação do dinheiro papel em aquisição de mercadorias, com livre exportação (sem obrigação de venda de câmbio) especializando, por exemplo, as mercadorias que não tivessem sido exportadas no ano anterior.

## Oitava Conferencia

3 de Fevereiro de 1933.

BANQUEIROS: — SPEYER & CO. — 24 Pine Street

DEVEDOR: — ESTADO DE S. PAULO

|                         |              |            |
|-------------------------|--------------|------------|
| EMPRÉSTIMOS: — 8 % 1921 | \$10,000,000 | 4,568,000  |
| 8 % 1925                | \$15,000,000 | 14,719,000 |
| 7 % 1926                | \$ 7,500,000 | 6,914,000  |
| 6 % 1928                | \$15,000,000 | 14,698,000 |
| 7 % 1930                | \$35,000,000 | 27,989,000 |
|                         | <hr/>        | <hr/>      |
|                         | \$82,500,000 | 68,888,000 |
|                         | <hr/>        | <hr/>      |

LOCAL DA ENTREVISTA: — Midday Club — 1 ás 3 horas

PRESENTES: — Mr. Speyer, banqueiro chefe da firma; Mr. Mallet-Prevost, procurador ("attorney") da firma; Mr. De Witt Milhauser, de Speyer & Co.; Mr. Carlton P. Fuller, da firma bancaria J. Henry Schroeder & Cia., e Consul Sebastião Sampaio.

Esta reunião foi talvez a mais importante, não só por se tratar de banqueiros mais em evidência em New York, como também por causa do valor dos empréstimos lançados por eles naquela cidade. Ha ainda a acrescentar que são eles os fiscais para vários outros empréstimos, realizados na Inglaterra e Holanda. São correspondentes de vários banqueiros importantes, como por exemplo, N. M. Rothschild & Sons, Baring Brothers & Co., Ltd.

Inicialmente, Mr. Speyer, apesar de toda a sua amabilidade, só tem em mira receber o seu dinheiro, de qualquer maneira, e qualquer oferta que o Brasil venha amanhã a fazer, ele sempre terá a pedir mais. A unica maneira de chegar, em futuro, a algum acôrdo satisfatorio com êsses banqueiros,

será preliminarmente a apresentação da situação real, nua e crua, do paiz, e em seguida pedir que êles mesmos ofereçam as bases de uma acomodação. Conhecendo esta base é que nós poderemos então discutir. A política a seguir com Mr. Speyer deve ser completamente diferente das demais. Devemos esperar que êle nos diga o minimo que aceita, para que nós possamos dizer o máximo que podemos pagar. Antes desta observação feita por mim, enquanto conversavamos e almoçavamos, fui verificando que ele era radicalmente contrário a qualquer acôrdo para pagamento em mil réis. Presente essas minhas observações, quando terminamos o almoço, fiz então o histórico das condições em que foi encontrado o Estado de São Paulo, o Brasil inteiro, após a revolução de Outubro de 1930, e dos esforços dispendidos pelo Govêrno atual. (Devo aqui acrescentar que Mr. Speyer estava um pouco prevenido contra o Govêrno Federal, achando que São Paulo é que deveria ter todo o cambio para seus empréstimos, já que éra o único Estado que por intermédio de sua exportação fornecia o ouro para todo o Brasil). O Sr. Speyer achava que não era direito deixar de pagar os empréstimos de São Paulo, para com as letras dêsse mesmo Estado pagar as responsabilidades do Govêrno Federal, e depois êste alegar que não tem câmbio para dar ao Estado de S. Paulo. Eu tomo a liberdade de chamar a atenção do Govêrno Federal para êste ponto, pois que em alguns casos de revoluções na America Latina, elas não fôram mais que um pretexto para a proteção de interêsses financeiros de terceiros. Merece alguma meditação êste aspecto do assunto, e creio não haver necessidade de adiantar mais, uma vez que possamos estar atentos a todos os outros.

Ante o ponto de vista em que se achava colocado Mr. Speyer, eu resolvi relatar todo o progrâma e bôa vontade do Govêrno Federal, em atender as necessidades do paiz, e do tratamento especial dado ao Estado de S. Paulo. Falei do plano do café, lembrando que embôra contra as idéas revolucionarias, o Govêrno atual não havia oposto embaraços ao mesmo; muito pelo contrario tinha cooperado de maneira notavel para que o programa da defesa do café e seleção de seus tipos fôsse levado adiante. Só para êste programa o Govêrno Federal havia consentido que o Banco do Brasil emprestasse somas bem regulares, enquanto que a outros Estados negava recursos deste mesmo Banco do Brasil. Falei igualmente da cooperação do Govêrno Federal formando o Secretariado em Maio de 1932. Daf em diante, não perdi mais uma simples oportunidade para relatar tudo quanto eu julgava necessário, apresentando números e fátos.

Seria necessario alongar-me um dia inteiro para escrever tudo quanto aí discutimos, pois Mr. Speyer tudo queria e quer saber, desde a balança de pagamentos, até a balança comercial. Qual o saldo. Como é empregado. Quando gasta o Govêrno Federal. Onde gasta e como aplica o ouro do saldo comercial.

Quando vi que Mr. Speyer julgava que o Govêrno Federal não deveria dar câmbio para atender ao comércio e sim dar preferência aos banqueiros,

eu disse-lhe que muito me admirava que um banqueiro inteligente como êle me dissêsse uma cousa dessas, tanto mais que êle deveria saber que o Brasil, hoje não tendo reserva-ouro, *ipso facto* só poderia ir buscar o ouro de que tanto precisava para, no futuro, pagar os seus credôres, no desenvolvimento do seu comércio de importação e exportação. Naturalmente, o Governo deixando de atender ás necessidades do comércio importador, mataria assim o único fertilizante para aumentar o seu comércio. E, sacrificado o comércio, a vida da nação sofreria imensamente, ao ponto de mais tarde encontrar-se o Brasil nessa situação: sem comércio, e não tendo com que pagar aos banqueiros. Fiz-lhe ver que os banqueiros eram uma consequência das transações comerciais. Sem estas, êles não existiriam. A prova êle deveria tê-la aqui mesmo em New York, onde os banqueiros passavam, neste momento, o mais grave transe de sua vida, justamente porque não tinham o comércio com o desenvolvimento registrado anteriormente. O Brasil sem o seu comércio amparado em primeiro lugar, jámais poderia pagar aos seus credores. Mostrei a diferença da balança de pagamentos. Mostrei-lhe que se S. Paulo fornecia letras de exportação, tambem era necessário que êle soubesse que os outros Estados do Brasil eram tambem clientes de S. Paulo. Que se S. Paulo vivia, era porque tambem vivia o resto do Brasil. Era preciso que êle soubesse que a politica protecionista do café havia agravado a vida de muitos Estados, como consequência da desvalorização da moêda já que a valorização do café é, a meu vêr, uma desvalorização da moêda. Mostrei como êle se achava mal informado sobre tudo quanto de fato se passava no Brasil principalmente quando quiz dar-me a entender algo sobre um possivel desmembramento do Brasil. Permitti-me chamar atenção de Mr. Speyer e de todos os presentes para o mapa do Brasil. Referi-me ao tratado de Tordesilhas, firmado no Século XV entre Portugal e Hespanha, para a posse de terras que se viessem a descobrir. Mostrei então o que ficou com Portugal, e o que ficou com a Hespanha. Mostrei que, enquanto a parte dos castelanos se dividia, formando os numerosos países, grandes e pequenos que constituem os povos hispano-amricanos, nós os descendentes de portuguezes haviamos conservado essa imensa União hoje chamada Brasil, que apesar de inumeras lutas internas, jámais alguém se lembrou de efetivar o seu desmembramento. O próprio caso do Uruguai era tão pequeno e discutivel que, na imensidade do nosso territorio, parecia uma gota dagua no oceano. Assim, a lenda da provavel independencia de São Paulo poderia ser atribuida aos resentimentos naturais após a luta civil que acabamos de ter.

Destruida essa parte, perguntou-me o que pretendiamos fazer então com respeito á nossa dívida externa dos Estados. Eu disse — vim aos Estados Unidos a serviço meu particular. O Governo nada me paga, porém fazendo eu parte de uma Comissão encarregada de estudar os problemas dos Estados e Municipios, julguei acertado visitar os banqueiros para



conferir as contas relativas aos empréstimos, e ao mesmo tempo verificar se eles, banqueiros, nos podiam fazer algumas sugestões, que, no final, viessem a melhorar a nossa situação econômica. Mostrei com números a situação do Brasil. O que havia encontrado o Governo atual o que este tem feito. O seu programa econômico, e a sua vontade de acertar, para dar-nos um Brasil melhor aparelhado. As dificuldades decorrentes da revolução de S. Paulo. O que tem sido feito desde então, e o que o Governo espera fazer.

Disse-me imediatamente Mr. Speyer que o que ele queria era que o Governo Federal entregasse a S. Paulo o que este tinha direito, isto é, todas as letras de exportação, pois não se compreendia que o Governo Federal usasse para si, deixando a maioria dos empréstimos de S. Paulo a descoberto. A este ponto respondi que o mal deles, banqueiros, era quererem considerar S. Paulo uma terra a parte do Brasil, o que constituia erro muito grande. Era necessário que ele compreendesse que o Brasil, logo após a revolução, encontrou um grande descoberto no estrangeiro, com a responsabilidade do Banco do Brasil. O Governo não podia deixar naufragar esse estabelecimento que era por assim dizer o ponto de apoio da economia nacional. Foram os banqueiros ingleses que se ofereceram ao Governo Brasileiro, auxiliando-o, dando crédito a curto prazo, para a liquidação desses milhões de libras. Essa responsabilidade que o Governo está pagando, não é somente a salvação do Banco do Brasil; é a salvação da economia nacional e salvaguarda de todos os interesses nacionais e estrangeiros.

Esta conferência, á medida que passava o tempo, tinha o grande mérito de transformar algo a mentalidade do grande banqueiro, pois que ele já principiava a indagar então qual seria a meu ver o meio melhor de chegar-se a um bom entendimento. Em resposta, disse-lhe que o Brasil não podia fazer sugestões, porém, não podendo fazer tudo quanto devia, procurava realizar tudo quanto podia. Mostrei quanto o Governo Brasileiro tomou emprestado desde o Primeiro Império, até o dia de hoje. Mostrei que mais de 40 % desse dinheiro já havia sido amortizado, isto é, mais de 40 % de capital, pois quanto a juros havíamos pago já quasi duas vezes o capital. Ora, devendo hoje o Brasil apenas 60 % do seu capital inicial, não me parece que este País não mereça confiança. Um país que teve em 1898 o seu cambio a 5 e dois anos mais tarde já o tinha a 18, era um país que mostrava quanto podia a sua vitalidade, desde que os seus credôres não o incomodassem, e que pelo contrário, fizessem como os ingleses em 1898, 1914 e 1931, cooperando com ele.

O Brasil se tinha os Estados Unidos como seu melhor freguês, deveria pensar que os Estados Unidos eram tambem a Nação que mais vendia para o Brasil. E' verdade que a balança comercial sempre foi favoravel ao Brasil, em nossas relações, porém hoje esse saldo é apenas a metade do que era anteriormente. Até 1928, essa média era de quasi 100 milhões de dólares, enquanto que hoje esse saldo baixou para menos de 50 milhões. Só aí nós tínhamos um prejuizo de mais de 50 milhões de dólares, que explicava perfeitamente os motivos da nossa situação atual.

Enfim, verificando que Mr. Speyer alvitrava a idéa de que S. Paulo deveria pagar 50 % em ouro e o restante em depósito papel moeda, eu respondi que isso, no momento atual, seria pretender o impossível. O mal de todos os banqueiros, disse eu, é que na ancia de obterem dinheiro muitas vezes chegam a levar o devedor a assumir compromissos que por se tornarem inexecuveis, fazem-lhe muitas vezes perder a cabeça. Eu pertencio á escola moderna. Digo apenas a verdade, e apenas recomendo aquilo que se póde cumprir. A meu ver, julgo que a não ser o pagamento em papel, outro qualquer arranjo, no momento, seria de execução muito difficil. Nêste momento Mr. Speyer alegou que êle não poderia jámais recomendar aos portadores americanos a aceitação de qualquer proposta que não incluísse uma parte em ouro, isto é, conforme disséra, 50 %. Eu então respondi: Até êste momento, V. S. nada informa e nada oferece aos seus amigos e clientes portadores dos títulos brasileiros. O Brasil desejaria pagar alguma cousa colhida dos seus recursos papel, que no final representam valor no nosso país. Entretanto V. S. prefere que nada seja pago aos seus clientes. Póde ser que essa politica seja boa, mas eu acho que, V. S. está errado. Para finalizar, devo dizer que Mr. Speyer, conquanto desejoso de refletir, em principio, julga apreciavel a nossa proposta para pagamento em mil réis, porém desde que haja algum pagamento em ouro. De outro lado, julga que o decreto deve ser tambem opcional. O advogado Mallet-Prevost deve seguir para aí no proximo sabado. Ele visitará vários países, ficando oito dias no Rio e em S. Paulo. Seria conveniente, pois, que o Sr. Ministro da Fazenda communicasse ao Interventor de S. Paulo para não ceder coisa alguma, fóra da oferta de mil réis. Posso garantir, sem receio de errar, que Mr. Speyer acabará aceitando a nossa idéa. Ficou de voltar a almoçar comigo, devendo procurar-me em meu escritório.

## Conferencias avulsas — Interessados no Brasil

23 de Janeiro de 1933

Mr. A. W. LAFFERTY — Ex-congressista — Estado de Oregon.

Inverteu cerca de 150.000 dollars em titulos federais e estaduais. Faz parte, como Secretario, de uma Associação de Portadores de titulos estrangeiros: FOREIGN BONDHOLDERS NATIONAL COMMITTEE, Inc. 270 Broadway. Ficou praticamente sem nada. Desejava saber as condições de vida no Brasil. Expliquei tudo quanto deveria dizer, declarando-me Mr. Lafferty que aguarda com anciedade a efetividade do decreto sobre pagamento em mil réis, e logo que este esteja publicado, partirá para o Brasil, onde deseja fixar residencia. Este senhor declarou-me que inumeros amigos e familias meio remediadas farão a mesma cousa.

Tomo a liberdade de chamar a atenção do Govêrno para este fâto, pois existem inumeras familias de lavradores americanos praticamente arruinadas, ás quais esta fôrma de pagamento em mil réis muito pôde servir, concorrendo para o nosso desenvolvimento economico. Deve ser motivo de uma atenção muito séria por parte dos Govêrnos estaduais a fixação de agricultores americanos no nosso país, o que teria duas altas vantagens: primeiro, evitar a emigração de capital do nosso país, e segundo, o estabelecimento de uma raça superior, com uma nova mentalidade, de que tanto precisamos.

Mr. CHARLES PAUL BROWN — Capitalista — Interessado em Minas de Ouro. 74 Trinity Place — New York City. — dia 1 de Fevereiro de 1933.

Deseja obter informações sobre a marcha da situação política no Brasil, principalmente em Minas Gerais, onde diz ter invertido dinheiro em exploração de minas de ouro. Tendo empregado mais de meio milhão

de dolares, dele e de amigos, desejava continuar, logo que tivesse certeza de nossa estabilidade politica. Faz as melhores referencias sobre o nosso pais.

Mr. KURT SCHERBER — da firma PASK & WALBRIDGE, 1 Wall Street,  
New York. Dia 3 de Fevereiro de 1933.

Firma de corretores officiais — Membros da Bolsa de New York. Dispõem neste momento de cerca de 50.000 contos, no Brasil, e desejariam obter do Govêrno facilidades, ou permissão especial, para importar, com liberdade de câmbio, mercadorias brasileiras que não tenham figurado ainda na estatistica de exportação do nosso País. Desejariam, igualmente, saber quais as mercadorias que poderiam ser exportadas. Pedem informações mais completas.

## Conferencias, Conversações diversas

Dia 6 de Fevereiro de 1933.

Lunch no THE NATIONAL CITY BANK, presidido pelo Vice-Presidente Mr. Durelle e assistido pelo seu assistente Mr. Moran, e mais o Vice-Presidente Hart. Compareceram ainda, além do Consul Sebastião Sampaio, o adido Comercial Dr. P. Hasslocher e mais os Diretores principais da Electric Bond & Share, United States Steel Corporation, Texas Oil Company, Standard Oil Co., International General Electric Co. e Mr. Frieler.

No fim do *lunch* o representante da U. S. Steel Corp. iniciou a conversação, perguntando-me como é que o Brasil se arranjará, se o Governo Americano, com o fim de proteger os exportadores americanos, providenciase para que nenhum dolar fosse para o Brasil, sem que todos os exportadores fossem pagos. "Sim", acrescentou, "porque não vemos motivos algum para comprarmos aqui o café, pagarmos largas quantias em ouro, e depois o mesmo País (Brasil) responder que não tem ouro para nos dar". Respondi: Preliminarmente devo informar que não estou em missão oficial do governo brasileiro, nem tampouco sou funcionario federal, e se aqui estou é porque, na qualidade de secretario da Comissão de Estudos Economicos, procuro obter dados e informações para essa Comissão. Entretanto, particularmente, poderia responder: Que se os exportadores americanos isso pretendiam, teriam como consequencia o mesmo resultado que teve o homem que matou a galinha que punha os ovos de ouro... A conversa generalizou-se, porém depois de ficar perfeitamente entendido que eu poderia responder sob minha responsabilidade pessoal, não tendo minhas palavras ne-

nhum cunho oficial. Ficou assim estabelecido meu pensamento, que resumo a seguir:

#### PENSAMENTO GERAL

Todos queriam saber quais as condições exatas do câmbio no Brasil; quais as providencias que o Governo estava tomando; por que dava mais câmbio e, mesmo, a preferencia, aos inglezes; por que permitia o governo o câmbio negro; — deram a entender que pessoas influentes do Banco do Brasil, e talvez de fóra, estivessem mancomunadas em desviar o cambio legitimo, para obter cambio para vender fóra. Quais as providencias que o governo estava tomando; que a maioria dos presentes recebia constantemente propostas de cambio negro; que o governo alimentava esse comercio ilegitimo, deixando 10 % do cambio dos exportadores livremente a ser usado por estes, etc.

Preliminarmente respondi e expliquei quais eram as nossas condições, e desequilibrio da nossa balança de pagamentos, o descoberto deixado pelo Governo passado, no Banco do Brasil; o auxilio da Casa Rotschild e a consequente obrigação do Governo Brasileiro em pagar esse compromisso de honra, que salvou não só os interesses nacionais, como tambem os dos estrangeiros. Que esse compromisso estaria, possivelmente, liquidado em junho, quando o Governo Federal procuraria desenvolver a sua nova orientação cambial. Que não havia nenhuma atenção especial pelos inglezes, e que mesmo que houvesse, dever-se-ia ao fato de terem estes concedido um tratamento especial para ajudar a regularisar a situação do Banco do Brasil perante os mercados financeiros da Europa e da propria America, logo após a revolução de 1930.

Que eu poderia garantir que o maior desejo do Governo Brasileiro era cooperar com os Estados Unidos, não só porque inumeras vezes fóra eu testemunha de conversas do Sr. Ministro da Fazenda, como tambem pelas declarações do Dr. Getulio Vargas. E tanto isso era verdade, que o Governo, compreendendo a impossibilidade de ter a situação comercial resolvida, sem primeiro resolver a situação econômica e financeira dos Estados e Municipios, procurava por todos os meios regularisar esse assunto, podendo eu mesmo ser disso testemunha, pois que para isto estava eu agora trabalhando. Afirmei, respondendo a uma pergunta, que de fato estava encontrando muito boa vontade por parte de todos os banqueiros, e que eu estava seguro que, resolvida esta parte, consequentemente ficaria resolvida a parte comercial, tanto mais quanto as nossas dificuldades comerciais eram apenas o reflexo do nosso desequilibrio na balança de pagamentos.

Em seguida, foi-me perguntado pelo representante de UNITED STATES STEEL CORPORATION quais as providências que estava tomando o Governo Brasileiro, para evitar que os milionarios brasileiros estivessem importando artigos de luxo, como por exemplo, automoveis, etc., dificultando desta

maneira que exportadores mais antigos recebessem cambio relativo aos seus compromissos vencidos. Os créditos destes estão, conseguintemente, gelados.

Nesta altura o Consul Sampaio explicou que infelizmente o Brasil não possui o que eles aqui chamam de MILIONARIOS, e que naturalmente o preço da mercadoria estrangeira, e as dificuldades em obter câmbio, eram, a seu ver, a maior proibição que estava havendo no Brasil, para a importação desses artigos, etc. Retrucou ainda o interpelante, que de certo haveria brasileiros que gastavam o seu dinheiro, ou o seu crédito, cá fóra, quando para esses casos o Governo Brasileiro deveria tomar providencias. A isto respondi: De fato o Brasil tem homens que têm crédito cá fóra; o exemplo eu dou já, mencionando a pessoa que vos fala neste momento. Tendo aqui o crédito de alguns dollars, veio POR SUA PROPRIA CONTA estudar a situação dos créditos americanos perante os governos estaduais e municipais, — e consequentemente auxiliar os proprios interesses dos que ali estavam presente. Era assim que os brasileiros faziam com o crédito que tinham cá fóra. Entretanto, para mim, seria mais fácil e comodo, ficar no Rio e vender esses dollars no CAMBIO NEGRO...

Continuando, foi lembrado que o GOVÉRNO BRASILEIRO, após o mez de junho, depois do último pagamento á casa Rothschild, deveria abrir as portas do câmbio, não mais exercendo o controle, etc. Tambem foi lembrado que para esses créditos comerciais o Governo emitisse NOTAS A CURTO PRAZO, a dois ou três anos, para que os interessados pudessem negociar-as. Por sua vez, o Governo lançaria mãos do dinheiro papel lá depositado. Afirmaram que assim estavam fazendo outros governos.

Expliquei todas as dificuldades por que tem passado o Governo, etc. O programa de economia que tem feito. Como tinham sido encontradas as finanças, etc., etc.

Dia 6 de Fevereiro — 3 e meia da tarde.

BANQUEIROS: — LEE, HIGGINSON Corp.  
37 Broad Street, New York.  
Vice-Presidente: Mr. HALLOWELL.

São banqueiros que se encarregaram de lançar vários empréstimos estaduais, como do Rio Grande do Sul, Paraná, etc.. Não figuram nos contratos, porém trabalharam por conta e em conjunto com os banqueiros que contrataram os empréstimos.

Queriam saber a situação de todos os empréstimos, e quais as intenções do Governo Brasileiro. Qual o resultado de minhas visitas e conversações com os banqueiros aqui, etc.

Limitei-me a repetir o que já tenho dito a todos os banqueiros, isto é, a razão por que havíamos proposto o pagamento em mil réis. Deixo de repetir o que já disse nas demais entrevistas, por julgal-o desnecessário.



CONCLUSÃO

Recebem com agrado o decreto, desde que não seja obrigatório a nacionalização dos títulos cujo coupon tenha sido apresentado para o recebimento em mil réis.

Não têm dúvida em recomendar aos portadores aqui que recebam em mil réis, desde que o Governo dê facilidades para obter pelo menos de 20 a 25 % dos seus créditos em ouro.

Referiram-se também á preferencia que se estava dando aos inglezes, tendo respondido, explicando a inverdade desta noticia espalhada nos Estados Unidos.

## Conferencias e Notas avulsas

Dia 7 de Fevereiro de 1933

Mr. ERB — Hotel Martinique

E' portador de inumeros titulos de varios Estados e Municipalidades. Era homem de fortuna, e tendo deixado a sua vida comercial, empregou todos os seus recursos na aquisição de titulos sul americanos, especialmente brasileiros.

Encontra-se praticamente na miseria, alegando já ter ido a Washington pedir providencias ao Govêrno Americano. Que este lhe havia dito que, quanto ao Govêrno do Perú, o Govêrno Americano iria tomar providencias, mas quanto ao Brasil, nada podia fazer, no momento, uma vez que aquele estava ao par das providencias encaminhadas. Que lhe haviam aconselhado a falar comigo. Depois que expliquei toda a situação, o pobre cidadão mostrou a melhor boa vontade para conosco, e disse que tão depressa tomasse o Govêrno Brasileiro qualquer providencia, ele seria o primeiro a recomendar aos seus amigos que tambem accitassem, etc.

Mr. EDWARD B. GROSSMANN — Chicago Beach Hotel  
51st & The Lake, Chicago, Illinois.

E' portador de vários titulos. Está de acôrdo com o decreto que o Govêrno Brasileiro tem em estudo. Deseja apenas que o Govêrno não demore com as providencias, pois deseja ir fazer uma viagem de turismo com a familia, e assim gastará no Brasil o dinheiro que tem a receber em juros.

Lembrou ter escrito uma carta ha mais de um ano, propondo receber em mil réis, ao câmbio ao par.

Dia 8 de Fevereiro de 1933.

Mr. LESTER ZIFFREN — Correspondente da United Press.

Veu visitar-me e conversou algum tempo comigo, para ter alguma idéa, e assim poder fazer um telegrama circular. Aproveitei, para declarar o que convinha, dando perfeitamente a entender a minha posição, etc.

Dia 8 de Fevereiro de 1933.

BANQUEIROS — BANCAMERICA, BLAIR Corp.  
44 Wall Street  
New York City.

EMPRESTIMO: — \$4,000,000,00 1932 — MUNICIPALIDADE DE S. PAULO

PRESENTES: — Mer. Elmer Granville Burland  
Mr. Robert C. Adams (ambos vice-presidentes).

LOCAL: — Lunch no INDIA HOUSE, William Street — 1 ás 3 horas da tarde.

#### OBSERVAÇÕES

Inicialmente se queixaram da falta de informações sobre a situação financeira da Municipalidade. Que a principio estavam ao corrente de tudo, porém que ultimamente nada mais sabiam. Um dos pontos que mais interessa a estes, bem como aos demais banqueiros, é a falta de noticias sobre os recebimentos dos impostos que foram dados em garantia. Dizem eles que este fato é de alta importancia e relevancia, pois os titulos fôram oferecidos, mencionando determinadas garantias, etc. Expliquei o que eu pensava a respeito, não deixando de lembrar as dificuldades para uma capital como a de S. Paulo que, em virtude da crise, encontra a sua receita diminuida, emquanto que os compromissos se avolumaram, em virtude da segunda revolução, etc. Expliquei a razão do decreto para pagamento em mil réis, etc., etc. Depois de ouvidas as minhas explicações, e conformados com o fato de que os inglezes não estavam tendo melhor tratamento, deram a entender que não havia razão para também não aceitarem um acôrdo nos moldes aceitos pelos demais credores aqui nos Estados Unidos. Devo informar que estão com a melhor das disposições, aliás, como todos eles. Estão dispostos a fazer recomendações a todos os portadores, desde que, pelo menos, possam ter a certeza de receber uma parte do câmbio á vista.

Quanto aos juros vencidos estou procurando convencer que a única solução é o depósito em mil réis.

Dia 10 de Fevereiro de 1934.

CONFERENCIA E ALMOÇO COM OS DIRETORES DA TEXAS OIL  
COMPANY

LOCAL: — EDIFÍCIO CHRYSLER.  
42nd Street, New York City.

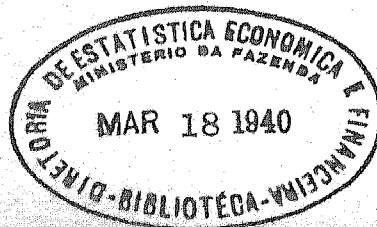
PRESENTES: — T. Rieber Vice-Presidente  
R. Ogarrío, idem  
C. E. Woodbridge, Tesoureiro  
L. H. Lindemann, Assistente de Tesoureiro  
E. C. Epelman, Sub-Gerente.

CONVERSAÇÃO — ASSUNTO

Mr. Rieber esteve presente ao lunch que me foi oferecido pelo National City Bank, no dia 6 do corrente, porém como ele não gostou da maneira por que fui interpelado pelo representante da U. S. Steel Corporation, resolveu convidar-me para um lunch, no seu próprio "office", e assim pudemos falar mais francamente. Em principio eles mostraram o desejo de ver o seu dinheiro transferido para aqui. Querem cooperar conosco, e, assim, inicialmente, informaram-se sobre a nossa situação financeira e economica, para poderem fazer uma idéa geral do estado em que se encontra o Brasil, e possivelmente para nos ajudar.

Depois que tudo expliquei, os diretores ficaram de acôrdo em que fôsse recomendado aos seus banqueiros, que são em suma, os banqueiros dos proprios Estados e Municipios, para que cooperassem da melhor maneira, amigavelmente, no sentido de encontrarmos uma fórmula conciliatória para ajudarem o Brasil a resolver as suas dificuldades econômicas.

Eu devo chamar muito particularmente atenção para esta conferencia tanto mais quanto não se deve esquecer que as Companhias de Petróleo representam uma das maiores forças financeiras do mundo atual. E desde que possamos ter a boa vontade delas, só poderemos lucrar. Expliquei as grandes vantagens que o Brasil apresenta, no futuro, para o óleo, emprego da gasolina, etc., considerando a nossa extensão territorial e outros fatores não menos importantes. Disse-lhes que, em vez de procurarem tirar o dinheiro do Brasil, deveriam empregar esse dinheiro lá mesmo, em estradas de rodagem, etc. Que a gasolina estava sendo hoje a maior concorrente do transporte ferroviario. Que aos países, como o Brasil, de gran-



des extensões, eles deveriam dar um tratamento especial, não procurando tirar o capital. O que eles necessitavam, não era apenas ter gerentes para vender os seus produtos; deveriam ter homens mais em contacto com os nossos financistas governamentais para ajuda-los a estudar os problemas que pudessem influir no nosso desenvolvimento economico.

Inumeros problemas novos aparecem em cada conversação e se me refiro a eles, é porque possivelmente amanhã poderemos precisar desses esclarecimentos.

CORRESPONDENCIA TROCADA EM 1933

ENTRE

VALENTIM F. BOUÇAS

E OS

BANQUEIROS AMERICANOS REPRESENTANTES  
DOS PORTADORES DE TITULOS DA  
DIVIDA EXTERNA  
DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

## Tradução da carta enviada aos banqueiros

19 de Abril de 1933.

Senhores: —

Confirmo pela presente a nossa entrevista, aproveitando-me desta oportunidade para juntar os elementos representativos do resultado das investigações a que procedi durante a minha estadia aqui, e que em minha opinião são necessários para que VV. SS. possam chegar a uma decisão imediata e definitiva relativamente ás dívidas estaduais e municipais do Brasil.

VV. SS. lembrar-se-ão de que declarei, na ocasião da nossa primeira entrevista, que a única capacidade oficial de que me achava investido era, e continúa a ser, a de pedir informações necessarias ao contróle de nossas obrigações externas, incumbência que me fôra determinada por disposição legal. No que toca aos restantes procedimentos e conversações, foram produto de minha própria iniciativa pessoal, inspirada pelo desejo de servir o meu país e os portadores de seus titulos e obrigações.

Como brasileiro, penso que todo cidadão tem o dever de salvaguardar o crédito de seu país, empregando, se preciso fôr, seus recursos particulares. A' primeira vista, pôde isto parecer gesto heroico, porém no final de contas, pouca importancia tem diante do sacrificio de vidas que a guerra impõe, em defesa da patria. Portanto, assim como todos os países têm soldados que em tempo de guerra dão suas vidas em prol de sua patria, é também perfeitamente natural que estes mesmos países tenham em tempo de paz outra qualidade de soldado, empenhado em batalhas econômicas, e disposto a sacrificar seu tempo e interésses particulares.

Tal é em princípio a nova mentalidade que no momento atual dirige os destinos da patria brasileira. Estamos todos empenhados em trabalhar por



um Brasil mais respeitado por todas as nações do mundo. Os documentos que aí vão, elaborados com toda franqueza e lealdade, contêm prova de que o Brasil deseja viver ás claras, sem subterfugios nem reticências.

O mundo tem até hoje sofrido grandemente do uso da linguagem chamada "diplomática", que consiste em dizer muito e bem pouco fazer. Tal orientação é que lançou a maioria das nações no caos financeiro e econômico em que se acham atualmente. O Brasil, sob a orientação do Presidente Getulio Vargas, e os Estados Unidos, guiados pelo Presidente Roosevelt, acham-se empenhados na alta tarefa de pôr termo a essa deplorável diplomacia, que tão nociva se tem mostrado para os interesses da humanidade.

Devemos, portanto, fazer um esforço urgente e supremo no sentido da solução pronta e definitiva do problêma que até hoje nos tem mantido num verdadeiro impasse. Desejaria que VV. SS. estudassem com cuidado estes documentos e observações, e me sentiria feliz si, ao chegarmos a um acôrdo, obtivessemos a solução prática, honesta, justa e rápida do magno problêma.

Em conclusão, desejaria que VV. SS. me escrevessem, usando para comigo a mesma linguagem que tenho empregado para com VV. SS., e expondo definidamente seus pontos de vista.

Este trabalho não está custando a VV. SS., ao meu país ou aos portadores de titulos um unico centavo, porque é um dever que me foi imposto pela confiança que em mim deposita o atual Govêrno Provisorio do Brasil. A unica recompensa que espero e desejo é obter a solução do grave problema da recuperação do nosso bem estar econômico e financeiro.

Com a mais elevada consideração, me firmo

atenciosamente

V. F. BOUÇAS.

## Tradução da "Exposição Geral" enviada aos banqueiros em Abril de 1933

Quando aqui cheguei em meados de Janeiro ultimo, tive o prazer de conferenciar com V. S., expondo a exata situação econômico-financeira dos diversos Estados e Municipalidades do Brasil onde V. S. tinha ou ainda tem interesses financeiros. Tive o ensejo, então, de me referir ás finanças do Brasil tanto quanto se prendia ás dificuldades do cambio, dificuldades essas que pioraram consideravelmente devido á depreciação da moeda, que teve o efeito de tornar proibitiva, se não de fáto impossível, a aquisição de ouro para fazer face ás nossas obrigações no exterior.

### QUESTIONARIOS — INFORMAÇÃO PARA A CONTA DE CONTROLE DE EMPRESTIMOS

Em seguida á minha exposição pedia V. S. a gentileza de encher o formulário em branco que mandei, cujo fim principal era de organizar todás as informações que pudessem preparar o caminho para uma fiscalisação completa pela Comissão de Estudos Financeiros e Economicos, de todos os empréstimos contraídos pelos Estados e Municipalidades do Brasil nos Estados Unidos. As respostas a estes questionários foram dadas de um modo perfeito, tendo sómente um número limitado de banqueiros exigido pagamento para fornecerem a informação requisitada, sob a alegação de que um tal pedido requeria um trabalho consideravel, etc. Contudo, de uma fórmula ou de outra, estou sinceramente reconhecido a todos os banqueiros pela sua extrema gentileza e atitude inteiramente equitativa que tiveram com o abaixo-assinado dando á Comissão de Estudos Financeiros e Economicos, representada por mim, todas as informações que lhes pedi, na qualidade de seu Secretário.

NOVA MENTALIDADE BRASILEIRA

Para ilustrar o método reto do trabalho que caracteriza a mentalidade que presentemente tem a responsabilidade dos destinos do Brasil, informei a V.S. no curso da nossa conferência de numerosos detalhes da nossa situação política até então desconhecidos de V.S., inclusive o motivo da nomeação da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos. Provei claramente que nenhum membro dessa Comissão recebia qualquer remuneração pecuniária ou compensação de qualquer outra natureza pelos seus serviços e que somente pelo grande desejo de trabalhar para o Brasil é que esses membros dedicaram grande parte de seu tempo, mesmo com sacrifício de seus próprios recursos e interesses. Apontei a situação em que a revolução de 1930 achou as finanças do país, especialmente a dos diversos Estados e Municipalidades e quanto capaz foi o Governo Provisório, no meio da perturbação político-social, de achar meios para proteger os interesses tanto internos como externos, pelo controle do câmbio indo ao ponto de fiscalizar as cambiais referentes à exportação. Como complemento à informação verbalmente prestada por mim, mandei traduzir para o inglês alguns dos Relatórios que apresentei à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos, com o único objetivo de provar que a nova mentalidade ora dirigindo os destinos do Brasil está vivendo numa atmosfera de absoluta liberdade, pois que nesses relatórios há críticas sobre o próprio Governo e também sobre a orientação seguida pelo mesmo a respeito de diversos assuntos. Tais críticas foram posteriormente justificadas pelo Governo Federal que continúa a prestar o seu inteiro apoio à Comissão de que sou membro.

POLÍTICA DE INTERESSE GERAL E NÃO REGIONAL

Talvez V. S. ainda se recorde que diversos banqueiros e outras pessoas altamente colocadas neste país me dirigiram críticas muito ásperas contra o Governo Brasileiro por este não dar, como eles reclamavam, liberdade nas transações cambiais assim como em negócios, exercendo desta maneira um controle demasiadamente severo sobre as finanças de vários Estados que poderiam pagar as suas dívidas, se não fossem as grandes restrições impostas pelo próprio Governo Federal. A essas críticas respondi dizendo que no curso de sua administração o Governo Federal não podia cuidar somente dos interesses de uma certa região mas dos interesses de todo o país. Sendo este o caso, todas as medidas tomadas pelo Governo, eu estava certo, não foram com o intuito de criar embaraços particularmente a este ou aquele Estado, mas destinadas pelo Governo na sua perspicácia, para salvaguardar e proteger os interesses de toda a população do Brasil. Alguns banqueiros se permitiram dizer que havia boatos de uma possível tendência por parte de um ou mais Estados no sentido de uma separação, o que podia

resultar mais tarde na divisão do Brasil no caso do Governo Federal continuar a criar dificuldades ao serviço da dívida externa de um ou outro Estado que tinha os seus próprios recursos obtidos pelas cambiais referentes á sua exportação para pagamento de suas dívidas. Provei quanto era errada essa suposição, porque a simples leitura da história do Brasil desde o tempo de sua descoberta até hoje, mostraria a mesma configuração geográfica. Enquanto o restante da América se dividiu para formar diversos países de descendência Hispanica, o Brasil descendendo dos Portuguezes conservou a mesma integridade territorial e os mesmos princípios de unidade nacional. Este exemplo passando pela prova incontestavel de 400 anos, devia servir como resposta definitiva a todos que, porventura, tivessem pensado no desmembramento do Brasil. E' verdade que em momentos de perturbações apparecem casos esporádicos de manifestações para o que se chama "independência regional"; porém isto se póde explicar como sendo mais uma revolta nascida de interesses regionais do que dos interesses da coletividade. Quando em 1494, o Tratado de Tordezilhas deu aos Portuguezes a posse de todas as terras que fossem descobertas a 370 léguas a Oeste do Cabo Verde, e a Hespanha as outras terras restantes, daquele momento até o actual a unidade espiritual que preside a raça Brasileira, foi firmemente estabelecida. As terras sob o dominio Hespanhol foram pouco a pouco divididas formando diversos países enquanto as terras sob o nome de Brasil permaneceram sob o mesmo nome até hoje tornando-se mais e mais integradas e agora formam este grande blóco que fará do Brasil um dos mais fortes e mais prósperos países do futuro.

Portanto, essa união sagrada que fórma uma nacionalidade inteira, devia servir como uma garantia e um objeto de confiança a todos aqueles que têm interesses no Brasil e devia uma vez para sempre eliminar essas idéas de uma possivel separação, porquanto todos os Brasileiros vêem sómente uma Pátria fórte e unida legada a eles pela História através de mais de quatro séculos.

CRISE — CONTROLE DO CAMBIO EXEMPLO DOS EE. UU.

Imediatamente após, em sequencia dos fatos aqui expostos, os Estados Unidos foram vitimas de uma das maiores e mais sérias depressões económica e financeira da sua história, o que colocou o Governo Federal na necessidade de declarar uma moratória bancária por alguns dias, para permitir que fossem tomadas medidas indispensaveis dentre as quais: um embargo sobre a exportação do ouro e o contróle do cambio, etc. Até um certo ponto eu fui tambem atingido por essas medidas, tendo minha conta paralisada num banco privando-me por algum tempo de movimentar o dinheiro que tinha em depósito. Longe de criticar a administração norte-americana pelas medidas postas em execução, senti ser do meu dever concordar com

elas, pois, sou uma dessas pessoas que acham que somente os próprios governos podem ajuizar e determinar as medidas que se tornam necessárias para a proteção dos interesses nacionais quer de caráter político, econômico ou financeiro. Daquele momento por diante tive a oportunidade de assistir neste país uma coisa verdadeiramente maravilhosa — a começar pela ação enérgica do Presidente Roosevelt até a confiança sinceramente religiosa do povo Americano — que simbolisa, por estes acontecimentos históricos, a verdadeira grandeza deste país. As palavras do Presidente Roosevelt na véspera da reabertura dos bancos são palavras que, no futuro, serão mencionadas como verdadeiramente mágicas, não por serem palavras que pretendem demonstrar o alto talento oratório de quem as proferiu, mas por causa de sua simplicidade, de sua sinceridade, da verdade nelas contida, que trouxe como resultado este efeito unico sobre o estado psicológico do povo Americano, que prontamente se converteu do pessimista e desconfiante em otimista e confiante.

#### A DECISÃO DE ROOSEVELT — AÇÃO

Em seguida, esse mesmo Presidente, agindo realmente de uma maneira dinamica, com a responsabilidade de Chefe supremo do Governo, prosseguiu na sua obra de contrabalançar as dificuldades que se apresentavam com a pertinácia da força de sua vontade aliada á ação decisiva no saber como resolver e vencer.

Quando lemos o seu livro "LOOKING FORWARD" — (Olhando para diante) e comparamos o tempo que decorreu desde 4 de Março até esta data, experimentamos e realmente sentimos um grande respeito por ele, visto que, em menos de 30 dias, converteu em realidade todo um programa anteriormente concebido.

#### EQUILIBRANDO O ORÇAMENTO — LIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Dentre os pontos principais do seu programa, porém, decidi pelo momento, e com aplicação ao caso especial do Brasil, escolher aquele que trata do EQUILIBRIO DO ORÇAMENTO. Está suficientemente provado que, sem este fator essencial a confiança não póde voltar e nenhuma medida póde ser posta em execução com perspectivas de sucesso. Confiança e a volta de prosperidade dependem de um orçamento equilibrado. Roosevelt resolveu adotar essas medidas com uma mão de ferro e com grande assombro de todos está prosseguindo na sua consecução. Um orçamento equilibrado é o alicerce sólido do edificio politico-economico-financeiro. Sem esse alicerce nenhum edificio poderá subsistir. Os Estados Unidos nos



ofereceram esta maravilhosa lição quando o *deficit* orçamentário acumulado durante um período de 4 anos chegou á importância estonteante de cerca de 5 bilhões de dolares, e o país foi jogado do cume da prosperidade ao vale escuro da depressão e do desânimo.

O PODER DE ROOSEVELT — MAIS TRABALHO PARA MENOS PALAVRAS

Roosevelt foi um vencedor quando disse: "Now it is too late to be easy" — (Agora é demasiadamente tarde para ser facil). Esta frase é de tanto alcance e tão brilhante que os Americanos ainda não puderam compreender bem a sua extensão nem lhe atribuir todo o seu valor real.

FACILIDADES CAMBIAIS — EMPRESTIMO DE ROTSCHEILD — PAGAMENTO — PROTEÇÃO DE INTERESSES ESTRANGEIROS

Nós no Brasil queremos tambem sair do vale de incerteza e depressão e subir ás montanhas da prosperidade. Embora país novo e rico, ainda não conseguimos o gráu de desenvolvimento político e econômico que se possa comparar com o dos Estados Unidos. Os erros do passado acumulados durante muitos anos conduziram o país á sublevação de Outubro de 1930, quando, uma nova administração foi estabelecida que poderá abrir novos horizontes aos destinos do Brasil. Enquanto isto estava se operando em nosso país, as condições econômicas e financeiras do mundo inteiro pioraram, e junto com elas os problemas que o novo govêrno tinha de resolver, foram se avolumando. Dentre estes, destacava-se a defesa do crédito do maior instituto do país: o Banco do Brasil, cuja situação no inicio do novo govêrno era excessivamente precária á vista de sua divida em descoberta que requeria atenção imediata. A casa bancária de Rotschild, em Londres, nossos banqueiros ha mais de um século, nos supriu com os fundos necessários para vencermos esta situação premente da qual dependia a sorte do Brasil bem como a proteção do capital invertido tanto pelos capitalistas nacionais como pelos estrangeiros. Para esse fim foi negociado um empréstimo, a curto prazo, cujas datas de vencimento foram posteriormente alteradas, tendo sido prorogadas devido ás dificuldades criadas pela depressão universal. A liquidação dessa obrigação era portanto uma condição SINE QUA NON para o estabelecimento de paz no país e representava uma taxa de seguro que estavamos pagando para o efeito da proteção e para o beneficio dos interesses nacionais e estrangeiros, como anteriormente dissemos.

OPINIÃO DE KENT

Esta explicação é necessária e é um dever á vista das queixas feitas contra o Governô Provisório de ter dado preferênciã aos Ingêses, em vez de distribuir todas as letras de câmbio disponiveis entre os outros interessados, especialmente áqueles dos Estados Unidos, os nossos melhores clientes. Felizmente essas queixas não encontravam simpatia entre pesôas de responsabilidade neste grande país, e folgo em mencionar especialmente o nome do Professor Frederik I. Kent, com quem tive recentemente o ensejo de falar e que exprimiu o mais alto respeito e amizade para o Brasil, dizendo que compreendia perfeitamente a razão dessa preferênciã dada pelo Brasil nos pagamentos aos Ingêses e revelou estar bem ao par das nossas dificuldades. Ademais, o Professor Kent declarou-se pronto a receber e considerar qualquer opiniã ou sugestã que pudesse auxiliar na soluçã dos problêmas relacionados com o intercâmbio comercial entre o Brasil e a América do Norte.

MOTIVO DE PAGAMENTO EM MIL RÉIS

Finalmente cheguei ao ponto principal almejado, o qual é exatamente justificar a razão do pagamento das dividas externas em mil réis.

RAZÕES

I

V. S. deve compreender que os Estados assim como as Municipalidades organizam seus orçamentos em mil réis, nossa moéda nacional. Os empréstimos obtidos por essas unidades da Republica foram convertidos a uma certa taxa de câmbio, e de acôrdo com isso foram calculadas as despesas para o pagamento de juros, amortizaçã e comissões. Entretanto, dificuldades econômicas se manifestaram em toda parte do mundo e o Brasil, entre os países, foi um dos primeiros a sentir seus efeitos ruinosos. Durante os ultimos mêses, a receita ouro de outras fontes desapareceu, e assim o Brasil só poderia contar com a da balança comercial para o pagamento de suas obrigações mais urgentes, e isto compeliu o Governô Federal a adotar medidas extremas, tal como o controle do câmbio e outras, que assegurassem a continuidade da administraçã do país num ambiente de socego.



II

Todas essas medidas, porém, não eram de força suficiente para garantir a manutenção das taxas de câmbio que regulavam em 1929, de modo que dentro de pouco tempo os Estados e Municipalidades assistiram á diminuição de suas receitas enquanto suas despesas aumentaram grandemente. A' vista disso os orçamentos sofreram uma desorganização e devido á incerteza das taxas de câmbio para a conversão de suas dividas externas, muitos Estados e Municipalidades, em alguns casos pela falta de recursos e em outros pela falta de câmbio, deixaram de pagar suas obrigações no exterior.

III

Foi então que, para manter o princípio de respeito dos contratos e ao mesmo tempo assegurar o equilibrio do orçamento, o Govêrno Federal ordenou aos Estados e Municipalidades que por aqueles motivos estavam impossibilitados de efetuar pagamentos no exterior, fizessem o depósito de uma importância equivalente a esses pagamentos em moéda nacional á taxa de câmbio de 6. Essa taxa foi fixada por diversas razões:

1. Porque era a taxa existente em épocas normais e sobre a qual era então baseado, como continúa a ser presentemente, o nosso custo de vida. O mil réis tem atualmente no Brasil o mesmo poder aquisitivo que tinha em 1929.
2. Porque a essa taxa os Estados e as Municipalidades podiam fazer alguns esforços para equilibrar os seus orçamentos.
3. Porque tinha sido a essa taxa que o Govêrno Federal negociára com os financistas inglêses e realizára os depositos de mil réis quando se fez o ultimo *fundîng* das dividas federais.
4. Porque assim agindo, o Govêrno Federal estava procurando proteger os direitos dos credôres estrangeiros e evitar que os govêrnos dos Estados e Municipalidades, embora autonomos, pudessem, sob a desculpa da falta de câmbio, enveredar pelo caminho perigoso de se esquecerem de saldar os seus compromissos, como infelizmente tinha acontecido, no passado, com alguns Estados da União.
5. Porque isto constituia uma razão sempre presente ao devedor da responsabilidade que pesava sobre êle do pagamento de suas obrigações.

Enquanto isto acontecia, o Governo vinha procurando, como aliás ainda procura por todos os meios, regularizar os seus problêmas, economicos e financeiros.

Agóra que os detalhes instrutivos foram obtidos e que estou pronto a regressar ao Brasil, desejaria como favor pessoal e não na minha função official, conseguir a cooperação de todos os banqueiros responsaveis pelos empréstimos lançados pelo Brasil neste país, para poder executar um programa pelo qual os portadores Americanos de titulos pudessem ser protegidos e ao mesmo tempo poder oferecer aos Estados e Municipalidades do Brasil uma oportunidade de retomarem os pagamentos de suas obrigações, já que o povo Brasileiro se encontra numa atitude amistosa para com o povo Americano e resolvido a respeitar os seus compromissos. Essa declaração é plenamente demonstrada pela lei organica que regulou a orientação a ser seguida pelo Governo Provisório, assegurando em principio o reconhecimento do direito e validade de todos os contratos feitos até aquella época, desde que não tenham sido elaborados com intuito doloso ou com má fé.

O povo Brasileiro quer produzir, trabalhar e deseja cumprir com suas obrigações; mas, quando uma pessoa não pôde fazer tudo que deve faz tudo que pôde. Presentemente o Brasil não pôde pagar todos os seus compromissos em ouro. Fazer um acôrdo pelo qual esse pagamento deva ser efectuado em dólares, libras esterlinas ou francos, encerra desde o começo o intuito de não cumprimento do compromisso tomado. Se é uma questão de não os observar, então não devemos tocar no assunto e deixemos as cousas tais como estão... De outro lado, a nossa consciencia nos diz que temos de pagar e devemos pagar. Portanto, precisamos no momento, construir uma ponte que nos dê uma passagem para o outro lado das nossas dificuldades atuais. V. S. sabe que com o nosso dinheiro pôde se viver perfeitamente em nosso país. V. S. não ignora o fâto de que com o mil-réis pudesse, em nossa terra, comprar propriedades, fazendas, terrenos, ações, diversas espécies de titulos, mercadorias, etc. Não é portanto uma moéda sem valor mas uma moéda cujo valor é proibitivo quando é uma questão de a utilizar na compra de outra moéda defendida por ouro. Porque então proibir ou criar dificuldades aos PORTADORES DE TITULOS BRASILEIROS nos Estados Unidos de movimentar ou usar a renda desses titulos no Brasil? Um país não é uma casa comercial. Um estabelecimento comercial fecha, retira-se de negocios sob a pressão de grandes comoções financeiras, porém, um país especialmente novo e rico como o Brasil nunca fechará e nunca desaparecerá. V. S. não deve desconhecer que ha um grande número de portadores de titulos Brasileiros que deseja residir no Brasil; ha outro que quer receber e usar o que lhe é devido em milrêis no nosso país. Sendo este o caso, na minha opinião seria mais acertado, mais sincero e mais equitativo, informar esses portadores de titulos de toda a realidade dos fatos; de que vários desses empréstimos foram negociados sem a

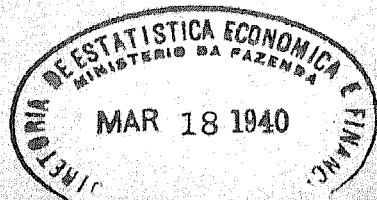


necessária cautela não somente por parte das administrações anteriores dos Estados e Municipalidades mas também por parte de alguns dos intermediários, talvez banqueiros, que na sua avidez de ultimar o negocio para ganharem as comissões, não hesitaram de aconselhar a compra dessas apólices aos seus patricios sem primeiramente investigar cuidadosa e detalhadamente a situação econômica e financeira de alguns dos Estados e Municipalidades. Esta foi uma das razões que compeliu o povo Brasileiro a se levantar em revolta, armas na mão, para expulsar de seus postos onde estavam desperdiçando o patrimonio nacional, alguns políticos perniciosos. Da outra parte V. S. talvez não ignore o fato de que ha alguns empréstimos feitos pelo Brasil no exterior, e alguns neste país, cujo produto nunca foi recebido no Brasil quer em dólares quer em seu equivalente em mil réis.

BASES POSSIVEIS PARA UM ACÔRDO

Tendo chegado a esse ponto e falando com toda franqueza, creio, como solução pratica, poderemos assentar o progrâma seguinte:

1. O Govêrno Brasileiro baixaria um decreto permitindo a conversão das apólices estrangeiras em apólices nacionais tomando para essa conversão a taxa de 6 pence ou digamos 8\$500 réis aproximadamente por dólar, vencendo os mesmos juros préviamente estabelecidos nos contratos originais. Essas apólices seriam admitidas á cotação no Stock Exchange — (Bolsa) habilitando desta fórmula aos seus portadores disporem delas se assim conviesse aos seus interesses.
  - a) — Para a conversão da apolice cada govêrno ou municipalidade pagará ao respectivo banco de emissão ou agente fiscal a comissão a que tinha direito ou que lhe era devida de acôrdo com o contrato original.
  - b) — Esse decreto é facultativo.
2. Os portadores que não aprovassem a conversão, poderiam receber os juros em moéda nacional á mesma taxa.
3. Esse pagamento em mil réis á taxa de conversão de 8\$500, isto é, no caso especificado sob n. 2, seria efetuado no periodo de 5 anos, durante os quais cessariam as amortizações. Depois desse periodo, os juros seriam pagos ao câmbio do dia ou seriam remetidos pelos Estados ou Municipalidades dirétamente aos banqueiros ou agentes fiscais e as amortizações recomeçarão.
4. Os milréis recebidos como produto de juros ou de venda de apólices gozarão de inteira liberdade quanto á sua aplicação.



5. O Governo Brasileiro organizará uma lista de artigos que poderão ser exportados ou não, sem a retenção dentro do país do cambio em favor daqueles que queiram usar os seus recursos em artigos para a referida exportação.
6. Os juros recebidos no Brasil estariam isentos do imposto de renda.
7. Os juros em atraso seriam pagos do mesmo modo.
8. O Governo Brasileiro daria facilidades á aquisição de cambiais para a remessa das importancias correspondentes a juros e dividendos relacionados com o capital invertido no país e resultante de tais operações.
9. Embora o acôrdo seja feito pelo prazo de 5 anos, o periodo de sua duração poderá ser modificado para um prazo mais longo ou mais curto desde que as condições melhorem ou peiorem economicamente.

#### RESUMINDO

E' possivel que as sugestões acima feitas possam ser revistas e melhoradas por V. S., porém, insisto em chamar a atenção dos banqueiros para a necessidade de uma decisão imediata, pois é imperioso que se encontre uma solução, antes que a falta desses pagamentos venha constituir de uma forma ou de outra um hábito ou *fail accompli*. Neste país já se constituíram comissões que escreveram ao Governo Brasileiro declarando-se dispostas a receber os pagamentos em milréis. Estão apenas aguardando noticias para revelar o nome da pessoa ou grupo que se ocupará dos seus interesses no Brasil.

Sugiro a V. S., igualmente, formar uma comissão ou nomear uma pessoa que, como representante geral, se encarregue de receber os coupons, aplicando ou fiscalizando as applicações do dinheiro recebido.

Uma vez estabelecido esse método e os pagamentos feitos em milréis, os Estados e as Municipalidades sabendo ao certo as quantias que terão de pagar, mandarão organizar os seus orçamentos numa base segura, e exatamente como este país que se acha em caminho de superar a depressão e mais uma vez desfrutar prosperidade, o Brasil tambem entrará na rota do progresso. O Brasil que ha alguns anos atravessou uma depressão semelhante, quando o dólar chegou ao mesmo preço proibitivo de agóra, assistiu dois anos depois á subida do câmbio e a reabilitação do seu crédito. Deve a sua boa sorte ao equilibrio dos orçamentos e ao aumento de sua exportação, tudo isso conseguido pela cooperação dos seus credores Britânicos. O Brasil atualmente exporta sómente 50 % do que antigamente exportava. O poder aquisitivo do dinheiro por todo o mundo sofreu um decessimo con-

sideravel, porém, essa situação não póde perdurar sempre. Pódem existir montanhas sem vales porém não vales sem montanhas. Póde haver prosperidade continua mas nenhuma depressão permanente.

O povo brasileiro quer trabalhar e pagar, mas tambem quer uma cooperação franca e leal e não deseja antagonismos surgidos de obstaculos e exigencias. A dificuldade com os banqueiros é que eles só consideram o dinheiro e não a fonte de onde o dinheiro vem. Ha muitos que pensam que se devia dar preferéncia ao pagamento dos emprestimos em lugar de destinar as cambiais a operações comerciais, esquecendo assim que sem as transações comerciais nenhum capital poderá ser produzido.

Claramente percebo que os banqueiros, sendo simples intermediários, não poderiam assumir quaisquer obrigações em nome dos portadores de apólices que são, como todo mundo sabe, os atuais e únicos credores com direito á última palavra.

Mas, desde que os banqueiros agiram como intermediários nos lançamentos desses empréstimos assegurando que a sua base era justificada e como neste momento não se póde perder mais tempo em verificar as responsabilidades tanto no país como no exterior, sou de opinião que os banqueiros têm o dever de conseguir o mais cedo possivel um acôrdo satisfatório, nomeando, se fôr necessário, uma comissão para o fim de se encarregar, *in loco*, do recebimento e aplicação do capital representado pelos juros a serem pagos.

Depois de uma investigação cuidadosa cheguei á conclusão de que a maioria dos compradores de apólices dos empréstimos Brasileiros nos Estados Unidos é espalhada pelo interior do país, e tais apólices se acham nas mãos de pessoas que longe de serem especuladores, são, ao contrario, propensas a fazer economias. Confiaram em nosso país que está atravessando dificuldades muito penosas e deseja recuperar e retomar mais uma vez suas atividades normais. Muitos desses portadores apólices, inclusive algumas comissões organizadas pelos mesmos, nos escreveram declarando estarem de acôrdo em receber pagamento, sobre as apólices, em mil-réis, seja para uso no Brasil ou mesmo para imigrar para aquele país. A paralização no pagamento de juros sobre os titulos de nossos emprestimos, por falta de cambio, não póde continuar por mais tempo. Façamos, portanto, para o pagamento em mil réis, o mesmo regime que se costuma fazer para um convalescente. Entretanto, não devemos permitir que esse regime seja forçado pois os resultados poderiam ser fatais. E' necessário evitar que essas faltas de pagamento se tornem um hábito.

Neste momento ha nos Estados Unidos numerosas Municipalidades que não podem pagar os serviços de suas apólices, para não fazer referencia tambem ás Estradas de Ferro, Utilidades Publicas, Utilidades Industriais e Utilidades de Bens de Raiz, todas elas em falta de pagamentos



que, até 15 de Março perfaziam um total de \$3,349,678,480<sup>00</sup>. Os pagamentos dessas apólices não podem ser efetuados, não por causa da ausencia de cambio, mas por causa da carencia de dinheiro, o que quer dizer uma falta sobre o capital de 100 %. No caso do Brasil carecemos de câmbio a uma taxa favoravel ou digamos a uma taxa que representaria uma falta de sómente 50 % do dinheiro devido. Portanto, se é verdade que o Governo dos Estados Unidos através de várias medidas está se preparando para aliviar a situação nacional, é muito natural que os banqueiros por sua vez devam agir como conselheiros de modo que o Brasil, rehabilitando sua propria situação possa dentro em pouco retomar o pagamento de seus compromissos numa base de 100 %.

Ha quasi dois anos que os devedores e credores se acham num impasse, sem poder fazer qualquer progresso; muito ao contrário sua situação torna-se peor á medida que demora uma solução.

A situação atual dos credores e devedores poderia comparar-se com aquela de duas pessoas em lados opostos que querem passar por uma porta de vai e vem, e por falta de entendimento e cooperação, cada uma procura forçar uma de dentro e a outra de fóra, sem resultado, pois uma não conhece a outra, não fala e não se move. Deixemos, portanto, de forçar a passagem, falemos um com o outro e cheguemos a um entendimento. Naturalmente um deve dar o caminho ao outro e então tomar sua vez para passar.

Um entendimento entre os credores e devedores de apólices públicas resolve 50 % das dificuldades econômicas. Uma vez essas resolvidas, os países podem retomar suas atividades e sendo diligentes as finanças melhoraram e de uma situação semelhante devedores e credores seguramente tirarão proveito.

O Brasil conserva a mão sobre a fechadura pronto para abrir a porta desde que os seus credores façam a mesma cousa aqui. Vamos então coordenar esse movimento e praticar o ato no mesmo sentido.

Agindo deste modo permaneceremos coerentes com a nossa máxima boa vontade em pagar as nossas dividas, enquanto os credores aqui estarão seguindo o conselho do seu grande mestre, Presidente Roosevelt: — *Ação e Cooperação — Confiança.*

Anexo a esta ha diversos mapas que poderão ser uteis para orientar os banqueiros quanto á uma avaliação melhor da situação dos Estados, quando os seus orçamentos forem examinados.

No curso das minhas conferências notei a boa vontade dos banqueiros, porém, eles persistiram na defesa de seu ponto de vista de que os Estados e as Municipalidades deviam pagar uma parte de suas dívidas em ouro e o restante em papel. De uma maneira prática nenhum resultado bom poderia se obter, pois será muito difícil determinar a soma dos dois itens inteiramente heterogeneos. Para se poder pagar 25 % em ouro e 75 % em papel, ter-se-ia praticamente de aumentar o total do serviço sobre a divida estran-

geira e, portanto, o resultado seria orçamentos desequilibrados e isso equivaleria desde o começo ao não cumprimento pelos Estados do novo acôrdo. O unico meio que me parece razoavel seria conseguir-se do Banco do Brasil cambiais para 25 % das quantias recebidas em milrêis em pagamento de juros. Isto seria a fórmula mais prática. Estou me referindo a isso porque foi um dos pontos que discutimos no começo, depois de minha chegada neste país em janeiro último.

De acôrdo com as noticias que recebi do Presidente da Comissão de Estudo Financeiros e Econômicos e tambem pelas que me foram transmitidas por ordem do Snr. Ministro da Fazenda, nenhuma decisão será tomada a respeito das dívidas externas antes do meu regresso ao Brasil. Tenciono deixar este país em 29 do corrente pelo vapor "American Legion". Seria um grande prazer para mim se pudesse ser o portador do ponto de vista — construtivo e prático — dos representantes dos portadores das apólices nos Estados Unidos. Tudo me liga a este país cujo povo conheço tão bem e pelo qual tenho o maior respeito, gratidão e admiração sincera. Essa minha missão que não custou cousa alguma ao Govêrno do meu país nem aos banqueiros e portadores de apólices deve terminar com bom exito. Tenho os melhores sentimentos e bôa vontade, e ofereço os meus prestimos desde que eles possam conduzir á uma fórmula prática, favoravel e satisfatórias a ambos os interesados.



**Comité Americano dos Empréstimos Estaduais e Municipais  
do Brasil**

90 Trinity Place

New York, 10 de Maio de 1933.

Illmo. Sr. Valentim F. Bouças  
Hotel Mayflower

Washington, D. C.

Prezado Senhor:

Conforme combinámos, tenho prazer em enviar-lhe com a presente o Memorandum, que li em sua presença e que incorpora certas restrições de nosso Comité, baseadas no estudo de seu relatório de 10 de Abril de 1933. Permita-me lembrar a sua amavel aquiescencia em não dar publicidade ao Memorandum junto, até que nosso Comité lhe dê aviso em contrário.

Temos tido muito prazer em havê-lo encontrado de novo, e me é grato transmitir-lhe em meu nome e no do Comité a esperança que seus trabalhos pelos interesses de nosso país e o seu possam ser coroados de exito.

Respeitosas Saudações.

(Assign.) NEVIL FORD.  
Chairman

17 de Maio de 1933.

O Comité Americano dos Empréstimos Estaduais e Municipais do Brasil agradece vivamente ao Sr. Bouças pela sua análise acurada sobre os

pontos discutidos numa entrevista particular entre Sr. Bouças e o Comité e congratula-se pela habil apresentação de dados estatísticos, contidos no seu relatório sobre empréstimos estaduais e municipais brasileiros, datado de 19 de Abril de 1933.

Depois de ter estudado cuidadosamente o relatório do Sr. Bouças, juntamente com as informações obtidas em outras fontes, o Comité acha conveniente reiterar sua opinião, previamente manifestada, pela qual o problema principal do resgate de pagamentos das dívidas brasileiras estaduais e municipais resulta do suprimento de cambio estrangeiro para tal fim.

A possibilidade para certos Estados e Municipios de se habilitarem para satisfazer a continuação dos pagamentos dos compromissos de sua dívida seria assunto fóra de questão, mas sobre regulamentações existentes, com referência ao controle cambial — em outras palavras do Governo Federal Brasileiro — nenhum câmbio em dólar pôde ser obtido para os Estados e Municipalidades com relação ao pagamento de suas dívidas em New York, salvo o que abaixo segue.

O Comité não encontrou motivo para crêr que esta recusa de câmbio dólar tivesse sido assunto de absoluta necessidade; pelo contrário, a análise do quadro do Sr. Bouças (Documento V) sobre o saldo de pagamentos do Brasil, em 1932, mostra que uma importancia muito consideravel de cambio estrangeiro, não empregado, se acumulou no mesmo país durante 1932. Dentre os pontos mencionados no referido quadro, encontram-se 2 itens: Serviço de Empréstimo Estadual £ 7,058,779 e Serviço de Empréstimo Municipal £ 2,170,269, que são lançados como "pagamentos feitos" durante o ano, mas os quais efetivamente não foram pagos com exceção das quantias transferidas, referentes ao Empréstimo de Café do Estado de São Paulo 1930-40. Nota-se, além disso, pelo relatório oficial do Banco do Brasil de 31 de Janeiro de 1933, comparado com o relatório de fins de 1931, um aumento na quantia líquida, devido pelos correspondentes estrangeiros de 188.015 contos para este período de 13 meses.

Neste sentido o Comité acha oportuno lembrar que as transações comerciais entre os Estados Unidos e o Brasil em 1932 criaram um crédito líquido a favor do Brasil de 716.217 contos de réis (correspondente, a 7 cents por mil-réis, a \$50.000 moéda corrente dos Estados Unidos); as compras no Brasil durante 1932 pelos Estados Unidos subiram a 1.173.129 contos de réis, enquanto que as vendas dos Estados Unidos ao Brasil totalizaram sómente 456.912 contos de réis. O saldo destas quantias foi de 716.217 contos, mas desta consideravel soma sómente 79,746 contos foram colocados á disposição dos Estados e Municipios brasileiros para pagamento do serviço de dívidas em New York; esta quantia representando a porção americana dos Serviços da "São Paulo Coffee Realization 1930-40". De outro lado uma quantia quasi 3 vezes maior, isto é, de 228.911 contos foi transferida para Inglaterra durante o ano de 1932, para o Serviço do Funding do Governo

Brasileiro 5 % 1898 e 5 % 1914, Instituto de Café 7/2 % 1956, e São Paulo 7 % 1940, e, mais 249,374 contos de réis em pagamentos a Rothschild do empréstimo a curto prazo. Isto, apesar da Inglaterra em 1932 não ter criado um crédito líquido para o Brasil em suas transações comerciais e ser o saldo destas transações contra o Brasil de 116.672 contos de réis.

As cifras dadas no parágrafo precedente são sujeitas á correção, pela razão de terem sido calculadas em partes sómente de algarismos oficiais e em parte de algarismos officiosos. A este respeito o Comité encontrou-se em situação desvantajosa, devido á falta de quaisquer relatórios exátos do Banco do Brasil, que pudessem mostrar as distribuições do câmbio disponível durante o ano de 1932, quais as quantias de cambio estrangeiro retidas pelo Banco do Brasil no fim daquele ano e qual a situação cambial no momento. O Comité deseja observar que a Comissão de Controle de Câmbio da Argentina tem publicado de mês a mês relatórios detalhados, mostrando as quantias cambiais disponiveis e o seu destino. O Comité espera que o Banco do Brasil faça o mesmo, preparando deste modo uma base que possa ser recomendada a Portadores de Títulos.

O Comité tendo o ensejo de favorecer todos os esforços feitos no interesse dos Portadores de Títulos e afim de que nenhuma ação, a seu favor, fique postergada, faz a seguinte observação: — Tomando conhecimento do relatório do Sr. Bouças, mesmo sem carater oficial, para fazer qualquer proposta aos Portadores, deseja observar que o Comité, por sua vez, por enquanto, não tem autorização para representar quaisquer Portadores de Títulos, nem, naturalmente, tomar quaisquer compromissos a seu favor, e consequentemente quaisquer relatórios que possam emanar do Comité, devem ser considerados sómente como a expressão de opinião de seus membros com referência á situação atual ou possível solução da dívida estadual e municipal brasileira. O Comité pensa ter achado no seguinte paragrafo do relatório do Sr. Bouças a base para a fórmula, pela qual a posição ingrata dos Portadores de Títulos Americanos póde ser aliviada em certos casos. Damos a seguir o respectivo paragrafo:

“Durante o decorrer das minhas conversações tenho observado a boa vontade de todos os banqueiros, porém eles persistem nas defesas do seu ponto de vista, de que os Estados e Municipios deverão pagar parte de suas dívidas em ouro e o saldo em papel. Praticamente este procedimento não daria bom resultado, sendo difficilimo fixar a soma de dois itens completamente heterogeneos. Para poder na prática pagar 25 % ouro e 75 % papel, seria necessário aumentar o total do serviço da dívida externa, sendo que o resultado seria um orçamento desequilibrado. A meu ver, o caminho mais certo seria obter do Banco do Brasil câmbio para 25 % sobre as quantias recebidas em milréis em pagamentos de juros. Estaria af

a forma mais prática. Estou mencionando este ponto por ser um dos problemas discutidos no começo, depois de minha chegada a este País em Janeiro findo”.

E' de importância saber que qualquer fórmula, traçada no momento, só poderá ter valor temporario, para ser usada somente até que seja possível substitui-la por outra desenvolvida numa base mais definida para o resgate do serviço total dos Empréstimos Estaduais e Municipais, é, enquanto que os Portadores de Títulos têm sido informados que as limitações cambiais, impostas pelo Governo Federal, são responsáveis pelos atrasos estaduais e municipais, é natural que tais Portadores esperem do Governo Brasileiro qualquer ação a seu favor.

Por esta razão seria possível para a segunda metade do ano de 1933 o Governo Brasileiro autorizar os devedores municipais e estaduais a oferecer aos Portadores uma liquidação temporaria segundo as linhas gerais que seguem, isto é, que todos os coupons já vencidos e outros ainda a vencer durante este periodo, devam ser pagos em milréis dos fundos já depositados ou a serem depositados pelos respectivos devedores, e que 25 % (ou qualquer percentagem maior que possa ser liberada pelo Controle cambial) dos mil réis depositados, applicaveis aos ditos coupons, sejam convertidos em dólares e transferidos para os respectivos agentes pagadores dos empréstimos. Finalmente que o Governo Nacional ordene ao Banco do Brasil fazer as remessas exigidas para os Estados e Municipios.

Espera o Comité que durante a segunda parte do ano de 1933, o Governo Brasileiro possa assegurar os dados necessários, particularmente com referência á situação e fornecimento de cambio, afim de preparar uma base de ajuste mais satisfatorio para os Portadores de Títulos; porém, em qualquer caso o Comité acha conveniente que o Governo Brasileiro exija dos diversos devedores estaduais e municipais, ao estabelecer seus orçamentos para o ano de 1934, uma provisão nos mesmos, destinada ao serviço de seus titulos na base minima a seguir: pagamento de 25 % no valor nominal dos coupons venciveis durante o ano de 1934, em dólares, e o saldo de 75 % em mil réis, sendo que o Governo Brasileiro fará os respectivos arranjos com o Banco do Brasil, para que os Estados e as Municipalidades possam obter o respectivo câmbio dólar, requisitado para a remessa dos 25 %, acima mencionados.

Ao nosso ver o pagamento em dólares americanos de 25 % dos coupons, como acima mencionamos, não sobrecarregará os orçamentos estaduais e municipais nem o fornecimento de câmbio de dólar que presumivelmente será disponivel. Excluindo os 7 % do Serviço do Empréstimo 1930-40 do Estado de São Paulo, a quantia total, em dólares, dos juros anuais sobre todos os titulos em dólares dos Estados e Municipios do Brasil é de \$14.614.645. A importância de 25 % desta quantia seria \$3,653,000 para a

qual um largo câmbio seria disponível. O equivalente desta quantia em moeda brasileira, calculada a 14\$000 para o dólar seria 51.142 contos, soma que deveria ser distribuída entre 11 Estados e Municípios.

Entretanto, se o Governo Brasileiro achar impraticável, em certos casos, exigir das necessidades orçamentárias de 1934 dos Estados e Municípios como acima mencionamos, os Portadores de Títulos, interessados nos mesmos, ainda poderão aceitar os arranjos previstos para a segunda parte de 1933, contanto que o Governo Brasileiro exija dos diversos devedores municipais e estaduais considerar a liquidação para 1933 como pagamento mínimo do serviço de dívida, e que os pagamentos, que se sucederem, sejam ajustados de acordo com qualquer melhoramento nas condições financeiras dos respectivos Estados e Municipalidades.

Fica entendido que todos os arranjos neste sentido são de caráter temporário e sujeitos a revisões posteriores, especialmente si quaisquer modificações materiais ocorrerem nas taxas cambiais.

A fórmula estabelecida no processo acima, provem da proposta feita no Memorandum do Sr. Bouças, e prevê para 1934 uma base considerada razoável pelo Comité.

Sobre a questão da recolocação do milréis no Brasil, sugerida pelo Sr. Bouças, o Comité deseja frisar que a conversão de milréis, que cada portador de Títulos poderá receber em pagamento por coupons, é uma questão completamente individual e acha que este problema não poderá ser tratado pelo Comité.

Os banqueiros representados individualmente no Comité, devem ficar livres de aconselhar aos portadores qualquer medida que possam achar mais acertada para a recolocação dos milréis, recebidos como parte do pagamento de seus coupons.

---

8 de Junho de 1933.

Prezado Snr. Nevil Ford.

Os meus afazeres em Washington e em seguida aqui em New York, com relação aos entendimentos oficiais sobre assuntos de interesses do meu País, fizeram com que atrasasse a minha correspondência e assim somente agora posso responder a sua carta do dia 19 de Maio último.

Em primeiro lugar, é meu dever expressar-lhe, bem como aos membros do "American Committee on Brazilian State and Municipal Loans" os meus

sinceros agradecimentos por todas as cortesias e atenções a mim dispensadas, por seu intermédio, não obstante a minha limitada autoridade, e também muito especialmente pela resposta dada á carta acima referida. A informação nela contida foi levada integralmente ao conhecimento do Sr. Ministro da Fazenda, e sem duvida servirá como uma referência valiosa, no momento preciso em que estamos ajustando a situação financeira dos Estados e Municipios que têm dívidas externas. Esta sua valiosa resposta possivelmente marcará o começo de um entendimento que atenderá aos interesses em jogo de devedores e credores dentro das possibilidades daqueles.

Tendo em vista, entretanto, os comentarios publicados nos jornais de Domingo último, especialmente na parte referente aos pagamentos efetuados em Londres, eu muito respeitosamente péço, não particularmente, mas sim na qualidade de Delegado do Govêrno Brasileiro ás conferências de Washington e Londres, para submeter as seguintes ponderações, como uma necessidade absoluta para que se esclareça esse tão discutido caso de distinção em favor dos banqueiros inglêses.

Em todas as estatísticas, no sentido de mostrar que o Brasil distinguiu os interesses inglêses com referência ao suprimento de cambiais, os seguintes argumentos são apresentados: —

1. Remessas para pagamento de um credito de £ 6.500.000 aberto em Janeiro de 1931 por N. M. Rotschild & Sons, representando um grupo de banqueiros europêos, tendo apenas duas firmas bancarias americanas assinado este acôrdo e estas, sómente no total de \$250.000 cada uma, cuja quantia na ocasião representava cerca de £ 50,000 ou sejam 0,7 % do total do crédito conferido.

2. Remessas para o serviço dos "funding-loans" de 1898 e 1914 e do "funding-loan scrip" de 1931.

3. Remessas para o serviço do empréstimo "Coffee Realization 1930" com Schröder.

#### RESPOSTA

1. Com relação ás remessas para pagamento do crédito Rothschild é preciso que se saiba que quasi o total das £ 6.500,000 sacadas pelo Banco do Brasil foi aplicado em pagamentos aos americanos, de descobertos e "swaps" pendentes em Janeiro de 1931. Desde esta data e até o presente momento nem um dólar tem sido devido pelos bancos brasileiros ás instituições americanas; pelo contrário, ha saldos credores, especialmente com referência ao Banco do Brasil.

Se eles tomaram emprestado dos banqueiros europêos para esse fim, onde então está a preferência em pagar-se a estes o que eles emprestaram



afim de normalizar a situação com Nova York em 1931. Podem os banqueiros americanos ao referirem-se aos outros países, dizer o mesmo que podem dizer do Brasil — que desde Janeiro de 1931 não existe em seus livros (dos banqueiros) nenhum descoberto na parte dos bancos nacionais de tais paizes?

2. Os "funding-loans" de 1898 e 1914 foram emitidos em Londres numa época em que não havia nos Estados Unidos mercado para as operações de empréstimos externos. Estes "funding-loans" têm clausulas que lhes proporcionam tratamento preferencial, e as remessas para o seu serviço não podem ser interrompidas. O terceiro "funding-loan", de 1931, é de igual vantagem para os portadores europeus e americanos, os quais recebem "scrip" em pagamento dos juros, "scrip" esse que rende juros de 5 %.

3. No empréstimo do café de 1930 (Schröder) ha uma tranche americana de \$37.000.000. Ademais, depois da queda do mercado esterlino em 1831, uma grande quantidade de coupons foi transformada em dólares, porque de acôrdo com o contrato até Abril de 1944 (a última data do serviço), paga-se pelo libra \$4.8665.

Conseqüentemente, a remessa para o empréstimo do café, embora denominada nas exposições "remessas a Schröder", efetivamente incluye remessas para Nova York, que atingem pelo menos a metade da soma total.

Em resumo: — O primeiro argumento falha ante a prova de que o credito de Rothschild proporciona preferência nos pagamentos aos banqueiros americanos; o segundo, que se refere á remessa anual de £ 1.284.103 para o serviço dos "funding-loans" de 1898 e 1914, mais os fundos para o "scrip" do segundo "funding", já remetidos, também tem uma explicação perfeita, o terceiro, do mesmo modo, porque pelo menos metade das remessas em questão interessa Nova York.

Falta ainda tomar em consideração os empréstimos de Lazard Brothers ao Instituto de Café e ao Banco do Estado. O serviço do primeiro só foi mantido por meio de fundos de reserva adicionados ao produto de uma certa quantidade de café que o Instituto enviou aos agentes daqueles banqueiros, mas doravante este empréstimo passará a ter o tratamento comum. O serviço do empréstimo feito pelo Banco do Estado, em letras hipotecarias (£ 3.750,000) tem de ser mantido porque qualquer outro processo traria a falencia do banco.

Embarco á noite para Londres e aproveito a oportunidade para colocar meus préstimos á inteira disposição dos meus amigos dos Estados Unidos, não sómente durante o período de minha permanência na Europa, como também quando regressar ao Brasil, e póde V. S. ficar certo que será um grande prazer para mim ser-lhes util.



O meu endereço, enquanto estiver na Inglaterra, será Grosvenor House,  
Londres.

Atenciosamente, me firmo com a mais elevada consideração.

V. F. BOUÇAS.

Ao Sr. Nevil Ford,

Presidente do "American Committee on  
Brazilian State and Municipal Loans"  
Trinity Place, 90 — Nova York.

P. S. Tenho o prazer de remeter junto a esta varios quadros e gráficos  
que, espero, V. S. achará interessantes.

EXPOSIÇÃO FEITA PELO GENERAL WALDOMIRO LIMA,  
INTERVENTOR FEDERAL EM SÃO PAULO, À COMISSÃO DE  
ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS, EM SESSÃO DE 5 DE  
ABRIL DE 1933, RELATIVA AOS PLANOS DE CONVERSÃO DA  
DIVIDA CONSOLIDADA E RODOVIARIO DO ESTADO

## MINISTERIO DA FAZENDA

### COMISSÃO DE ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS DOS ESTADOS E MUNICIPIOS

*Reunião Extraordinaria em 5 de Abril de 1933*

O SR. PEREIRA LIMA: — Sejam as minhas primeiras palavras de congratulação com a Comissão pela presença, entre nós, do General Interventor no Estado de São Paulo, que vem honrar os nossos trabalhos e, ao mesmo tempo, esclarecer-nos sobre um dos pontos que mais interessam ás finanças e á economia do Brasil.

Assim, fazendo votos para que consigam o maior exito os esforços inteligentes e patrioticos que o General Waldomiro Lima vem desenvolvendo em favor do grande Estado, declaro aberto a sessão e dou a palavra a S. Exa.

---

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex. as palavras que me foram dirigidas. Devo, entretanto, declarar que não venho fazer uma conferência, mas, apenas, palestrar com os presentes, procurando elucidar pontos que se mostram obscuros.

Tinha uma proposta a apresentar á Comissão. Antes de submetê-la ao seu conhecimento, publiquei-a, afim de receber sugestões para, com estas, trazê-la até aqui. Recebi, apenas, dois alvitres, um deles, do Dr. Azevedo Marques, remodelando completamente a minha propósta.

A razão da minha atitude é a seguinte: São Paulo tem uma divida á qual não póde fazer face. Os compromissos referentes ao serviço da divida fundada sóbem a 145.000 contos, e, com a divida flutuante, excederão a 200.000 contso. Assim, eu teria de desfalcar em 50 a 51 % a receita do Estado para atender, apenas, a esse serviço.

O SR. PEREIRA LIMA: — Desculpe-me interrompê-lo, General. Pelo cálculo que temos, na Comissão, ao câmbio de 6, São Paulo deve um total de 1.600.000 contos.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Dívida externa.

O SR. PEREIRA LIMA: — Naquela época.

O SR. WALDOMIRO LIMA: O câmbio não está a 6.

O SR. PEREIRA LIMA: — E para o serviço dessa mesma dívida, naquela época tinha 196.000 contos, ao mesmo câmbio.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Agora deve ser mais, porque o cambio não é de 6. O serviço da dívida, como disse, excede de 200.000 contos.

A dívida flutuante nem sequer pôde ser calculada, porque os governos passados lançaram mão dos dinheiros das caixas econômicas, na importância de 200.000 contos. Dispuzeram de todos os recursos do Banco do Estado, ao qual ficou devendo 400.000 contos. Foram recolhidos todos os fundos das caixas de previdência e assistência social, de maneira que, como já afirmei, é difícil se calcular, com precisão, o montante da dívida flutuante. Aliás, a Comissão conhece perfeitamente o assunto.

O que ha de interessante é que, de 1926 até 1932, o menor *deficit* verificado no orçamento do Estado é o meu, com 93.000 contos. O último, de 1930, foi de 215.000 contos.

O SR. PEREIRA LIMA: — Incluindo o serviço das dívidas?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Sim, incluindo todo o serviço.

Infelizmente, ainda não se pôde satisfazer a esse compromisso. Já me dirigi ao povo de São Paulo, afim de que ele ficasse ciente da situação em que se encontra. Penso que, anteriormente, ninguém fizera o mesmo. A situação real é esta e o unico meio que tenho para resolvê-la está contido na proposta que faço.

A Comissão, apreciando-a, resolverá como entender acertado.

Devo ponderar que, pelo projéto Gordo, o Estado seria obrigado a pagar 4.000 contos por mês, méra fantasia, por não se achar em condições de assumir tal compromisso.

O SR. WALDEMAR FALOÃO: — Em letras.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Resolvi suspender tudo, para entrar num entendimento qualquer, porque, só neste ano, teria de pagar 65.000 contos.

O SR. PEREIRA LIMA: — Mas V. Ex. consolida os atrasados.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Não deixo de pagar nada. Minha proposta é muito simples.

O SR. PEREIRA LIMA: — E obtem menos de 4.000 contos por mês?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Preciso pagar 60.000 contos por ano.

O meu pensamento está perfeitamente esplanado no folheto. Eu reduzo a 60.000 contos, que representam, mais ou menos, 13 % da dívida fundada. E com a flutuante, iremos, talvez a 31 ou 32 %.

O SR. ALCEU DE AZEVEDO: — O acôrdo Gordo foi assinado?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Foi assinado.

O SR. ALCEU AZEVEDO: — De módo que está em vigor.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Sim.

O SR. ALCEU AZEVEDO: — E todos concordam com a nova proposta?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Tenho telegrama do Snr. Bouças, declarando que os portadores de títulos estão mais ou menos inclinados a aceitá-la. Entretanto, alguns intermediarios discordam. Uns mandaram-me protestos, que repeli, alegando não terem cabimento, quando o que eu pedia eram simples sugestões.

O SR. PEREIRA LIMA: — E esses intermediários têm autoridade?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Têm, em virtude de clausulas de contrátos verdadeiramente leoninos. Os contrátos, em São Paulo, são feitos de tal ordem que ficam endossados pelo Estado e Municipalidades. Tais intermediários são os mais interessados em que esse acôrdo não se realise.

O SR. PEREIRA LIMA: — É sempre assim.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Isso porque todo acôrdo é feito abaixo do par, e os intermediários têm tanto por cento sobre o par. Daí a campanha que movem contra uma iniciativa feita nesse sentido. Os portadores querem apenas ter a certeza de que, no fim do mês ou do semestre, recebem o seu dinheiro.

O SR. PEREIRA LIMA: — V. Ex. faz esse pagamento na moéda respectiva?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Minha proposta é esta: — pago, integralmente, a libra a 30\$000 e o dólar a 8\$500. Para garantir o pagamento, crio um departamento especial, que terá, segundo a minha proposta, um representante do Govêrno, outro da Câmara Sindical de Fundos Públicos e um terceiro dos credôres.

O SR. PEREIRA LIMA: — Isto aféta alguma renda especial?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Sim, a da Recebedoria da Capital e suas agências, representando 80.000 contos, quando preciso, apenas, de 60.000, sendo que para o estrangeiro irão pouco mais de 40.000 contos.

O SR. PEREIRA LIMA: — Compreendendo a dívida interna

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Não. A interna vai a 60.000 contos.

O SR. PEREIRA LIMA: — V. Ex. consolida a dívida flutuante no seu projeto?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — A fundada. A dívida flutuante fica fóra.

O SR. PEREIRA LIMA: — E como vai resolver o caso da dívida flutuante?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Fica sujeita ao mesmo sistema de juros de 5 %, pagos integralmente, porque afetam a orfãos, viúvas, etc.

O SR. PEREIRA LIMA: — V. Ex. acredita que terá renda para fazer face a todos esses compromissos?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Já declarei que disponho de 80.000 contos e só preciso de 60.000.

O SR. PEREIRA LIMA: — Falo da dívida flutuante.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Temos recursos.

O SR. ALCEU DE AZEVEDO: — Qual a explicação de V. Ex. a respeito do câmbio arbitrário de 30\$000 a libra e 8\$500 o dólar?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Fiz um cálculo que pudesse fazer face ao pagamento dos credôres e cheguei a esta conclusão, diminuindo de um terço o valor da libra e do dólar. Si me cingisse ao câmbio, daria prejuizo a um deles.

O meu desejo de agora é que o trabalho por mim apresentado receba sugestões.

O que preciso declarar á Comissão é que São Paulo não pôde pagar esses 200.000 contos. E si não pôde pagar é preciso que se saiba.

O SR. PEREIRA LIMA: — E V. Ex. tem representantes autorisados de todos os banqueiros para firmarem tal acôrdo?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Não firmei acôrdo algum. Apenas estou recebendo sugestões. Formulei uma simples proposta e a Comissão é que resolverá em definitivo, vendo o que se poderá fazer por São Paulo.

Quando o último Secretario da Fazenda, no meu govêrno, pediu demissão, referiu-se aos gastos feitos e, então, mandei tirar uma relação, pela qual se vê que a situação é a seguinte: —

|   | <i>Contos</i> |
|---|---------------|
| 1926 — Receita orçada .....               | 324.000       |
| "    arrecadada .....                     | 352.000       |
| Excesso de despeza sobre a renda, . . . . | 158.000       |
| 1927 — Excesso .....                      | 190.000       |
| 1928 — " .....                            | 115.000       |
| 1929 — " .....                            | 179.000       |
| 1930 — " .....                            | 215.000       |

*O meu deficit é de 93.000 contos, o menor de todos.*

O SR. PEREIRA LIMA: — E numa situação de crise econômica.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Sim. Não aumentei um impôsto sobre o funcionário, nem deixei de pagá-lo em dia. Os recursos não dão para mais. Temos 47.000 contos. Só com a instrução, que foi remodelada, gastámos 26 % sobre o orçamento. Não podemos perturbar o andamento, o progresso da instrução, por causa de dívidas, á custa das quais os intermediários, só em comissões, têm ganho verdadeiras fortunas.

Desejo, ainda, frizar um ponto que vem sendo muito comentado. Refiro-me ás estradas de rodagem. Quanto a isso, São Paulo está mal. Minas

Gerais possui melhores estradas. Só pontes, temos que construir e reconstruir, depois da revolução, 124, com uma despesa orçada, após concorrência, em cerca de 7.000 contos. As despesas com as estradas serão custeadas com as mesmas taxas que existem atualmente, sem qualquer aumento. Ao contrario, ha uma diminuição de 30 %, devido á dilatação do prazo, que será de 40 ou 50 anos. Enfim, basta que uma companhia ou grande empresa queira financiar os serviços, para que São Paulo tenha estradas em 3 ou 4 anos, que só poderia possuir, devido á escassez de verba, daqui a 20 anos.

O SR. PEREIRA LIMA: — As municipalidades não prestam auxílio para a conservação das estradas?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Prestam. Agora as estradas serão estaduais. A própria conservação será feita pelo Estado.

O SR. PEREIRA LIMA: — E' uma sábia medida.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Tudo isso, aliás, para receber sugestões.

O SR. PEREIRA LIMA: — A idéa é louvavel. A estrada deve ser bem conservada, porque muitas vezes, a intervenção municipal, nos caminhos de penetração, pela falta de conserva, faz com que fiquem sacrificados centenas e centenas de quilometros.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — O serviço ficará a cargo do Estado. As estradas serão modelares porque, terão de 200 em 200 quilometros, uma confortável residencia do engenheiro, e, de 100 em 100, a turma conservadora, além de possuirem, de 10 em 10 quilometros, um pôsto de socôrro. Um pequeno excesso de imposto territorial sobre as terras beneficiadas por essas estradas será suficiente para ocorrer á despesa.

O SR. PEREIRA LIMA: — Devemos notar que o imposto territorial em São Paulo é muito inferior ao de Santa Catharina e ao do Estado do Rio, onde é o maior.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Foi. Agora é de 1 %. Tirei do café. Não podiamos mais exportar café em São Paulo, porque havia uma taxa de 9\$100 e uma de 14\$000. Precisando tirar alguma cousa daí, sacrifiquei a *ad-valorem*, os 9\$600. São Paulo, como disse, não podia mais vender café.

Outra despesa que fiz, muito grande, foi a relativa á estrada de ferro Mayrink a Santos. Emiti 50.000 contos em títulos e paguei a dívida da Mayrink com bonus. A Mayrink é uma espécie de gargalo de um grande garrafão. Será uma estrada sempre de saldo. Si a Noroeste passar para o Estado, teremos 6.200 quilometros de estrada de bitola estreita. Do contrario, teremos muito menos. Aí serei obrigado a ligar Araraquara, que é do Estado, á linha da Sorocabana, para poder ter renda, porque a despesa com a Mayrink a Santos é de mais de 250.000 contos. Não se deveria ter feito tal gasto. Mas como os serviços foram iniciados, cabe-me concluí-lo, para evitar maiores prejuizos.

O SR. JOAQUIM CATRAMBY: — E' uma despesa produtiva. Acho que V. Ex. está bem orientado.



O SR. WALDOMIRO LIMA: — E' um *deficit* de emergencia, anual, porque aquilo que passa a constituir patrimonio do Estado não póde ser considerado *deficit*.

O SR. WALDEMAR FALCÃO: — E a ligação de Araraquara é difficil?

O SR. WALDOMIRO LIMA: — São 120 quilometros. Só a farei si não me derem a Noroeste, porque não quero prejudicar a Paulista.

O problêma ferroviario paulista oferece aspectos interessantes. Ha um eixo, S. Paulo-Mato Grosso, S. Paulo-Baurú. A' direita estão as estradas particulares; á esquerda deveriam estar todas as estradas do Estado. Mas ha um trecho da Paulista que vai a Marilia. Agora mesmo permiti que construíssem mais 40 quilometros. Quer dizer que possuímos estradas sem utilidade. Podia' cada' um ter tomado para determinado lado. São defeitos antigos. A unica emissão que se fez, por necessidade imperiosa, foi para a Mayrink a Santos. Quem recebeu a emissão foram os proprios empreiteiros. E' uma estrada carissima, com 4.500 metros de tuneis.

O SR. OSCAR WEINSCHENCK: — Conheço. Corri todos eles. E' uma obra gigantesca, formidavel.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Realmente, trata-se de uma obra de vulto, mas que não devia ser feita, devido ás dificuldades financeiras.

O SR. PEREIRA LIMA: — Discordo. Encárada a questão do ponto de vista econômico, acho que foi uma bela iniciativa.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Mas não havia recursos, no momento.

O SR. A. A. MACIEL: — Havia outros projéto.

O SR. PEREIRA LIMA: — Não discuto a questão do traçado.

O SR. JOAQUIM CATRAMBY: — O primitivo projéto da Mayrink foi aproveitar a linha de Santo Amaro a São Paulo. Essa linha ficava pertencendo á Sorocabana, de modo que, de São Paulo, a Sorocabana descia a Santos.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Outro serviço que vem dando grandes prejuizos a São Paulo, é a instalação da linha adutora de Rio Claro, que até este momento já consumiu 220.000 contos. Não havia necessidade de se dispender tamanha importância com empreendimento de tal natureza, quando, por processos modernos, de quimica, para preparar a agua, podia-se chegar ao mesmo resultado com grande economia. Faltam 25.000 contos para a conclusão das obras e eu tenho de completá-las. Tive oportunidade de visitar a adutora de Rio Claro. E', incontestavelmente, um trabalho formidavel. Vamos ter 6 metros cubicos dagua, por segundo, para o abastecimento da cidade. Estive até lá na barragem.

O SR. OSCAR WEINSCHENCK: — Conheço-a.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — Como vêm, são esses os grandes problêmas que temos a resolver em São Paulo e que submeto ao estudo da Comissão.

Queria mostrar á Comissão qual a situação real do Estado que dirijo, dizendo que a solução para o caso será, a meu vêr, dada pela União.

O SR. PEREIRA LIMA: — Supunha, pelas noticias dos jornais, que as negociações estivessem mais adiantadas.

O SR. WALDOMIRO LIMA: — O que ha, por enquanto, é uma proposta, que ora apresento á Comissão, e para a qual peço as suas sugestões.

\* \* \*

*Versão portugüesa do telegrama enviado por Valentim F. Bouças ao Sr. Arthur Antunes Maciel, para ciencia da Comissão de Estudos Financeiros e Económicos dos Estados e Municipios e do Dr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda — em 23 de Março de 1933.*

Esse telegrama foi enviado sob codificação ás 4,30 da manhã de 24 de Março de 1933.

Refira este telegrama ao Ministro e Comissão de Estudos Financeiros e Economicos. Telegrama recebido São Paulo General diz textualmente: "Proposta de São Paulo relativamente a conversão geral divida fundada interna externa foi feito base uniforme de juros 5 % prazo de 40 anos calculado para nacionalisação valor do titulo externo antes atual crise americana razão 30\$ por libra e 8\$500 para dólar. Esses valores não obedeceram paridade libra dólar mas sim proporção valor taxas oficiais Banco do Brasil isto é se libra tinha cotação 45\$500 e foi reduzida 30\$000 dólar cotado 13\$200 foi reduzido 8\$500 sendo redução para cada caso de 35 % aproximadamente. São Paulo esforçar-se-á para obter que Banco do Brasil forneça portador do titulo nacionalizado cambiais correspondentes aos juros do mesmo sem assumir entretanto qualquer responsabilidade por diferença de taxa. Estas são as condições constantes plano quanto divida externa. Governo do Estado vai solicitar Ministerio das Rel. Exteriores que a Embaixada Brasileira trate assunto tanto aí como na Europa. Folheto do plano com detalhes complétos já foi remetido banqueiro via aérea. Para serviço divida externa municipalidade Capital relativamente parte americana foram depositados 4.900:000\$ durante o ano de 1932 estando pronto ser depositado quantia necessária serviço 1933 devido até hoje tanto parte americana como européa. Relativamente á divida externa deste Estado foram depositados 57.200:000\$ em vários bancos para ocorrer serviço atrazado. Saudações. General Waldomiro Lima". Peço licença para fazer seguinte comentário: Primeiro Conversão obrigatória absolutamente inexequível e não diplomatica, perigosa, poderá causar complicações Governo Federal podendo destruir ultima parcela crédito Brasil ainda possue. Deve ser submetido Comissão. Segundo Código Interventores exige permissão Chefe Governo Federal. Terceiro Proposta encaminhada via aérea banqueiro irá refletir desastrosamente crédito autoridade, respeitabilidade Governo Federal. Quarto Envolver-se Embaixada Brasileira significa assentimento Go-

vêrno Federal proposta destruindo resto nossa fôrça econômica visto ser provavel que represalias iminentes advenham dos interessados que exigirão ação do Govêrno respectivo. Quinto não se esqueça que Govêrno Norte-americano vai forçar acôrdo econômico elevando e reduzindo a tarifa para cada caso entre ambos países. Apesar de julgar em princípio bôa intenção e patriótica proposta General lembro entretanto que alteração desfavoravel juros mais baixos, prazo longo, ao mesmo tempo fixando a taxa conversão da moeda tudo isso no momento mais crítico quando opinião pública Estados Unidos da América do Norte revolta-se contra todos os países que recusam pagar suas obrigações estou certo vai acarretar dificuldades imprevistas ordem moral política econômica financeira para o Brasil. Absolutamente necessário ter em vista Govêrno Federal não deverá sacrificar seu prestigio aprovando proposta conversão obrigatória pois seria oficialmente repudiar contrato garantido cuja validade foi assegurada lei orgânica govêrno novo. São Paulo deve ainda lembrar-se povo americano melhor cliente seu café. Pretender impôr concientemente prejuizo esse mesmo povo seria praticar próprio suicidio. General procurando solução imediata dívida externa está prestando serviço relevante, digno elogio, porém termos proposta deviam obedecer critério determinado Govêrno Federal, além avaliar presente situação desfavoravel Estados Unidos da América do Norte razão pela qual muito embora podendo afetar meus interesses quero falar com toda a franqueza deixando presidente da Comissão Ministro plena liberdade enviarem-me suas instruções. — BOUÇAS.

BOUÇAS — NEWYORK.

Ministro ciente telegramas cinco seis manda comunicar proposta conversão S. Paulo sómente decidida depois seu regresso e dentro caso geral dívida nacionais e não como caso estadual separado ponto Concorda seu regresso vintenove. Entrevistas banqueiros e credores podem prosseguir conservado mesmo caráter colheita informações solução caso dívidas nacionais. Informo Niemeyer passará aqui nove penso terá entrevista Ministro todo esse assunto avisarei. Situação geral bôa. — MACIEL.

CARTAS ESCRITAS AO EXMO. SR. DR. OSWALDO ARANHA,  
MINISTRO DA FAZENDA E AO EXMO. SR. DR. ARTHUR SOUZA  
COSTA, DIRETOR PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL, POR  
VALENTIM F. BOUÇAS, EM 1933.

ALL AMERICA CABLES

Junho, 5, 1933

Waldorf-Astoria Hotel

Para Valentim Bouças — NYK

Recebemos seus telegramas de tres e cumprindo instruções Ministro Fazenda estamos telegrafando Guaranty Trust para lhe pagar os dollars sem obrigação de sua parte entrega-los a Joaquim Eulalio. — Satellite. (Banco do Brasil).

Rio de Janeiro, 27 de Agosto de 1933.

Exmo. Sr.

Arthur Souza Costa,

DD. Diretor do Banco do Brasil

Rio de Janeiro.

Prezado amigo

Tendo recebido desse Banco, em Junho do corrente anno, por intermedio do Guaranty Trust Co., em New York, a quantia de 5.000 dolares, e desejando eu liquidar esse adiantamento cambial, tomo a liberdade de juntar á presente o cheque n. 201.894, sobre o Banco Germanico da America do Sul, na importancia de Rs. 65:750\$000, correspondente a 5.000 dolares, calculados á taxa cambial que prevalecia naquela época para as operações dessa natureza feitas por telegrama, ou sejam Rs. 13\$350 por dolar.

Fiel ao meu principio de não onerar o nosso Govêrno, nem a esse Banco nos gastos com o desempenho da honrosa missão que me foi confiada em Washington, New York e Londres, cabe-me tão sómente apresentar as minhas excusas a esse Banco, si mais eficiente não foi a minha modestissima colaboração.

Tenho, entretanto, a minha consciencia tranquila de haver substituido a falta de maior competencia e inteligencia pelo maximo de meu esforço em prol dos interesses do nosso Paiz e desse Banco em particular.

Com a mais alta estima e distinta consideração, subscrevo-me de Vossa Excia. patricio admirador,

VALENTIM F. BOUÇAS.

Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1933.

Exmo. Snr. Dr. Oswaldo Aranha,

DD. Ministro da Fazenda.

Exmo. Snr. Ministro:

Tendo eu recebido em New York, em Junho do corrente ano, por intermedio do Banco do Brasil, a importancia de \$ 25.000 (vinte e cinco mil dolares), cabe-me a honra de comunicar a V. Excia. que fiz entrega em Londres, ao Sr. Dr. Joaquim Eulalio, de parte daquela remessa, no montante de \$ 20.000 (vinte mil dolares), de conformidade com as instruções emanadas desse Ministerio.

Quanto ao saldo de \$ 5.000 que, ainda de acôrdo com as referidas instruções, se destinava á minha pessoa, cumpro o grato dever de informar a V. Excia. que, em cumprimento á minha determinação de não onerar o nosso Governo nos gastos efetuados no desempenho da honrosa incumbencia que me foi confiada por V. Excia., junto á Conferencia Monetaria e Economica, devolvi a citada quantia ao Banco do Brasil logo após minha chegada aqui, de conformidade com a carta cuja cópia junto, dirigida ao Exmo. Snr. Arthur Souza Costa, Presidente daquela instituição.

Concluindo, ao par dos meus sinceros agradecimentos, aproveito para declarar a V. Excia., que, perfeitamente conscio da magna importancia da missão que me foi confiada, tão sómente lastimo não ter a minha modestissima colaboração podido produzir resultados de maior monta para o nosso país, certo, entretanto, de ter agido com esforço e boa vontade dentro do maximo limite de minha competencia.

Sirva-se V. Excia. aceitar a segurança de minha mais elevada estima e distinta consideração.

Saudações respeitosas.

VALENTIM F. BOUÇAS.



ESTADOS DO BRASIL

---

Confronto das Receitas orçadas e das Despesas  
fixadas para 1932 e 1933

## OBSERVAÇÕES

— No exame dos elementos que se encontram nesta parte, verifica-se que, no que diz respeito á Receita, o Amazonas, em 1933, criou dois novos impostos: o de "Incorporação" estimada a sua renda em 250 contos e a "Taxas sanitaria" em 150 contos.

— O Pará suprimiu o imposto de "Industria e profissões", que passou a ser cobrado pelos Municípios, para compensar a redução dos impostos inter-municipais. A renda dáquele imposto, em 1932, estava orçada em 1.600 contos; criou o imposto de "Vendas mercantis" prevendo uma arrecadação do mesmo, de 5.000 contos ou sejam 25 %, do total da Receita estimada.

— No orçamento da Receita, do Maranhão, parecem, em 1933, 12 itens novos, em uma renda provável de 476 contos, para uma receita total de 14.644 contos.

— O Piauí criou o imposto sobre "Fumo e bebidas" e orçou-o em 100 contos; a "Taxa de expediente" estimada em 50 contos; e outros, cuja renda prevista foi fixada em 132 contos.

— No orçamento do Ceará para 1933, figuram novos créditos, convindo destacar: a "Contribuição dos Municípios destinada á instrução pública", estimada em 500 contos e a "Taxa para o Corpo de Bombeiros" orçada em 100 contos.

— O Rio Grande do Norte introduziu em seu orçamento, para 1933, novas fontes de renda, sendo as de maior vulto: o "Imposto sobre transações comerciais e civis", resultante de empréstimos" e estimou sua arrecadação em 950 contos; a "Contribuição municipal", calculada em 365 contos e "A renda dos nucleos agricolas, em 150 contos. Suprimiu, no mesmo ano, o "Imposto sobre vencimentos", orçado, para 1932, em 320 contos e "Sobre rês abatida", estimada em 290 contos.

— A Paraíba não criou propriamente imposto novo para 1933, pois no seu orçamento aparece apenas a "Quota da Loteria do Estado", com a renda prevista em 60 contos, e ao mesmo tempo desaparece a quota das Prefeituras, estimada, para 1932, em 220 contos.

— Os novos impostos e contribuições que figuram no orçamento de Pernambuco, para 1933, são: "Contribuição do Governo Federal para o Serviço de Saúde Publica", com 300 contos; a "Taxa de registro de armas", com 80 contos, e a "Taxa de registro de marcas e sinais", com 50 contos. Deixou

de figurar na Receita de 1933 apenas a "Contribuição de 1 1/2 % sobre a arrecadação das Municipalidades", cuja renda no ano anterior estava orçada em 200 contos.

— Em Alagôas não houve modificações porque o orçamento de 1932 foi prorrogado para o corrente ano.

— Sergipe acresceu a sua "Receita" de mais de 5 impostos e suprimiu dois. Os criados foram: "Imposto de 3 réis por metro de tecido fabricado no Estado", orçado em 150 contos; "Patentes pela venda de bebidas e fumo", em 200 contos; "Adicionais de 20 % sobre transmissão inter vivos", em 107 contos; "Imposto de viação", em 50 contos e finalmente o de "500 réis por saco de arrós beneficiado pelo Estado", estimado em 25 contos. Os impostos que deixaram de figurar em 1933 estavam orçados, para 1932, em 76 contos.

— A Baía criou tres impostos que foram: "De Capitalização" prevista a renda de 1.200 contos; "Quota de 5 % sobre a renda das Prefeituras", de 850 contos e a "Taxa de registro do Comércio de armas, explosivos e munições e produtos quimicos", de 250 contos. Deixou de figurar na respectiva receita a "Quota de arrendamento da estrada de ferro de Nazaré", cuja contribuição, para o orçamento de 1932, fôra de 400 contos.

— O Estado do Espirito Santo aumentou seu orçamento da Receita, de 30 itens, estimada a arrecadação deles em 3.960 contos, dando assim a média de 132 contos para cada um.

— O Estado do Rio de Janeiro suprimiu 5 títulos de seu orçamento e criou outros 5; a renda dáqueles, para 1932, estava estimada em 4.694 contos, assim dividida: "Saldo do empréstimo americano" 2.781 contos; "Taxa adicional do açúcar" 853; "Sêlo para bilhetes de loteria", 700; "Rendimento de loterias", 180 contos e "Taxa de expediente", 80 contos.

Os novos títulos que aparecem são: "Auxilio do Departamento do Café", 4.000 contos; "Renda dos portos de Niteroi e Angra", 1.700 contos; "Renda da Escola do Trabalho", 400 contos; "Juros em cõntas corrente", 330 contos e "Imposto de veiculos e automoveis", 250 contos; somando tudo 6.680 contos.

— Os impostos novos, criados para 1933, no orçamento do Estado de São Paulo, montam a 60.600 contos, sendo o de maior vulto o "Imposto de emergencia sobre passagens e frêtes em vias de comunicação", o qual está orçado em 50 mil contos de réis. Os outros são: "Sobre-taxa adicional", estimada sua arrecadação em 8.500 contos; "Impostos de venda de artigos de luxo", em 2.000 contos; e a "Taxa sobre fiscalisação do leite," em 100 contos.

— No Paraná, não foi suprimido imposto algum em 1933, mas foram criados 6 novos, orçados em 1.521 contos; os de maior renda são: "Porcentagens sobre as rendas das Prefeituras" 550 contos; "Imposto sobre vencimentos", 420 contos e "Taxa de frequência do Ginásio e Escola Normal", 160 contos.

— Santa Catarina criou o “Imposto sobre o Capital”, de que conta arrecadar 1.345 contos; a “Contribuição das Prefeituras para o serviço de estatística”, orçado em 35 contos e a “Renda da Penitenciária”, em 20 contos. Desapareceram do orçamento do Estado o “Imposto sobre movimento Comercial e Industrial”, cuja arrecadação fôra prevista, para 1932, em 310 contos e “Benefícios das loterias”, estimados em 250 contos.

— No orçamento da “Receita” do Rio Grande do Sul, não houve modificação sensível, pois apenas foi suprimida a “taxa de mercados de frutas”, estimada em 5 contos e criada a de “6 réis por litro de vinho exportado”, orçado, para 1933, em 150 contos.

— Minas Gerais criou o “Fundo Escolar”, com a renda prevista de 500 contos, e desapareceu do orçamento a “Contribuição dos Municípios para a Guarda Civil”, com a estimativa de 20 contos, em 1932.

— No orçamento de Goiás, para 1933, deixaram de figurar os seguintes impostos e rendas: “Imposto de consumo” com a previsão de 3 contos para 1932; “Renda das quotas de loterias” com 38 contos; “Assinaturas do Correio Oficial”, com 18 contos e “Contribuição do Município da Capital”, com 20 contos. Como contra-partida aparecem em 1933, duas taxas novas: “Taxa sobre pé de café, orçada em 100 contos e “Taxa itineraria”, em 25 contos.

— Mato Grosso criou duas taxas no orçamento para o corrente ano: “Taxa escolar”, com a estimativa de 25 contos e “Taxa sanitaria, com 5 contos. Deixa de figurar no respectivo orçamento o imposto de “10 % sobre ouro e pedras preciosas, extraídas no Estado”, cuja renda prevista para 1932 era de 46 contos.

São essas as principais modificações, no que respeita á Receita, verificadas nos orçamentos dos Estados em 1933, em confronto com os de 1932. Como se vê neles não houve propriamente alteração nem na natureza dos impostos, nem nos processos da feitura das leis de meios.

O quadro que se segue, mostra o aumento ou diminuição da receita, nos vários Estados, orçado para 1933, em comparação com a estimada para 1932:

| ESTADOS                            | 1933      | 1932      | Diferenças<br>para + ou —<br>em 1933 |        |
|------------------------------------|-----------|-----------|--------------------------------------|--------|
| <b>ESTADOS DO NORTE:</b>           |           |           |                                      |        |
| Amazonas . . . . .                 | 7.734     | 7.562     | +                                    | 172    |
| Pará . . . . .                     | 19.249    | 19.160    | +                                    | 89     |
| Maranhão . . . . .                 | 14.644    | 13.426    | +                                    | 1.218  |
| Piauí . . . . .                    | 5.524     | 5.000     | +                                    | 524    |
| <i>Total do Norte</i> . . . . .    | 47.151    | 45.148    | +                                    | 2.003  |
| <b>ESTADOS DO NORDESTE:</b>        |           |           |                                      |        |
| Ceará . . . . .                    | 15.918    | 15.026    | +                                    | 892    |
| Rio Grande do Norte . . . . .      | 11.756    | 9.079     | +                                    | 2.677  |
| Paraíba . . . . .                  | 14.669    | 16.070    | —                                    | 1.401  |
| Pernambuco . . . . .               | 53.846    | 60.214    | —                                    | 6.368  |
| Alagoas . . . . .                  | 12.129    | 12.129    | —                                    | —      |
| Sergipe . . . . .                  | 8.114     | 8.247     | —                                    | 133    |
| <i>Total do Nordeste</i> . . . . . | 116.432   | 120.765   | —                                    | 4.333  |
| <b>ESTADOS DO CENTRO:</b>          |           |           |                                      |        |
| Baía . . . . .                     | 68.110    | 66.755    | +                                    | 1.355  |
| Espirito Santo . . . . .           | 28.100    | 25.690    | +                                    | 2.410  |
| Rio de Janeiro . . . . .           | 52.706    | 52.010    | +                                    | 696    |
| Minas Gerais . . . . .             | 225.347   | 209.988   | +                                    | 15.359 |
| Goiás . . . . .                    | 7.272     | 6.757     | +                                    | 515    |
| Mato Grosso . . . . .              | 8.450     | 9.932     | —                                    | 1.482  |
| <i>Total do Centro</i> . . . . .   | 389.985   | 371.132   | +                                    | 18.853 |
| <b>ESTADOS DO SUL:</b>             |           |           |                                      |        |
| São Paulo . . . . .                | 447.760   | 400.920   | +                                    | 46.840 |
| Paraná . . . . .                   | 27.923    | 33.276    | —                                    | 5.353  |
| Santa Catarina . . . . .           | 18.000    | 18.000    | —                                    | —      |
| Rio Grande do Sul . . . . .        | 229.050   | 198.031   | +                                    | 31.019 |
| <i>Total do Sul</i> . . . . .      | 722.733   | 650.227   | +                                    | 72.506 |
| <i>Total geral</i> . . . . .       | 1.276.301 | 1.187.272 | +                                    | 89.029 |

Desse confronto se verifica que as previsões, para o corrente ano, são maiores em 89.029 contos que as estimadas para 1932, isto tomado em conjunto os orçamentos de todos os Estados do Brasil. Se se analisar, porém, cada Unidade federativa de per si, ver-se-á que algumas delas, aliás poucas, foram mais previdentes, pois orçaram sua receita em importância menor do que o fizeram para o ano passado. Os fatos vieram dar razão aos cinco Estados que assim procederam; os preços dos produtos que se exportam para o exterior baixaram, e como ainda é o imposto de exportação a principal

fonte de renda da maioria dos Estados, é mais que provavel que suas previsões orçamentárias fiquem, no fim do exercício, muito aquém da receita que fôr arrecadada.

E' interessante tambem o que revêla o quadro acima, quanto aos recursos dos Estados, de acôrdo com a sua situação geográfica.

A renda dos 4 Estados do Norte, representa quasi uma terça parte dos 6 Estados do Nordêste, que por sua vez é menor de 2/3 do que arrecadam os 6 Estado do Centro. Estes, finalmente, teem pouco mais da metade da renda dos 4 Estados do Sul do Brasil. Assim, de acôrdo com o agrupamento feito, a renda cresce de norte para o sul.

Quanto ás fontes de renda, é na maioria dos Estados, como já ficou dito, os tributos que ôneram a exportação que haurem eles a maior quota de sua receita. Os 6 Estados que maior renda tiram desse imposto são:

|                          |      |                |
|--------------------------|------|----------------|
| 1 — Paraíba.....         | 47 % | de sua receita |
| 2 — Mato Grosso .....    | 47 % | " " "          |
| 3 — Espirito Santo ..... | 41 % | " " "          |
| 4 — Goiás .....          | 37 % | " " "          |
| 5 — Ceará .....          | 35 % | " " "          |
| 6 — Amazonas .....       | 33 % | " " "          |

OS ESTADOS QUE MENOS ARRECADAM SÃO:

|                         |      |                |
|-------------------------|------|----------------|
| Rio Grande do Sul ..... | 5 %  | de sua receita |
| Maranhão .....          | 8 %  | " " "          |
| São Paulo .....         | 11 % | " " "          |
| Pará .....              | 16 % | " " "          |
| Paraná .....            | 18 % | " " "          |
| Pernambuco .....        | 19 % | " " "          |

Essas percentagens se referem ao imposto assim denominado no orçamento da Receita e aos adicionais que puderam ser desse modo classificados, pois, além das taxas propriamente ditas, sobre os produtos saídos, ha muitos tributos que recaem sobre a exportação, e cuja designação orçamentária não permite identificá-los de modo seguro.

Quanto á "Despesa" orçada para os dois anos em questão, vê-se que para 1932 os orçamentos de todos os Estados somavam 1.235.971 contos e para o ano de 1933 importam em 1.307.724 contos. Houve, por conseguinte, na fixação da despesa para 1933, em confronto com a do ano anterior um aumento de 131.753 contos.

Comparando-se a Receita com a Despesa fixada, nota-se ainda que as previsões, para 1932, acusavam um *deficit* de 48.600 contos, e para 1933 de



91.423 contos. Nos dois anos o *deficit* se origina do desequilíbrio orçamentário do Estado de São Paulo, que para o primeiro ano apresenta uma Despesa superior á Receita de 50.074 contos, e para 1933 e 93.481 contos.

Além de São Paulo, também acusa *deficit*, em 1932, o Estado de Pernambuco, — 10.743 contos. Em 1933, é aquele primeiro Estado o único que não apresenta saldo em seu orçamento. Os quadros, que figuram neste volume, não especificam com todos os pormenores que se encontram nas leis de meios, as despesas de cada Estado, mas as discriminam de conformidade com a classificação adotada pela Secção Técnica da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, que desse modo ficou habilitada a fundir todos os orçamentos, e isso com o fim de estabelecer o confronto necessário a um estudo de conjunto.

Foi com essa mesma classificação que se publicaram quadros idênticos no primeiro volume das "Finanças dos Estados do Brasil", e cuja segunda edição vem de aparecer, visto a primeira ter sido completamente esgotada.

No conjunto dos Estados, a maior despesa, tanto em 1932 como em 1933, destina-se ás "Obras públicas e á Viação"; no primeiro ano ela representa 22 % das despesas totais e no segundo 23 %.

Seguem-se-lhe os despendios com a Instrução pública, que atingem a 15,5 % vindo após com 14 % os gastos com a "Defesa e segurança pública", em cujo item se incluye o que se despende com a força militar.

Segundo os dados apurados, a dívida externa absorve 12,8 % das despesas totais, mas é preciso dizer que nem todos os Estados consignam verba para o serviço desse compromisso e outros a consignam em quantia inferior aos seus encargos.

Nos algarismos que se seguem, confrontam-se as dotações que figuram nos orçamentos para 1933 e as que deviam figurar de acôrdo com as clausulas contratuais e de conformidade com as determinações do Chefe do Governo Provisório que resolveu deverem os Estados e Municípios depositar no Banco do Brasil, ao cambio de 6d, as importancias relativas ao serviço anual dos empréstimos externos.

ENCARGOS ANUAIS COM A DIVIDA EXTERNA EM 1933

VALORES EM CONTOS DE RÉIS

| ESTADOS                       | Dotação orçamentária para 1933 | Serviço ao câmbio de 6d. e de acordos com os contratos | Diferença para + ou - no orçamento de 1933 |
|-------------------------------|--------------------------------|--|--|
| Amazonas . . . . .            | —                              | 1.902  | — 1.902                                    |
| Pará . . . . .                | 1.245                          | 7.942  | — 5.697                                    |
| Maranhão . . . . .            | 1.185                          | 1.862  | — 677                                      |
| Ceará . . . . .               | 1.368                          | 2.270  | — 902                                      |
| Rio Grande do Norte . . . . . | 316                            | 165  | + 161                                      |
| Pernambuco . . . . .          | —                              | 7.779  | — 7.779                                    |
| Alagoas . . . . .             | 1.544                          | 1.080  | + 464                                      |
| Baía . . . . .                | 4.219                          | 10.948   | — 6.729                                    |
| Espirito Santo . . . . .      | 3.405                          | 2.006  | + 1.399                                    |
| Rio de Janeiro . . . . .      | 8.000                          | 15.419   | — 7.419                                    |
| São Paulo . . . . .           | 88.500                         | 196.175  | — 107.675                                  |
| Paraná . . . . .              | 6.872                          | 6.452  | + 420                                      |
| Santa Catarina . . . . .      | 4.809                          | 4.850  | — 41                                       |
| Rio Grande do Sul . . . . .   | 26.237                         | 26.520   | — 283                                      |
| Minas Gerais . . . . .        | 16.085                         | 16.070   | + 15                                       |
| <i>Total</i> . . . . .        | 163.785                        | 301.430  | — 137.645                                  |

Pelos algarismos transcritos, tem-se que os Estados em conjunto consignam em seus orçamentos menos 137.645 contos do que o necessário para o serviço anual de sua dívida externa, dada a hipótese do câmbio estar a 6d. Pelas taxas atuais aqueles compromissos estariam majorados de 50 % e a importância se elevariam de 301.430 a 452.345 contos de réis.

No primeiro caso, os onus com esse serviço representariam, sobre o orçamento da despesa dos Estados que têm dívida externa 22 % e no segundo caso 33 % ou 1/3 da despesa total.

Cinco Estados dão em seu orçamento verba superior às necessidades decorrentes do serviço anual da dívida externa, convertidas essas obrigações à moeda nacional ao câmbio de 6d. por mil réis, e alguns nada consignam como o Amazonas e Pernambuco, sendo que a importância que este último Estado deveria fazer figurar no orçamento para esse fim, não era pequena, pois subiria a 7.779 contos.

Na lei da despesa de São Paulo, para 1933, a verba destinada a esse serviço é de 88.500 contos, com a declaração de que essa importância inclui o serviço do 2º semestre de 1932, e é calculada pelo acôrdo firmado em 28 de Abril de 1932, entre o Estado e o representante dos credôres ingleses. Não obstante, o serviço da dívida externa do Estado, incluindo juros e amortizações, de conformidade com a letra dos contratos, exige anualmente cerca de

196.175 contos. É verdade que o serviço do empréstimo de 1921 era feito pela arrecadação da taxa cobrada em francos e o de 1930, pelo produto da renda do café apenhado e pela cobrança dos 3 shilings por saca de café exportado.

O serviço da dívida interna de todos os Estados representa 8,8 % da despesa total.

Tambem essa verba está sub-estimada porque em alguns deles a amortização está suspensa; e em outros tambem estão suspensos os juros.

São essas as principais verbas da despesa fixada nos orçamentos estaduais.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|--------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |              |              |                         | 1932          | 1933          |
| Imposto de exportação.....                                    | 3.190        | 2.537        | — 653                   | 42,19         | 32,80         |
| Imposto de emolumentos.....                                   | 48           | 47           | — 1                     | 0,63          | 0,61          |
| Venda de terras devolutas.....                                | 101          | 100          | — 1                     | 1,33          | 1,29          |
| Renda da Imprensa Publica....                                 | 131          | 120          | — 11                    | 1,73          | 1,55          |
| Renda do Gabinete de Identifi-<br>cação .....                 | 1            | 1            | —                       | 0,01          | 0,01          |
| Renda do Serviço de Aguas.....                                | 489          | 474          | — 15                    | 6,47          | 6,13          |
| Renda de outros estabelecimentos                              | 50           | 40           | — 10                    | 0,66          | 0,52          |
| Imposto territorial .....                                     | 108          | 170          | + 62                    | 1,43          | 2,20          |
| Cobrança da dívida ativa.....                                 | 269          | 251          | — 18                    | 3,56          | 3,25          |
| Indenizações e reposições.....                                | 18           | 70           | + 52                    | 0,24          | 0,91          |
| Multas por infrações de leis....                              | 19           | 20           | + 1                     | 0,25          | 0,26          |
| Bens vacantes .....   | 2            | 2            | —                       | 0,03          | 0,03          |
| Imposto sobre vencimentos do<br>pessoal inativo .....         | 164          | 90           | — 74                    | 2,17          | 1,16          |
| Receita eventual .....  | 121          | 443          | + 322                   | 1,60          | 5,73          |
| Imposto de industria e profissões                             | 1.313        | 1.275        | — 38                    | 17,36         | 16,49         |
| Arrendamento dos serviços de<br>viagem e luz de Manaus.....   | 280          | 300          | + 20                    | 3,70          | 3,88          |
| Imposto de consumo.....                                       | 225          | 140          | — 85                    | 2,98          | 1,81          |
| Imposto de selo.....  | 285          | 285          | —                       | 3,77          | 3,69          |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....             | 225          | 316          | + 91                    | 2,97          | 4,09          |
| Imposto para a Santa Casa de<br>Misericórdia de Manaus.....   | 123          | 100          | — 23                    | 1,63          | 1,29          |
| 10 % sobre a renda dos Municí-<br>pios (em 1933 — 15 %). .... | 400          | 550          | + 150                   | 5,29          | 7,11          |
| Imposto s/terrenos arrendados...                              | —            | 1            | + 1                     | —             | 0,01          |
| Imposto sobre transferencia de<br>contratos .....             | —            | 1            | + 1                     | —             | 0,01          |
| Imposto de incorporação.....                                  | —            | 250          | + 250                   | —             | 3,23          |
| Taxa sanitaria .....  | —            | 150          | + 150                   | —             | 1,94          |
| Juros de c/c.....   | —            | 1            | + 1                     | —             | 0,01          |
| <b>Total da Receita orçada.....</b>                           | <b>7.562</b> | <b>7.734</b> | <b>+ 172</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

NOTA — Em 1933 foram criados o imposto de incorporação e a taxa sanitaria.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|--------------|--------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |              |              |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder executivo e Secretarias de Estado .....       | 733          | 606          | — 127                   | 9,73             | 7,33         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 26           | 26           | —                       | 0,35             | 0,34         |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 597          | 612          | + 15                    | 7,92             | 7,91         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 535          | 581          | + 46                    | 7,10             | 7,51         |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.858        | 2.095        | + 237                   | 24,67            | 27,09        |
| 6—Saúde Publica e Assistencia                         | 431          | 640          | + 218                   | 5,72             | 8,30         |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 889          | 952          | + 63                    | 11,80            | 12,31        |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 9—Serviço da divida externa..                         | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 10—Serviço da divida flutuante..                      | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 5            | 5            | —                       | 0,07             | 0,06         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 597          | 822          | + 225                   | 7,92             | 10,63        |
| 13—Inativos .....                                     | 1.361        | 1.369        | + 8                     | 18,07            | 17,70        |
| 14—Subvenções e auxilios.....                         | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 16—Juros diversos .....                               | 2            | 2            | —                       | 0,03             | 0,03         |
| 17—Outras despesas .....                              | 5            | 5            | —                       | 0,07             | 0,06         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>7.039</b> | <b>7.724</b> | <b>+ 685</b>            | <b>93,45</b>     | <b>99,86</b> |

(1) — Percentagens em relação à receita.

**ESTADO DO PARÁ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Imposto de exportação.....                       | 4.200         | 3.000         | — 1.200                 | 21,92         | 15,58         |
| Imposto de industria e profissões                | 1.600         | —             | — 1.600                 | 8,35          | —             |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade ..... | 500           | 400           | — 100                   | 2,61          | 2,08          |
| Imposto de selo.....                             | 520           | 300           | — 220                   | 2,71          | 1,56          |
| Carteiras sanitarias .....                       | 200           | —             | — 200                   | 1,04          | —             |
| Consumo de diversos.....                         | 1.800         | 1.600         | — 200                   | 9,39          | 8,31          |
| Renda patrimonial .....                          | 1.000         | 1.200         | + 200                   | 5,22          | 6,03          |
| Divida ativa .....                               | 300           | 150           | — 150                   | 1,57          | 0,78          |
| Adicional de exportação.....                     | 840           | 600           | — 240                   | 4,38          | 3,12          |
| Imposto de gado.....                             | 60            | 50            | — 10                    | 0,31          | 0,26          |
| Taxa judiciaria .....                            | 20            | 20            | —                       | 0,11          | 0,10          |
| Taxa sanitaria .....                             | 40            | 4             | — 36                    | 0,21          | 0,02          |
| Directoria Geral de Agricultura..                | 200           | 250           | + 50                    | 1,04          | 1,30          |
| Restituições .....                               | 50            | —             | — 50                    | 0,26          | —             |
| Eventuais .....                                  | 900           | 600           | — 300                   | 4,70          | 3,12          |
| Serviço de aguas.....                            | 1.200         | 1.200         | —                       | 6,26          | 6,23          |
| Matadouro de Maguari.....                        | 850           | 850           | —                       | 4,44          | 4,42          |
| Serviço de Navegação.....                        | 400           | 860           | + 460                   | 2,09          | 4,47          |
| Estrada de Ferro Bragança.....                   | 1.800         | 100           | — 1.700                 | 9,40          | 0,52          |
| Institutos diversos .....                        | 60            | 700           | + 640                   | 0,31          | 3,64          |
| Consumo de bebidas e fumos....                   | 800           | 800           | —                       | 4,18          | 4,16          |
| Imposto territorial .....                        | 300           | 200           | — 100                   | 1,57          | 1,04          |
| Imposto de caridade.....                         | 20            | 40            | + 20                    | 0,10          | 0,21          |
| Contribuição das Prefeituras....                 | 1.500         | 1.300         | — 200                   | 7,83          | 6,75          |
| Vendas mercantis .....                           | —             | 5.000         | + 5.000                 | —             | 25,97         |
| Estradas de rodagem.....                         | —             | 25            | + 25                    | —             | 0,13          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>               | <b>19.160</b> | <b>19.249</b> | <b>+ 89</b>             | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

NOTA — (1) — Foi criado em 1933 o imposto sobre vendas mercantis.  
 (2) — O imposto sobre industria e profissões passou a ser cobrado pelos Municipios para compensar a redução dos impostos inter-municipais.



**ESTADO DO PARÁ**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 1.341         | 1.822         | + 481                   | 7,00             | 9,47         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 954           | 1.002         | + 48                    | 4,98             | 5,21         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.388         | 1.975         | + 587                   | 7,25             | 10,26        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 4.141         | 3.861         | — 280                   | 21,61            | 20,06        |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 2.386         | 2.828         | + 442                   | 12,45            | 14,69        |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 3.758         | 2.338         | — 1.420                 | 19,61            | 12,15        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 1.289         | 1.245         | — 44                    | 6,73             | 6,47         |
| 10—Serviço da dívida flutuante..                      | 150           | 1.100         | + 950                   | 0,78             | 5,71         |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | —             | 5             | + 5                     | —                | 0,03         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 1.071         | 1.040         | — 31                    | 5,50             | 5,40         |
| 13—Inativos .....                                     | 1.422         | 1.379         | — 43                    | 7,42             | 7,16         |
| 14—Subvenções e auxílios.....                         | 168           | —             | — 168                   | 0,88             | —            |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | 4             | —             | — 4                     | 0,02             | —            |
| 16—Juros diversos .....                               | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 17—Outras despesas .....                              | 816           | 595           | — 221                   | 4,26             | 3,09         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>18.888</b> | <b>19.190</b> | <b>+ 302</b>            | <b>98,58</b>     | <b>99,70</b> |

(1) — Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |              |              |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de industria e profissões                          | 740          | 850          | + 110                   | 5,51         | 5,80         |
| Patente para vender bebidas...                             | 75           | 90           | + 15                    | 0,56         | 0,61         |
| Imposto de produção e consumo                              | 2.500        | 2.900        | + 400                   | 18,62        | 19,30        |
| Imposto de exportação.....                                 | 1.200        | 1.100        | — 100                   | 8,94         | 0,51         |
| Taxa de estatística.....                                   | 60           | 90           | + 30                    | 0,45         | 0,61         |
| Emolumentos .....  | 50           | 60           | + 10                    | 0,37         | 0,41         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....           | 290          | 300          | + 10                    | 2,16         | 2,05         |
| Imposto do selo.....                                       | 500          | 500          | —                       | 3,72         | 3,41         |
| Taxa de expediente.....                                    | 18           | 30           | + 12                    | 0,13         | 0,20         |
| Armazenagens e capatazias.....                             | 600          | 650          | + 50                    | 4,47         | 4,44         |
| Renda da Imprensa Oficial.....                             | 200          | 200          | —                       | 1,49         | 1,37         |
| Cobrança da dívida ativa.....                              | 100          | 200          | + 100                   | 0,74         | 1,37         |
| Renda de exercicios anteriores .                           | 37           | —            | — 37                    | 0,28         | —            |
| Adicionais de 25 % sobre os §§ 1,<br>3, 4 e 7.....         | 1.183        | 1.288        | + 105                   | 8,81         | 8,79         |
| Taxa de classificação de generos<br>para exportação .....  | 14           | 20           | + 6                     | 0,10         | 0,14         |
| Multas .....   | 85           | 20           | — 65                    | 0,63         | 0,14         |
| Imposto territorial .....                                  | 52           | 70           | + 18                    | 0,39         | 0,48         |
| Imposto de assistencia.....                                | 131          | 140          | + 9                     | 0,98         | 0,96         |
| Assistencia ao proletariado.....                           | 103          | 103          | —                       | 0,77         | 0,70         |
| Imposto de instrução primaria .                            | 132          | 140          | + 8                     | 0,98         | 0,96         |
| Sobre-taxa de 5 % nos impostos<br>dos §§ 1, 3, 4 e 7.....  | 180          | 185          | + 5                     | 1,34         | 1,26         |
| Renda da taxa de 1 1/2 % sobre<br>exportação onerada ..... | 300          | 262          | — 38                    | 2,24         | 1,70         |
| Imposto de caridade.....                                   | 100          | 100          | —                       | 0,75         | 0,68         |
| Contribuição das Municipalidades                           | 410          | 294          | — 116                   | 3,05         | 2,01         |
| Renda do Instituto Oswaldo Cruz                            | 26           | 26           | —                       | 0,19         | 0,18         |
| <b>Transporta.....</b>                                     | <b>9.086</b> | <b>9.618</b> | <b>+ 532</b>            | <b>67,67</b> | <b>65,67</b> |

ESTADO DO MARANHÃO  
Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933          |
| Transporte.....   | 9.086         | 9.618         | + 532                   | 67,67            | 65,67         |
| Renda dos serviços de agua, ex-<br>goto, luz, força e Prensa..... | 4.340         | 4.550         | + 210                   | 32,23            | 31,07         |
| Fóros e laudemios.....  | —             | 13            | + 13                    | —                | 0,09          |
| Renda do Posto Agricola.....                                      | —             | 13            | + 13                    | —                | 0,09          |
| Renda da Escola Profissional..                                    | —             | 40            | + 40                    | —                | 0,27          |
| Indenizações .....  | —             | 10            | + 10                    | —                | 0,07          |
| Eventuais .....   | —             | 51            | + 51                    | —                | 0,35          |
| Selo (Escola Profssional).....                                    | —             | 60            | + 60                    | —                | 0,41          |
| Taxa de 3 %.....  | —             | 40            | + 40                    | —                | 0,27          |
| Taxa para manutenção dos ser-<br>vigos dos bombeiros.....         | —             | 9             | + 9                     | —                | 0,06          |
| Imposto sobre diversões.....                                      | —             | 10            | + 10                    | —                | 0,07          |
| Taxa Escolar .....  | —             | 70            | + 70                    | —                | 0,48          |
| Renda dos cursos secundarios...                                   | —             | 10            | + 10                    | —                | 0,07          |
| Auxilio Federal para o Serviço<br>de Saneamento Rural.....        | —             | 150           | + 150                   | —                | 1,02          |
| <b>Total da Receita orçada.....</b>                               | <b>13.426</b> | <b>14.644</b> | <b>+ 1.218</b>          | <b>100,00</b>    | <b>100,00</b> |

NOTA — O orçamento para 1932 foi acrescido de 26 contos da renda do Instituto Oswaldo Cruz.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder executivo e Secretarias de Estado .....       | 1.599         | 2.134         | + 535                   | 11,93            | 14,57        |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 938           | 1.026         | + 88                    | 7,00             | 7,01         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.537         | 1.904         | + 367                   | 11,47            | 13,00        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.900         | 2.615         | + 715                   | 14,18            | 17,86        |
| 6—Saúde Publica e Assistencia.                        | 988           | 1.229         | + 241                   | 7,37             | 8,39         |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 2.595         | 2.691         | + 96                    | 19,37            | 18,38        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 140           | —             | — 140                   | 1,05             | —            |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 1.500         | 1.185         | — 315                   | 11,19            | 8,09         |
| 10—Serviço da dívida flutuante..                      | 20            | 40            | + 20                    | 0,15             | 0,27         |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 8             | 8             | —                       | 0,06             | 0,55         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 624           | 360           | — 264                   | 4,66             | 2,46         |
| 13—Inativos .....                                     | 1.154         | 1.185         | + 31                    | 8,61             | 8,09         |
| 14—Subvenções e auxílios.....                         | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | —             | 131           | + 131                   | —                | —            |
| 16—Juros diversos .....                               | —             | —             | —                       | —                | 0,39         |
| 17—Outras despesas .....                              | 10            | 2             | — 8                     | 0,07             | 0,01         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>13.013</b> | <b>14.510</b> | <b>+ 1.497</b>          | <b>97,11</b>     | <b>99,57</b> |

(1) — Percentagens em relação á receita.

ESTADO DO PIAUÍ

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932  | 1933  | Diferença |      | Percentagens |       |
|--|-------|-------|-----------|------|--------------|-------|
|  |       |       | em        | 1933 | 1932         | 1933  |
| Imposto de exportação.....                         | 1.580 | 1.264 | —         | 316  | 31,60        | 22,38 |
| Imposto sobre gado abatido....                     | 180   | 290   | +         | 110  | 3,60         | 5,25  |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....   | 150   | 122   | —         | 28   | 3,00         | 2,21  |
| Imposto de industria e profissões                  | 1.620 | 1.400 | —         | 220  | 32,40        | 25,34 |
| Imposto territorial .....                          | 250   | 300   | +         | 50   | 5,00         | 5,43  |
| Imposto de selo.....                               | 97    | 148   | +         | 51   | 1,94         | 2,08  |
| Imposto sobre registro de terras                   | 5     | 5     | —         | —    | 0,10         | 0,09  |
| Taxas de conhecimentos.....                        | 65    | 84    | +         | 19   | 1,30         | 1,52  |
| Taxa de estatística.....                           | 35    | 50    | +         | 15   | 0,70         | 0,91  |
| Taxa de abastecimento de agua.                     | 120   | 136   | +         | 16   | 2,40         | 2,40  |
| Taxa de serviço de luz e energia<br>elétrica ..... | 150   | 281   | +         | 131  | 3,00         | 5,09  |
| Taxa de emolumentos.....                           | 70    | 96    | +         | 26   | 1,40         | 1,74  |
| Renda da Imprensa Oficial.....                     | 90    | 132   | +         | 42   | 1,80         | 2,39  |
| Renda do Liceu Piauiense.....                      | 5     | 6     | +         | 1    | 0,10         | 0,11  |
| Arrendamentos de terras.....                       | 9     | 6     | —         | 3    | 0,18         | 0,11  |
| Custas judiciais .....                             | 2     | 4     | +         | 2    | 0,04         | 0,07  |
| Dívida ativa .....                                 | 70    | 90    | +         | 20   | 1,40         | 1,63  |
| Adicional de 5 %, em 1933 6 %..                    | 67    | 105   | +         | 38   | 1,34         | 1,90  |
| Bens de evento.....                                | 3     | 7     | +         | 4    | 0,06         | 0,13  |
| Multas .....                                       | 10    | 30    | +         | 20   | 0,20         | 0,54  |
| Reposições e restituições.....                     | 2     | 8     | +         | 6    | 0,04         | 0,14  |
| Eventuais .....                                    | 60    | 110   | +         | 50   | 1,20         | 1,99  |
| Fazendas Nacionais .....                           | 80    | 150   | +         | 70   | 1,60         | 2,72  |
| Benefício de loterias.....                         | 45    | 45    | —         | —    | 0,90         | 0,81  |
| Taxa de caridade.....                              | 20    | 45    | +         | 25   | 0,40         | 0,81  |
| Transporta.....                                    | 4.785 | 4.914 | +         | 129  | 95,70        | 88,95 |

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|--------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |              |              |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte.....                                     | 4.785        | 4.914        | + 129                   | 95,70         | 88,95         |
| Selo de caridade.....                               | 35           | 46           | + 11                    | 0,70          | 0,83          |
| Taxa escolar .....                                  | 30           | 33           | + 3                     | 0,60          | 0,60          |
| Quotas das Prefeituras.....                         | 150          | 249          | + 99                    | 3,00          | 4,51          |
| Imposto de viagem e transporte..                    | —            | 10           | + 10                    | —             | 0,18          |
| Taxa de expediente.....                             | —            | 50           | + 50                    | —             | 0,91          |
| Taxa para consolidação rodoviaría .....             | —            | 5            | + 5                     | —             | 0,09          |
| Imposto hipotecario .....                           | —            | 5            | + 5                     | —             | 0,09          |
| Imposto sobre fumo e bebidas...                     | —            | 100          | + 100                   | —             | 1,81          |
| Renda dos Armazens de Parnaíba                      | —            | 42           | + 42                    | —             | 0,76          |
| Auxílio do Governo Federal á Profilaxia Rural ..... | —            | 70           | + 70                    | —             | 1,27          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>                  | <b>5.000</b> | <b>5.524</b> | <b>+ 524</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |              |              |                         | 1932         | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 600          | 877          | + 277                   | 12,00        | 15,88        |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —            | —            | —                       | —            | —            |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 435          | 433          | — 2                     | 8,70         | 7,84         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 948          | 1.078        | + 130                   | 18,96        | 19,51        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.067        | 1.240        | + 173                   | 21,34        | 22,45        |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 218          | 264          | + 46                    | 4,36         | 4,77         |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 531          | 515          | — 16                    | 10,62        | 9,32         |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | 200          | 100          | — 100                   | 4,00         | 1,31         |
| 9—Serviço da divida externa...                        | —            | —            | —                       | —            | —            |
| 10—Serviço da divida flutuante..                      | —            | —            | —                       | —            | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 5            | 5            | —                       | 0,10         | 0,09         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 511          | 431          | — 80                    | 10,22        | 7,80         |
| 13—Inativos .....                                     | 415          | 429          | + 14                    | 8,30         | 7,77         |
| 14—Subvenções e auxilios.....                         | —            | —            | —                       | —            | —            |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | 50           | 120          | + 70                    | 1,00         | 2,17         |
| 16—Juros diversos .....                               | —            | —            | —                       | —            | —            |
| 17—Outras despesas .....                              | —            | —            | —                       | —            | —            |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>4.980</b> | <b>5.492</b> | <b>+ 512</b>            | <b>99,60</b> | <b>99,41</b> |

(1) — Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DO CEARÁ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação.....                                    | 5.652         | 5.500         | — 152                   | 37,61        | 34,55        |
| Imposto de industria e profissões                             | 2.805         | 3.300         | + 495                   | 18,67        | 20,73        |
| Imposto predial .....   | 1.022         | 1.114         | + 92                    | 6,80         | 7,00         |
| Imposto sobre gado abatido.....                               | 818           | 852           | + 34                    | 5,44         | 5,35         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....              | 783           | 827           | + 44                    | 5,21         | 5,19         |
| Imposto rural .....   | 946           | 754           | — 192                   | 6,29         | 4,74         |
| Imposto sobre causas civeis e<br>comerciais .....             | 4             | 5             | + 1                     | 0,03         | 0,03         |
| Taxa de selo .....  | 598           | 679           | + 81                    | 3,98         | 4,27         |
| Taxa de estatistica de exportação                             | 27            | 32            | + 5                     | 0,18         | 0,20         |
| Taxa de armazenagem e capita-<br>zia .....                    | 3             | 3             | —                       | 0,02         | 0,02         |
| Renda da Estação experimental<br>de Santo Antonio .....       | 6             | 40            | + 34                    | 0,04         | 0,25         |
| Renda da Estação de pomilcul-<br>tura de Santo Antonio .....  | 3             | —             | — 3                     | 0,02         | —            |
| Renda do sitio São José .....                                 | 1             | —             | — 1                     | 0,01         | —            |
| Arrendamento de terras e pro-<br>priedades do Estado .....    | —             | 3             | + 3                     | —            | 0,02         |
| Taxa sobre o consumo d'agua e<br>uso de esgoto .....          | 610           | 700           | + 90                    | 4,06         | 4,40         |
| Renda do Gabinete de Identifi-<br>cação .....                 | 3             | 8             | + 5                     | 0,02         | 0,05         |
| Renda da Directoria de Obras<br>Publicas .....                | 6             | 10            | + 4                     | 0,04         | 0,06         |
| Cobrança da Divida Ativa.....                                 | 286           | 400           | + 114                   | 1,90         | 2,51         |
| Indenisações .....  | 24            | 1             | — 23                    | 0,16         | 0,01         |
| Bens do evento .....  | 1             | —             | — 1                     | 0,01         | —            |
| Venda de coleções de leis e re-<br>gulamentos .....           | 1             | 1             | —                       | 0,01         | 0,01         |
| Alcance de exatores .....                                     | 11            | —             | — 11                    | 0,07         | —            |
| Renda da Policia Maritima ....                                | 2             | 4             | + 2                     | 0,01         | 0,02         |
| Taxa da Ponte metalica .....                                  | 180           | 207           | + 27                    | 1,20         | 1,30         |
| Contribuição do G. Federal para<br>o Serviço do algodão ..... | 150           | 100           | — 50                    | 1,00         | 0,63         |
| <b>Transporta .....</b>                                       | <b>13.942</b> | <b>14.540</b> | <b>+ 598</b>            | <b>92,78</b> | <b>91,34</b> |

**ESTADO DO CEARÁ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....   | 13.942        | 14.540        | + 598                   | 92,78         | 91,34         |
| Adicional de 10 % sobre o imposto de exportação .....          | 565           | 570           | + 5                     | 3,76          | 3,58          |
| Adicional de 10 % sobre o imposto de industria e profissões    | 290           | —             | — 290                   | 1,93          | —             |
| Taxa escolar .....   | 7             | —             | — 7                     | 0,05          | —             |
| Quotas de loterias estaduais ....                              | 60            | —             | — 60                    | 0,40          | —             |
| Taxa rodoviaria .....  | 100           | 100           | —                       | 0,67          | 0,63          |
| Multas por infração de leis e regulamentos .....               | 56            | —             | — 56                    | 0,37          | —             |
| Juros de letras não pagas á Fazenda nos vencimentos .....      | —             | —             | —                       | —             | —             |
| Juros de 1 % sobre alcance de exatores .....                   | —             | —             | —                       | —             | —             |
| Juros de dinheiro do Estado depositado nos Bancos .....        | 6             | —             | — 6                     | 0,04          | —             |
| Frações do imposto de exportação pelas fronteiras .....        | —             | —             | —                       | —             | —             |
| Rendas do serviço de defesa e fomento agricola .....           | —             | 4             | + 4                     | —             | 0,03          |
| Renda do serviço de industria pastoril .....                   | —             | 2             | + 2                     | —             | 0,01          |
| Venda de bens do Estado .....                                  | —             | 2             | + 2                     | —             | 0,01          |
| Taxa para o Corpo de Bombeiros                                 | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,63          |
| Contribuição dos Municipios para a instrução e saude publicas. | —             | 500           | + 500                   | —             | 3,14          |
| Rendas eventuais .....   | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,63          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>                             | <b>15.026</b> | <b>15.918</b> | <b>+ 892</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DO CEARÁ**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 883           | 1.123         | + 237                   | 5,90             | 7,05         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 6             | 7             | + 1                     | 0,04             | 0,04         |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 910           | 784           | + 126                   | 6,06             | 4,93         |
| 4—Defesa e Segurança Pública.                         | 2.224         | 2.560         | + 336                   | 14,80            | 16,08        |
| 5—Instrução Pública .....                             | 2.560         | 2.974         | + 405                   | 17,10            | 18,68        |
| 6—Saúde Pública e Assistência                         | 715           | 1.321         | + 606                   | 4,76             | 8,30         |
| 7—Obras Públicas e Viação ....                        | 1.107         | 2.102         | + 995                   | 7,37             | 13,21        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 287           | 287           | —                       | 1,91             | 1,80         |
| 9—Serviço da dívida externa ..                        | 1.360         | 1.368         | + 8                     | 9,05             | 8,34         |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 205           | 205           | —                       | 1,36             | 1,28         |
| 12—Arrecadação das Rendas ...                         | 1.072         | 1.216         | + 144                   | 7,13             | 7,64         |
| 13—Inativos .....                                     | 732           | 1.217         | + 485                   | 4,87             | 7,05         |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | 3             | —             | — 3                     | 0,02             | —            |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 401           | 464           | + 63                    | 2,67             | 2,91         |
| 16—Juros diversos .....                               | 2             | 23            | + 21                    | 0,01             | 0,14         |
| 17—Outras despesas .....                              | 7             | 12            | + 5                     | 0,05             | 0,08         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>12.486</b> | <b>15.663</b> | <b>+ 3.177</b>          | <b>83,10</b>     | <b>98,14</b> |

(1) — Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |              |              |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação.....                                   | 3.300        | 2.800        | — 500                   | 36,35        | 23,82        |
| Imposto sobre sal .....                                      | 1.300        | 1.400        | + 100                   | 14,32        | 11,01        |
| Imposto do consumo .....                                     | 850          | 1.630        | + 780                   | 9,36         | 13,87        |
| Imposto de industria e profissões                            | 750          | 1.200        | + 450                   | 8,26         | 10,21        |
| Imposto territorial .....                                    | 300          | 400          | + 100                   | 3,30         | 3,40         |
| Imposto de selo .....  | 350          | 205          | — 145                   | 3,86         | 1,74         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....             | 330          | 422          | + 92                    | 3,63         | 3,59         |
| Imposto sobre rez abatida .....                              | 290          | —            | — 290                   | 3,19         | —            |
| Imposto de expediente .....                                  | 60           | 60           | —                       | 0,66         | 0,51         |
| Imposto sobre gado bovino ....                               | 30           | 20           | — 10                    | 0,33         | 0,17         |
| Imposto de emolumentos .....                                 | 15           | 10           | — 5                     | 0,17         | 0,08         |
| Imposto de 10 % s/vencimen-<br>tos nas nomeações e acessos.. | 10           | 105          | + 95                    | 0,11         | 0,89         |
| Imposto sobre vencimentos.....                               | 320          | —            | — 320                   | 3,53         | —            |
| Imposto de viagem .....                                      | 150          | 130          | — 20                    | 1,65         | 1,11         |
| Taxa de matricula .....                                      | 10           | —            | — 10                    | 0,11         | —            |
| Taxa judiciaria .....  | 3            | 5            | + 2                     | 0,03         | 0,04         |
| Taxa de valorisação .....                                    | 1            | —            | — 1                     | 0,01         | —            |
| Venda, aforamento e laudemio<br>das terras publicas .....    | 10           | 3            | — 7                     | 0,11         | 0,03         |
| Renda dos proprios do Estado...                              | 35           | 16           | — 19                    | 0,39         | 0,14         |
| Taxa de ocupação das terras pu-<br>blicas .....              | 5            | 10           | + 5                     | 0,06         | 0,08         |
| Rendimento da Imprensa Oficial                               | 200          | 215          | + 15                    | 2,20         | 1,83         |
| Rendimento do Almojarifado do<br>Estado .....                | 10           | 5            | — 5                     | 0,11         | 0,04         |
| Montepio .....   | 180          | 815          | + 635                   | 1,98         | 6,93         |
| Renda eventual .....   | 20           | 44           | + 24                    | 0,22         | 0,37         |
| Divida ativa .....   | 30           | 200          | + 170                   | 0,33         | 1,70         |
| <b>Transporta .....</b>                                      | <b>8.559</b> | <b>9.695</b> | <b>+ 1.136</b>          | <b>94,27</b> | <b>82,46</b> |

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VIRBAS   | 1932         | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|--------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |              |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....   | 8.550        | 9.695         | + 1.136                 | 94,27         | 82,46         |
| Rendimentos dos estabelecimento<br>de assistência .....                                | 8            | 20            | + 12                    | 0,09          | 0,17          |
| Juros dos capitais do Estado de-<br>positados em Bancos .....                          | 5            | 15            | + 10                    | 0,06          | 0,13          |
| Produtos de heranças jacentes..  | 1            | —             | — 1                     | 0,01          | —             |
| Produtos de bens do evento.....  | 1            | 1             | —                       | 0,01          | 0,01          |
| Imposto de caridade .....  | 90           | 110           | + 20                    | 0,99          | 0,94          |
| Imposto adicional sobre bebidas<br>alcoolicas .....                                    | 80           | 70            | — 10                    | 0,88          | 0,60          |
| Contribuição do Município de Na-<br>tal para iluminação .....                          | 200          | 200           | —                       | 2,20          | 1,70          |
| Sobre-taxa de exportação .....   | 135          | 120           | — 15                    | 1,49          | 1,02          |
| Imposto sobre transações comer-<br>ciais e civis resultantes de em-<br>prestimos ..... | —            | 950           | + 950                   | —             | 8,08          |
| Contribuição municipal .....   | —            | 365           | + 365                   | —             | 3,10          |
| Dividendo das ações do Estado<br>depositadas no Banco do Rio<br>Grande do Norte .....  | —            | 35            | + 35                    | —             | 0,30          |
| Rendimento dos nucleos agrico-<br>las .....  | —            | 150           | + 150                   | —             | 1,28          |
| Sobre-taxa de consumo .....  | —            | 25            | + 25                    | —             | 0,21          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>   | <b>9.079</b> | <b>11.756</b> | <b>+ 2.677</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|--------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |              |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 905          | 1.505         | + 600                   | 9,97             | 12,80        |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 7            | —             | — 7                     | 0,08             | —            |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 646          | 673           | + 27                    | 7,11             | 5,72         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.140        | 1.640         | + 500                   | 12,56            | 13,95        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.499        | 2.087         | + 588                   | 16,51            | 17,76        |
| 6—Saude Publica e Assistencia                         | 853          | 1.390         | + 537                   | 9,40             | 11,82        |
| 7—Obras Publicas e Viagem ....                        | 472          | 1.034         | + 562                   | 5,20             | 8,80         |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | 840          | 1.460         | + 620                   | 9,25             | 12,42        |
| 9—Serviço da divida externa ..                        | 1.039        | 316           | — 723                   | 11,44            | 2,69         |
| 10—Serviço da divida flutuante.                       | —            | —             | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 130          | 102           | — 28                    | 1,43             | 0,87         |
| 12—Arrecadação das Rendas ...                         | 732          | 507           | — 225                   | 8,06             | 4,31         |
| 13—Inativos .....                                     | 575          | 575           | —                       | 6,33             | 4,89         |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | —            | 8             | + 8                     | —                | 0,07         |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 215          | 446           | + 231                   | 2,37             | 3,79         |
| 16—Juros diversos .....                               | 5            | 5             | —                       | 0,06             | 0,04         |
| 17—Outras despesas .....                              | —            | 7             | + 7                     | —                | 0,06         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>9.058</b> | <b>11.755</b> | <b>+ 2.697</b>          | <b>99,77</b>     | <b>99,98</b> |

(1) — Percentagens em relação à receita.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação.....                                      | 6.630         | 6.897         | + 267                   | 41,28        | 47,02        |
| Imposto de industria e profissões                               | 2.500         | 1.797         | — 703                   | 15,56        | 12,25        |
| Imposto de incorporação .....                                   | 1.150         | 1.048         | — 102                   | 7,16         | 7,14         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....                | 830           | 715           | — 115                   | 5,16         | 4,87         |
| Imposto de estatística .....                                    | 200           | 150           | — 50                    | 1,24         | 1,02         |
| Imposto de selo adesivo .....                                   | 450           | 452           | + 2                     | 2,80         | 30,08        |
| Imposto de selo por verba .....                                 | 60            | 80            | + 20                    | 0,37         | 0,55         |
| Imposto sobre gado abatido ....                                 | 450           | 475           | + 25                    | 2,80         | 3,24         |
| Imposto sobre produção de gado                                  | 150           | 95            | — 55                    | 0,93         | 0,85         |
| Imposto sobre aguardente .....                                  | 150           | 102           | — 48                    | 0,93         | 0,70         |
| Imposto territorial .....                                       | 200           | 200           | —                       | 1,24         | 1,86         |
| Imposto sobre falencias e con-<br>cordatas .....                | 6             | 3             | — 3                     | 0,04         | 0,02         |
| Imposto sobre arrendamentos...                                  | 21            | 11            | — 10                    | 0,13         | 0,08         |
| Imposto sobre leilão .....                                      | 2             | 2             | —                       | 0,01         | 0,01         |
| Imposto de caridade sobre pas-<br>sagens e transportes .....    | 30            | 17            | — 13                    | 0,19         | 0,12         |
| Imposto de caridade s/ Ingressos<br>em casas de diversões ..... | 20            | 19            | — 1                     | 0,13         | 0,13         |
| Imposto de caridade sobre co-<br>queiros e frutíferos .....     | 25            | 27            | + 2                     | 0,16         | 0,18         |
| Renda do Liceu Parahibano .....                                 | 10            | 25            | + 15                    | 0,06         | 0,17         |
| Venda de generos proprios do<br>Estado .....                    | 2             | 2             | —                       | 0,01         | 0,01         |
| Fóros de terrenos de extintos al-<br>deamentos de indios .....  | 2             | 3             | + 1                     | 0,01         | 0,02         |
| Laudemios .....   | 2             | 1             | — 1                     | 0,01         | 0,01         |
| Venda e rendas de predios e ter-<br>renos do Estado .....       | 100           | 28            | — 72                    | 0,62         | 0,19         |
| Juros de capitais do Estado ....                                | 15            | 74            | + 59                    | 0,09         | 0,50         |
| Renda da Repartição de Agua e<br>Esgotos .....                  | 950           | 693           | — 257                   | 5,91         | 4,72         |
| Renda da Imprensa Oficial .....                                 | 400           | 306           | — 94                    | 2,49         | 2,09         |
| <b>Transporta .....</b>   | <b>14.355</b> | <b>13.222</b> | <b>— 1.133</b>          | <b>89,33</b> | <b>90,13</b> |

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS                                   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....                         | 14.355        | 13.222        | — 1.133                 | 89,33         | 90,13         |
| Cobrança da dívida ativa .....           | 200           | 290           | + 90                    | 1,25          | 1,98          |
| Multas .....                             | 34            | 38            | + 4                     | 0,21          | 0,26          |
| Renda de depósitos .....                 | 1             | —             | — 1                     | 0,01          | —             |
| Contrato com o Serviço de Algodão .....  | 8             | 5             | — 3                     | 0,05          | 0,03          |
| Inspetoria de Veículos .....             | 20            | 17            | — 3                     | 0,12          | 0,12          |
| Eventuais .....                          | 113           | 108           | — 5                     | 0,70          | 0,74          |
| Taxa de Viação .....                     | 300           | 300           | —                       | 1,87          | 2,04          |
| 15 % sobre a renda das Prefeituras ..... | 600           | 400           | — 200                   | 3,73          | 2,73          |
| Quota das Prefeituras .....              | 220           | —             | — 220                   | 1,37          | —             |
| Quota do Governo Federal ....            | 219           | 219           | —                       | 1,36          | 1,40          |
| Quota da Loteria do Estado ....          | —             | 60            | + 60                    | —             | 0,41          |
| Indenizações .....                       | —             | 10            | + 10                    | —             | 0,07          |
| <b>Total da Receita orçada ...</b>       | <b>16.070</b> | <b>14.669</b> | <b>— 1.401</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 1.585         | 1.605         | + 100                   | 9,73             | 11,35        |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 756           | 874           | + 28                    | 4,70             | 5,15         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 3.622         | 3.253         | — 369                   | 22,54            | 22,18        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 2.287         | 2.265         | — 22                    | 14,23            | 15,44        |
| 6—Saude Publica e Assistencia                         | 1.145         | 1.090         | — 55                    | 7,13             | 7,43         |
| 7—Obras Publicas e Viação ....                        | 1.790         | 1.769         | — 21                    | 11,14            | 12,06        |
| 8—Serviço da divida Interna fundada .....             | 1.760         | 160           | — 1.600                 | 10,95            | 1,09         |
| 9—Serviço da divida externa ..                        | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 10—Serviço da divida flutuante.                       | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 30            | 20            | — 10                    | 0,19             | 0,14         |
| 12—Arrecadação das Rendas ...                         | 1.372         | 1.342         | — 30                    | 8,54             | 9,15         |
| 13—Inativos .....                                     | 673           | 731           | + 58                    | 4,19             | 4,98         |
| 14—Subvenções e auxilios .....                        | 37            | —             | — 37                    | 0,23             | —            |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 359           | 905           | + 46                    | 5,35             | 6,17         |
| 16—Juros diversos .....                               | —             | 65            | + 65                    | —                | 0,44         |
| 17—Outras despesas .....                              | 5             | 23            | + 18                    | 0,03             | 0,16         |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>15.901</b> | <b>14.072</b> | <b>— 1.829</b>          | <b>98,95</b>     | <b>95,74</b> |

(1) — Percentagens em relação à receita.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932   | 1933   | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |       |
|--|--------|--------|-------------------------|--------------|-------|
|  |        |        |                         | 1932         | 1933  |
| Dividas de exercicios findos ....  | 3.670  | 4.108  | + 438                   | 6,10         | 7,63  |
| Imposto de exportação .....  | 14.414 | 10.347 | — 4.067                 | 23,94        | 19,22 |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....   | 2.568  | 2.268  | — 300                   | 4,26         | 4,21  |
| Imposto de industria e profiss-<br>ões .....   | 4.007  | 3.711  | — 296                   | 6,65         | 6,89  |
| Imposto sobre dividendos .....   | 77     | 34     | — 43                    | 0,13         | 0,06  |
| Imposto sobre honorarios, venci-<br>mentos ou gratificações .....  | 124    | 118    | — 6                     | 9,21         | 0,22  |
| Imposto de 2 % sobre novos e<br>velhos direitos .....  | 24     | 27     | + 3                     | 0,04         | 0,06  |
| Imposto predial .....  | 2.000  | 2.058  | + 58                    | 3,32         | 3,82  |
| Imposto sobre hipotecas .....  | 35     | 103    | + 18                    | 0,14         | 0,19  |
| Imposto de selo .....  | 1.170  | 1.126  | — 44                    | 1,94         | 2,09  |
| Imposto de estatistica .....   | 491    | 411    | — 80                    | 0,82         | 0,76  |
| Imposto sobre leilão feito fóra<br>da séde .....   | 11     | 9      | — 2                     | 0,02         | 0,02  |
| Imposto territorial .....  | 394    | 300    | — 94                    | 0,65         | 0,56  |
| Imposto de consumo .....   | 5.318  | 5.122  | — 196                   | 8,83         | 9,51  |
| Contribuições para o serviço de<br>exgotos da Capital .....  | 1.374  | 1.314  | — 60                    | 2,28         | 2,44  |
| Contribuição para o serviço de<br>agua .....   | 3.020  | 2.911  | — 109                   | 5,02         | 5,41  |
| Contribuição para o serviço de<br>extingão de incendio .....   | 115    | 113    | — 2                     | 0,19         | 0,21  |
| Emolumentos .....  | 102    | 107    | + 5                     | 0,17         | 0,20  |
| Imposto sobre falencias e con-<br>cordatas .....   | 30     | 38     | + 8                     | 0,05         | 0,07  |
| Imposto sobre causas civeis ou<br>comerciais .....   | 20     | 29     | + 9                     | 0,03         | 0,05  |
| Imposto de 2 % sobre os depo-<br>sitos publicos nas repartições<br>arrecadadoras e no Tesouro do<br>Estado ..... | 7      | 5      | — 2                     | 0,01         | 0,01  |
| Custas e percentagens judicia-<br>rias .....   | 5      | 21     | + 16                    | 0,01         | 0,04  |
| 20 % de adicionais sobre diversos<br>impostos .....  | 5.398  | 4.934  | — 464                   | 8,96         | 8,16  |
| Restituições e reposições .....  | 17     | 57     | + 40                    | 0,03         | 0,11  |
| 20 % sobre indev. retenção de<br>rendas publicas .....   | 1      | 2      | + 1                     | 0,00         | 0,00  |
| Transporta .....   | 44.442 | 39.273 | — 5.169                 | 73,89        | 73,93 |

**ESTADO DE PARNAMBUCO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|---------------|---------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |               |               |                         | 1932         | 1933         |
| Transporte .....   | 44.442        | 39.273        | — 5.169                 | 73,80        | 72,93        |
| Multas por infração e apreensões<br>fiscais .....                              | 122           | 101           | — 21                    | 0,20         | 0,19         |
| Contribuições de loterias .....  | 80            | 80            | —                       | 0,13         | 0,15         |
| Taxa de matrícula em estabele-<br>cimentos de ensino .....                     | 56            | 84            | + 28                    | 0,09         | 0,16         |
| Bens de evento .....   | 2             | 1             | — 1                     | 0,00         | 0,00         |
| Receita eventual .....   | 1.950         | 1.000         | — 950                   | 3,24         | 1,86         |
| Renda dos próprios do Estado e<br>do Armazem da Recebedoria..                  | 71            | 67            | — 4                     | 0,12         | 0,12         |
| Renda da Ilha de Fernando de<br>Noronha .....                                  | 49            | 43            | — 6                     | 0,08         | 0,08         |
| Renda da Imprensa Oficial ....   | 431           | 400           | — 31                    | 0,72         | 0,74         |
| Renda dos Hospitais O. Cruz e<br>de doenças nervosas .....                     | 161           | 280           | + 119                   | 0,27         | 0,52         |
| Renda dos campos de sementei-<br>ras e class. de algodão .....                 | 95            | 98            | — 6                     | 0,16         | 0,17         |
| Renda da Insp. G. de Veículos<br>e Gabinete de Ident. e Est.<br>Criminal ..... | 115           | 200           | + 85                    | 0,19         | 0,37         |
| Renda da Casa de Detenção ....   | 242           | 60            | — 182                   | 0,40         | 0,11         |
| Prestações de venda de próprios<br>do Estado .....                             | 140           | 140           | —                       | 0,23         | 0,26         |
| Prestação dos contratos de usi-<br>nas .....                                   | 29            | 29            | —                       | 0,05         | 0,06         |
| Instalações de aparelhos sanita-<br>rios .....                                 | 353           | 330           | — 23                    | 0,59         | 0,61         |
| Imposto sobre gado abatido ....  | 180           | 215           | + 35                    | 0,30         | 0,40         |
| Imposto s/ volumes exportados.   | 538           | 700           | + 162                   | 0,90         | 1,30         |
| Adicional de 1/2 %, 1 %, e 2 %<br>s/ diversos impostos .....                   | 300           | 338           | + 38                    | 0,50         | 0,63         |
| Taxa de iluminação .....   | 250           | 206           | — 144                   | 0,58         | 0,38         |
| <b>Transporta .....</b>  | <b>49.706</b> | <b>43.636</b> | <b>— 6.070</b>          | <b>82,55</b> | <b>81,04</b> |



ESTADO DE PARNAMBUCO

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....  | 49.706        | 43.636        | — 6.070                 | 82,55         | 31,04         |
| Taxa de matricula* de veículos..                                      | 150           | 209           | + 59                    | 0,25          | 0,39          |
| Taxa s/ mocambo .....   | 2             | 2             | —                       | 0,00          | 0,00          |
| 10 % s/ a Rec. do Municipio de Recife .....                           | 650           | 666           | + 16                    | 1,08          | 1,26          |
| Contribuições de caridade .....                                       | 904           | 937           | + 33                    | 1,50          | 1,74          |
| Quotas das Empresas que têm contratos com o Estado .....              | 50            | 34            | — 16                    | 0,08          | 0,06          |
| Quotas recolhidas por diversos estabelecimentos para 1 medico         | 42            | 62            | + 20                    | 0,07          | 0,11          |
| Contribuição do Governo Federal para o Serviço de Algodão ...         | 200           | —             | — 200                   | 0,33          | —             |
| 1 1/2 % s/ a arrecadação das Municipalidades .....                    | 105           | 105           | —                       | 0,18          | 0,19          |
| 5 % s/ a arrecadação para o serviço de higiene .....                  | 350           | 350           | —                       | 0,58          | 0,65          |
| Renda das Dócas de Pernambuco .....                                   | 4.555         | 4.000         | — 555                   | 7,57          | 7,43          |
| Taxa de 2 % ouro para o Porto de Pernambuco .....                     | 3.500         | 3.100         | — 400                   | 5,81          | 5,76          |
| Taxa de registro de marcas e sinais .....                             | —             | 50            | + 50                    | —             | 0,09          |
| Taxa de registro de armas ....  | —             | 80            | + 80                    | —             | 0,15          |
| Renda do Boletim da Secretaria de V. O. S. A. I. e Comercio .....     | —             | 15            | + 15                    | —             | 0,03          |
| Contribuição do Governo Federal para o Serviço de Saúde Publica ..... | —             | 300           | + 300                   | —             | 0,56          |
| Contribuição para o Serviço de Estradas de Rodagem .....              | —             | 300           | + 300                   | —             | 0,56          |
| <b>Total da Receita orçada .....</b>                                  | <b>60.214</b> | <b>53.846</b> | <b>— 6.368</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 3.076         | 2.938         | — 138                   | 5,11             | 5,46          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 71            | —             | — 71                    | 0,12             | —             |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 2.049         | 2.254         | — 205                   | 3,40             | 4,19          |
| 4—Defesa e Segurança Pública.                         | 10.258        | 9.821         | — 437                   | 17,04            | 18,24         |
| 5—Instrução Pública .....                             | 7.095         | 6.978         | — 117                   | 11,78            | 12,96         |
| 6—Saúde Pública e Assistência.                        | 6.717         | 5.796         | — 921                   | 11,15            | 10,76         |
| 7—Obras Públicas e Viação....                         | 12.760        | 14.572        | + 1.812                 | 21,19            | 27,06         |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 4.902         | 5.321         | + 419                   | 8,14             | 9,88          |
| 9—Serviço da dívida externa..                         | 7.747         | —             | — 7.747                 | 12,87            | —             |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | 1.993         | —             | — 1.993                 | 3,31             | —             |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 7.265         | 20            | — 7.245                 | 12,06            | 0,04          |
| 12—Arrecadação das Rendas ...                         | 2.448         | 2.029         | — 419                   | 4,07             | 3,77          |
| 13—Inativos .....                                     | 2.522         | 2.877         | + 355                   | 4,19             | 5,34          |
| 14—Subvenções e Auxílios .....                        | 246           | —             | — 246                   | 0,41             | —             |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda .....     | 1.758         | 1.128         | — 630                   | 2,92             | 2,09          |
| 16—Juros diversos .....                               | 50            | —             | — 50                    | 0,08             | —             |
| 17—Outras despesas .....                              | —             | 112           | + 112                   | —                | 0,21          |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>70.957</b> | <b>53.846</b> | <b>— 17.111</b>         | <b>117,84</b>    | <b>100,00</b> |

(1) Percentagens em relação à receita.

**ESTADO DE ALAGÔAS**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932  | 1933 | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |      |
|---|-------|------|-------------------------|--------------|------|
|   |       |      |                         | 1932         | 1933 |
| Imposto de exportação .....                           | 3.280 |      |                         | 27,04        |      |
| Imposto de consumo .....                              | 1.800 |      |                         | 14,84        |      |
| Imposto de industria e profissões                     | 1.200 |      |                         | 9,89         |      |
| Taxas sobre volumes .....                             | 225   |      |                         | 1,86         |      |
| Imposto s/ coqueiros .....                            | 100   |      |                         | 0,82         |      |
| Imposto territorial .....                             | 300   |      |                         | 2,47         |      |
| Imposto sobre o gado .....                            | 105   |      |                         | 0,87         |      |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....      | 625   |      |                         | 5,38         |      |
| Emolumentos .....                                     | 40    |      |                         | 0,33         |      |
| Armazens do Estado .....                              | 270   |      |                         | 2,23         |      |
| Selo do Estado .....                                  | 223   |      |                         | 1,84         |      |
| Imposto sobre a renda .....                           | 63    |      |                         | 0,52         |      |
| Imposto sobre bebidas .....                           | 70    |      |                         | 0,58         |      |
| Taxa de viagem .....                                  | 135   |      |                         | 1,11         |      |
| Taxa de expediente .....                              | 250   |      |                         | 2,06         |      |
| Renda dos proprios do Estado..                        | 3     |      |                         | 0,02         |      |
| Fóros e laudemios .....                               | 1     |      |                         | 1,01         |      |
| Venda de terras publicas .....                        | 20    |      |                         | 0,16         |      |
| Renda da Imprensa Oficial ....                        | 125   |      |                         | 1,03         |      |
| Renda do Serviço do Algodão ..                        | 20    |      |                         | 0,17         |      |
| Renda do Aprendizado Agrícola<br>de Satuba .....      | 1     |      |                         | 0,01         |      |
| Dívida ativa .....                                    | 250   |      |                         | 2,06         |      |
| Indenizações e restituições ....                      | 8     |      |                         | 0,07         |      |
| 2 % sobre depositos publicos ...                      | 1     |      |                         | 0,01         |      |
| Multas por infração de leis e re-<br>gulamentos ..... | 40    |      |                         | 0,33         |      |
| Transporta .....                                      | 9.182 |      |                         | 75,70        |      |

ESTADO DE ALAGÔAS

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS   | 1932   | 1933 | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |      |
|--|--------|------|-------------------------|--------------|------|
|  |        |      |                         | 1932         | 1933 |
| Transporte .....   | 9.182  |      |                         | 75,70        |      |
| 10 % sobre recolhimentos retar-<br>dados .....                                     | 1      |      |                         | 0,01         |      |
| Bens de evento e legados não<br>cumpridos .....                                    | —      |      |                         | —            |      |
| Contribuição da Prefeitura de<br>Maceió para serviço de s/ ilu-<br>minação .....   | 150    |      |                         | 1,24         |      |
| Contribuição das Prefeituras ...   | 275    |      |                         | 2,27         |      |
| Contribuição do Governo Fede-<br>ral para o Aprendizado Agri-<br>cola Satuba ..... | 200    |      |                         | 1,65         |      |
| Contribuição do Governo Federal<br>para o Serviço do Algodão ...                   | 200    |      |                         | 1,65         |      |
| Imposto s/ premios de moveis e<br>mercadorias para sortelo .....                   | 17     |      |                         | 0,14         |      |
| Imposto de emergencia .....  | 50     |      |                         | 0,41         |      |
| Rendas não especificadas .....   | 400    |      |                         | 3,30         |      |
| Fundo de amortização da Dívida<br>Externa .....                                    | —      |      |                         | —            |      |
| Fundo da Dívida Franqueira .....   | 724    |      |                         | 5,97         |      |
| Fundo de caridade .....  | 20     |      |                         | 0,16         |      |
| Instituições Pias .....  | 910    |      |                         | 7,50         |      |
| Total da Receita orçada .....  | 12.129 |      |                         | 100,00       |      |

NOTA — O orçamento de 1932 foi prorogado para 1933.

**ESTADO DE ALAGÔAS**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933 | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |      |
|---|---------------|------|-------------------------|------------------|------|
|   |               |      |                         | 1932             | 1933 |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 928           |      |                         | 7,65             |      |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —             |      |                         | —                |      |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 668           |      |                         | 5,51             |      |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.782         |      |                         | 14,69            |      |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.962         |      |                         | 16,18            |      |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 1.066         |      |                         | 8,79             |      |
| 7—Obras Publicas e Viação ....                        | 781           |      |                         | 6,44             |      |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 49            |      |                         | 0,40             |      |
| 9—Serviço da dívida externa ..                        | 1.544         |      |                         | 12,72            |      |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | 705           |      |                         | 5,81             |      |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | —             |      |                         | —                |      |
| 12—Arrecadação das Rendas ...                         | 1.105         |      |                         | 9,11             |      |
| 13—Inativos .....                                     | 1.036         |      |                         | 8,54             |      |
| 14—Subvenções e Auxílios .....                        | 98            |      |                         | 0,80             |      |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 400           |      |                         | 3,30             |      |
| 16—Juros diversos .....                               | —             |      |                         | —                |      |
| 17—Outras despesas .....                              | 5             |      |                         | 0,06             |      |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>12.129</b> |      |                         | <b>100,00</b>    |      |

(1) Percentagens em relação à receita.  
 O orçamento de 1932 foi prorogado para 1933.

## ESTADO DE SERGIPE

### Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VIRIBAS   | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |              |              |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação .....   | 2.202        | 1.679        | — 523                   | 26,70        | 20,69        |
| Imposto de industria e profissões   | 1.908        | 1.917        | — 81                    | 24,23        | 23,63        |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedade .....                                    | 611          | 550          | — 61                    | 7,41         | 6,78         |
| Imposto predial .....   | 319          | 319          | —                       | 3,87         | 3,93         |
| Imposto sobre a renda .....   | 86           | 84           | — 2                     | 1,04         | 1,03         |
| Imposto territorial e sobre a pro-<br>dução .....                                   | 129          | 220          | + 91                    | 1,56         | 2,71         |
| Imposto sobre loterias .....  | 40           | 40           | —                       | 0,49         | 0,49         |
| Imposto sobre gado abatido ....   | 200          | 200          | —                       | 2,42         | 2,47         |
| Imposto sobre terrenos baldios ..   | 1            | 1            | —                       | 0,01         | 0,01         |
| Imposto s/volumes exportados..  | 134          | 134          | —                       | 1,62         | 1,65         |
| Imposto s/ conferencias de des-<br>pachos e entradas em casas de<br>diversões ..... | 15           | 16           | —                       | 0,18         | 0,19         |
| Imposto de 2 réis por K. ou<br>L. s/ generos para exportação<br>ou consumo .....    | 107          | 107          | —                       | 1,30         | 1,32         |
| Imposto de 10 réis por K. ou<br>L. s/ generos para exportação<br>ou consumo .....   | 290          | 218          | — 72                    | 3,52         | 2,69         |
| Imposto de 1 1/2 % s/ o valor<br>de generos exportados, exceto<br>o sal .....       | 385          | 271          | — 114                   | 4,67         | 3,34         |
| Adicionais de 15, 20 e 50 % sobre<br>diversos impostos .....                        | 60           | 220          | + 160                   | 0,73         | 2,71         |
| Renda da Imprensa Oficial ....  | 50           | 57           | + 7                     | 0,61         | 0,70         |
| Renda do S. P. Coelho e Cam-<br>pos .....   | 160          | 160          | —                       | 1,94         | 1,97         |
| Renda do Departamento Esta-<br>dual do Algodão .....                                | 40           | 20           | — 20                    | 0,49         | 0,25         |
| Renda do I. P. Horta e Quimi-<br>ca Bromatologia .....                              | 20           | 8            | — 12                    | 0,24         | 0,10         |
| Renda da Penit. E. M. Ibura e<br>outros Departamentos .....                         | 6            | 6            | —                       | 0,07         | 0,07         |
| <b>Transporta .....</b>   | <b>6.853</b> | <b>6.226</b> | <b>— 627</b>            | <b>83,10</b> | <b>76,73</b> |



**ESTADO DE SERGIPE**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|--------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |              |              |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....  | 6.853        | 6.226        | — 627                   | 83,10         | 76,73         |
| Venda de bens e próprios do Estado .....  | 5            | 1            | — 4                     | 0,06          | 0,01          |
| Fóros e laudemios .....   | 2            | 9            | + 7                     | 0,02          | 0,11          |
| Produto de arrendamento do Serviço de Aguas e Esgotos ....  | 111          | 100          | — 11                    | 1,35          | 1,23          |
| Imposto do selo .....   | 180          | 187          | + 7                     | 2,18          | 2,31          |
| Taxas judiciais .....   | 5            | 5            | —                       | 0,06          | 0,06          |
| Imposto sobre as embarcações em transitio .....   | 4            | 10           | + 6                     | 0,05          | 0,12          |
| Taxa de expediente .....  | 10           | 21           | + 11                    | 0,12          | 0,26          |
| Taxa sanitaria .....  | 1            | —            | — 1                     | 0,01          | —             |
| Taxa para o Fundo Escolar ...   | 20           | 31           | + 11                    | 0,24          | 0,38          |
| Taxa para o Fundo especial da Estrada de Rodagem e taxa ad. de 5 % estatísticas cobradas s/ despachos ..... | 245          | 181          | — 64                    | 2,97          | 2,23          |
| Dívida ativa .....  | 350          | 350          | —                       | 4,25          | 4,31          |
| Multas diversas .....   | 20           | 30           | + 10                    | 0,24          | 0,37          |
| Indenisações .....  | 250          | 250          | —                       | 3,04          | 3,08          |
| Bens do evento .....  | 1            | 1            | —                       | 0,01          | 0,01          |
| Renda eventual .....  | 15           | 30           | + 15                    | 0,18          | 0,37          |
| Contribuição do Governo Federal para o Serviço do Algodão ...   | 75           | —            | — 75                    | 0,91          | —             |
| Contribuição das Municipalidades  | 100          | 150          | + 50                    | 1,21          | 1,85          |
| Adicional de 20 % s/ transmissão inter-vivos .....  | —            | 107          | + 107                   | —             | 1,32          |
| \$500 por sacco de arroz beneficiado nas fabricas do Estado ....  | —            | 25           | + 25                    | —             | 0,31          |
| Imposto de 3 réis por M. de tecido fabricado no Estado ....   | —            | 150          | + 150                   | —             | 1,85          |
| Imposto de Viação .....   | —            | 50           | + 50                    | —             | 0,62          |
| Patentes pela venda de bebidas e fumo .....   | —            | 200          | + 200                   | —             | 2,47          |
| <b>Total da Receita orçada .....</b>  | <b>8.247</b> | <b>8.114</b> | <b>— 133</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DE SERGIPE**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VBRBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|--------------|--------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |              |              |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 629          | 689          | + 60                    | 7,63             | 8,49          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —            | —            | —                       | —                | —             |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 511          | 568          | + 57                    | 6,20             | 7,00          |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.576        | 1.643        | + 67                    | 19,11            | 20,25         |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.731        | 1.841        | + 110                   | 20,99            | 22,69         |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 332          | 362          | + 30                    | 4,02             | 4,46          |
| 7—Obras Publicas e Viagão ....                        | 554          | 242          | — 312                   | 6,72             | 2,98          |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 510          | 740          | + 230                   | 6,18             | 9,12          |
| 9—Serviço da dívida externa ..                        | —            | —            | —                       | —                | —             |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | —            | —            | —                       | —                | —             |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 205          | 105          | — 100                   | 2,49             | 1,30          |
| 12—Arrecadação das Rendias ...                        | 756          | 764          | + 8                     | 9,17             | 9,42          |
| 13—Inativos .....                                     | 791          | 771          | — 20                    | 9,59             | 9,50          |
| 14—Subvenções e Auxílios .....                        | 82           | 2            | — 80                    | 0,99             | 0,02          |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 357          | 174          | — 183                   | 4,38             | 2,14          |
| 16—Juros diversos .....                               | —            | —            | —                       | —                | —             |
| 17—Outras despesas .....                              | 213          | 213          | —                       | 2,58             | 2,63          |
| <b>Total da despesa fixada ....</b>                   | <b>8.247</b> | <b>8.114</b> | <b>— 133</b>            | <b>100,00</b>    | <b>100,00</b> |

(1) Percentagens em relação á receita.

ESTADO DA BAÍA

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932   | 1933   | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |       |
|--|--------|--------|-------------------------|--------------|-------|
|  |        |        |                         | 1932         | 1933  |
| Imposto de exportação .....                                    | 15.000 | 13.500 | — 1.500                 | 22,47        | 19,82 |
| Imposto de industria e profissões                              | 10.000 | 10.000 | —                       | 14,98        | 14,68 |
| Imposto de consumo .....                                       | 500    | 1.500  | + 1.000                 | 0,75         | 2,20  |
| Imposto sobre a renda dos capitais aplicados a empréstimos..   | 250    | 300    | + 50                    | 0,37         | 0,44  |
| Imposto de transmissão de propriedade .....                    | 4.500  | 1.000  | —                       | 6,74         | 6,87  |
| Imposto s/ propriedades rurais, baldios e terrenos de ocupação | 1.000  | 1.000  | —                       | 1,50         | 1,47  |
| Imposto de viação .....  | 400    | 400    | —                       | 0,60         | 0,59  |
| Imposto sobre veiculos .....                                   | 200    | 300    | + 100                   | 0,30         | 0,14  |
| Selo do Estado .....   | 1.200  | 1.500  | + 300                   | 1,80         | 2,20  |
| Taxa de estatística de exportação .....                        | 2.500  | 3.000  | + 500                   | 3,75         | 4,41  |
| Taxa de estatística das mercadorias vendidas a termo .....     | 100    | 100    | —                       | 0,15         | 0,15  |
| Taxa judiciaria .....  | 100    | 100    | —                       | 0,15         | 0,15  |
| Custas judiciais .....   | 50     | 50     | —                       | 0,07         | 0,07  |
| Serviços agronomicos e de Estrada de Rodagem .....             | 750    | 600    | — 150                   | 1,12         | 0,88  |
| Serviços prestados nas repartições Publicas .....              | 200    | 200    | —                       | 0,30         | 0,29  |
| Quotas adic. de 5 e 10 % s/ diversos impostos .....            | 3.175  | 2.980  | — 195                   | 4,76         | 4,38  |
| Quotas de arrend. da E. F. Nasaré .....                        | 400    | —      | — 400                   | 0,60         | —     |
| Quota de arren. da E. F. Santo Amaro (em 1933 — Renda)...      | 80     | 300    | + 220                   | 0,12         | 0,44  |
| Renda da Viação do S. Francisco                                | 800    | 700    | — 100                   | 1,20         | 1,03  |
| Renda da Imprensa Oficial ....                                 | 1.000  | 800    | — 200                   | 1,50         | 1,17  |
| Renda da Penitenciaria do Estado .....                         | 1.000  | 700    | — 300                   | 1,50         | 1,03  |
| Venda e legitimação de terras.                                 | 100    | 150    | + 50                    | 0,15         | 0,22  |
| Transporta .....   | 43.305 | 42.180 | — 1.125                 | 64,88        | 64,93 |

**ESTADO DA BAIÁ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte.....   | 43.305        | 42.180        | — 1.125                 | 64,88         | 64,93         |
| Renda dos próprios e títulos do Estado .....  | 30            | 30            | —                       | 0,04          | 0,04          |
| Renda dos terr. diamant. e serviços de minas.....                                   | 100           | 100           | —                       | 0,15          | 0,15          |
| Rendas dos estab. hospitalares.   | 70            | 50            | — 20                    | 0,10          | 0,07          |
| Ocupação dos terrenos devolutos   | 50            | 150           | + 100                   | 0,07          | 0,22          |
| Dívida ativa .....  | 4.000         | 4.000         | —                       | 5,99          | 5,87          |
| Indenizações .....  | 50            | 100           | + 50                    | 0,08          | 0,15          |
| Alcance de diversos responsáveis  | 50            | 50            | —                       | 0,08          | 0,07          |
| Quotas Municipais .....   | 4.500         | 4.000         | — 500                   | 6,74          | 5,87          |
| Renda não especificadas e eventuais .....   | 4.000         | 4.000         | —                       | 5,99          | 5,87          |
| Quota do Município do Salvador para resgate do empréstimo da "Light & Power".....   | 1.520         | 620           | — 900                   | 2,28          | 0,91          |
| Quota de 5 % s/venclimentos (em 1933 3 %)..   | 1.750         | 1.000         | — 750                   | 2,62          | 1,47          |
| 5 % s/diversos impostos.....  | 2.000         | 2.200         | + 200                   | 2,90          | 3,23          |
| 10 % s/exportação industrial e possesões e transmissão de propriedades .....        | 2.950         | 2.750         | — 200                   | 4,42          | 4,04          |
| Renda da Repartição de Saneamento de Salvador.....                                  | 1.800         | 4.000         | + 2.200                 | 2,70          | 5,87          |
| Taxas cobradas s/espíritos fortes   | 500           | 500           | —                       | 0,75          | 0,74          |
| Taxas s/passagens em navios a vapor .....   | 50            | 50            | —                       | 0,07          | 0,07          |
| Taxas s/café exportado.....   | 30            | 30            | —                       | 0,05          | 0,05          |
| Quota de 5 % s/a renda das Prefeituras .....  | —             | 850           | + 850                   | —             | 1,25          |
| Taxas s/registo de comércio de armas explosivos, munições e produtos químicos ..... | —             | 250           | + 250                   | —             | 0,37          |
| Imposto de capitalização.....   | —             | 1.200         | + 1.200                 | —             | 1,76          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>  | <b>66.755</b> | <b>68.110</b> | <b>+ 1.355</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DA BAÍA**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado.....        | 5.530         | 5.397         | + 367                   | 8,28             | 8,66          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 356           | 367           | + 11                    | 0,53             | 0,54          |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 2.762         | 3.081         | + 319                   | 4,14             | 4,52          |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 9.412         | 9.069         | — 343                   | 14,10            | 13,32         |
| 5—Instrução Publica .....                             | 9.650         | 9.649         | — 1                     | 14,46            | 14,17         |
| 6—Saúde Publica e Assistencia.                        | 3.042         | 3.014         | — 28                    | 4,56             | 4,43          |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 5.697         | 6.664         | + 967                   | 8,53             | 9,78          |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 9.443         | 8.893         | — 550                   | 14,15            | 13,06         |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 4.218         | 4.219         | + 1                     | 6,32             | 6,19          |
| 10—Serviço da dívida flutuante..                      | 3.838         | 4.607         | + 719                   | 5,82             | 6,76          |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 2.040         | 2.040         | —                       | 3,06             | 3,00          |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 4.478         | 4.713         | + 235                   | 6,71             | 6,92          |
| 13—Inativos .....                                     | 4.260         | 4.153         | — 107                   | 6,38             | 6,10          |
| 14—Subvenções e Auxílios.....                         | 50            | 50            | —                       | 0,08             | 0,07          |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | 1.542         | 1.552         | + 10                    | 2,31             | 2,28          |
| 16—Juros diversos .....                               | 150           | 45            | — 105                   | 0,22             | 0,07          |
| 17—Outras despesas .....                              | 30            | —             | — 30                    | 0,12             | —             |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>66.598</b> | <b>68.013</b> | <b>+ 1.415</b>          | <b>99,77</b>     | <b>100,00</b> |

(1) Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

| VIRBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932          | 1933         |
| Imposto de exportação.....  | 14.000        | 11.410        | — 2.590                 | 54,50         | 40,61        |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....   | 1.000         | 1.500         | + 500                   | 8,89          | 5,34         |
| Imposto de selo.....  | 800           | 400           | — 400                   | 3,11          | 1,42         |
| Licenças Estaduais .....  | 1.000         | 1.200         | + 200                   | 3,89          | 4,27         |
| Imposto territorial .....   | —             | 500           | + 500                   | —             | 1,78         |
| Aluguéis e arrendamentos de<br>bens do Estado.....  | 700           | 80            | — 620                   | 2,72          | 0,28         |
| Estrada de Ferro S. Mateus....  | 220           | 200           | — 20                    | 0,86          | 0,71         |
| Estrada de Ferro Itapemirim..   | 600           | 700           | + 100                   | 2,34          | 2,49         |
| Serviços de Agua e Esgotos da<br>Capital .....  | 700           | 700           | —                       | 2,72          | 2,49         |
| Venda de terras.....  | 400           | 200           | — 200                   | 1,56          | 0,71         |
| Emolumentos .....   | 20            | 200           | + 180                   | 0,08          | 0,71         |
| Taxa de ensino.....   | 50            | 100           | + 50                    | 0,19          | 0,36         |
| Dívida ativa .....  | 300           | 200           | — 100                   | 1,17          | 0,71         |
| Eventuais .....   | 600           | —             | — 600                   | 2,34          | —            |
| Fundo Escolar .....   | 100           | 150           | + 50                    | 0,39          | 0,53         |
| Contribuição de 5 % dos Muni-<br>cipios .....   | 200           | 100           | — 100                   | 0,78          | 0,36         |
| Contribuição da Taxa-Ouro.....  | 5.000         | 7.000         | + 2.000                 | 19,46         | 24,91        |
| Imposto de litigio.....   | —             | 25            | + 25                    | —             | 0,09         |
| Taxa judiciaria .....   | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07         |
| Taxa de vigilancia pelo Registro<br>do Comercio de armas, muni-<br>ções e explosivos..... | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,36         |
| Aluguel dos Armazens do Cães<br>do Porto .....  | —             | 240           | + 240                   | —             | 0,85         |
| Arrendamento do vapor S. Ma-<br>teus .....  | —             | 25            | + 25                    | —             | 0,09         |
| Contribuição sobre madeiras e<br>minerais .....   | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07         |
| Laudemios .....   | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07         |
| Juros de apolices.....  | —             | 50            | + 50                    | —             | 0,18         |
| <b>Transporta.....</b>  | <b>25.690</b> | <b>25.140</b> | <b>— 550</b>            | <b>100,00</b> | <b>89,46</b> |



**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte.....  | 25.690        | 25.140        | — 550                   | 100,00        | 89,46         |
| Imprensa Oficial .....   | —             | 200           | + 200                   | —             | 0,71          |
| Uzina Jabaquára .....  | —             | 60            | + 60                    | —             | 0,21          |
| Instituto Agricola de Maruhype .....                                       | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07          |
| Serviço telefonico .....   | —             | 30            | + 30                    | —             | 0,11          |
| E. F. Benevente a Alfredo Chaves .....                                     | —             | 22            | + 22                    | —             | 0,08          |
| Penitenciaria .....  | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07          |
| Serviço de Navegação do Rio Doce .....                                     | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,07          |
| Uzina Palmeiras .....  | —             | 1.200         | + 1.200                 | —             | 4,27          |
| Fabrica de Cimento.....  | —             | —             | —                       | —             | —             |
| Fabrica de tecidos.....  | —             | 28            | + 28                    | —             | 0,10          |
| Venda de predios e outros proprios estaduais .....                         | —             | 200           | + 200                   | —             | 0,71          |
| Contribuição da União para as Obras do Porto.....                          | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,36          |
| Indenisação de "The Espirito Santo and Caravelas Railway Co. Ltd.....      | —             | 40            | + 40                    | —             | 0,14          |
| Venda de maquinas agricolas... ..  | —             | 30            | + 30                    | —             | 0,11          |
| Dividendo de ações das varias Companhias de que o Estado é acionista ..... | —             | 500           | + 500                   | —             | 1,78          |
| Taxa de Caridade.....  | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,36          |
| Taxa especial sobre café.....  | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,36          |
| Contribuição para Fiscalização.. ..  | —             | 50            | + 50                    | —             | 0,18          |
| Contribuição dos Municipios para a S. C. de Misericordia.....              | —             | 50            | + 50                    | —             | 0,18          |
| Serviço de Medição de terras....   | —             | 30            | + 30                    | —             | 0,10          |
| Fundo Especial para Construção e Conservação de Estradas de Rodagem .....  | —             | 100           | + 100                   | —             | 0,36          |
| Contribuição das Prefeituras para custeio da Inspeção dos Municipios ..... | —             | 60            | + 60                    | —             | 0,21          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>   | <b>25.690</b> | <b>28.100</b> | <b>+ 2.410</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado.....        | 2.873         | 2.652         | — 221                   | 11,08            | 9,44         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 23            | —             | — 23                    | 0,09             | —            |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 1.028         | 1.088         | + 60                    | 4,00             | 3,87         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 4.066         | 3.972         | — 94                    | 15,83            | 14,14        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 3.925         | 3.824         | — 101                   | 15,28            | 13,61        |
| 6—Saúde Publica e Assistencia.                        | 989           | 1.288         | + 299                   | 3,85             | 4,58         |
| 7—Obras Publicas e Viação....                         | 4.410         | 3.639         | — 771                   | 17,17            | 12,95        |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | 634           | 666           | + 32                    | 2,47             | 2,37         |
| 9—Serviço da divida externa...                        | 2.445         | 3.405         | + 960                   | 9,52             | 12,12        |
| 10—Serviço da divida flutuante..                      | —             | —             | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 1.300         | 2.311         | + 1.011                 | 5,06             | 8,23         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 767           | 962           | + 185                   | 2,98             | 3,39         |
| 13—Inativos .....                                     | 650           | 1.046         | + 396                   | 2,53             | 3,72         |
| 14—Subvenções e Auxílios.....                         | 20            | —             | — 20                    | 0,08             | —            |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | 2.443         | 3.234         | + 791                   | 9,51             | 11,52        |
| 16—Juros diversos .....                               | 70            | —             | — 70                    | 0,27             | —            |
| 17—Outras despesas .....                              | —             | —             | —                       | —                | —            |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>25.643</b> | <b>28.077</b> | <b>+ 2.434</b>          | <b>99,82</b>     | <b>99,94</b> |

(1) Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|---------------|---------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |               |               |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação.....   | 14.115        | 11.680        | — 2.435                 | 27,14        | 22,16        |
| Imposto do selo.....   | 1.118         | 1.280         | + 262                   | 2,15         | 2,62         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....                  | 4.627         | 4.800         | + 173                   | 8,90         | 9,11         |
| Imposto de industria e profissões                                  | 3.551         | 3.950         | + 399                   | 6,83         | 7,49         |
| Imposto territorial .....  | 2.550         | 3.000         | + 450                   | 4,90         | 5,69         |
| Imposto de consumo de lenha...                                     | 12            | 70            | + 58                    | 0,02         | 0,18         |
| Rendimento de proprios do Es-<br>tado .....                        | 10            | 15            | + 5                     | 0,02         | 0,03         |
| Imposto de fóros e laudemios...                                    | 10            | 6             | — 4                     | 0,02         | 0,01         |
| Cobrança da divida ativa.....                                      | 610           | 3.450         | + 2.840                 | 1,17         | 6,55         |
| Renda da Penitenciaria.....  | 69            | 1             | — 68                    | 0,13         | 0,00         |
| Renda do Hospital C. P. de Var-<br>gem Alegre .....                | 63            | 35            | — 28                    | 0,12         | 0,07         |
| Renda dos Hortos Botânicos e<br>Florestal .....                    | 23            | 16            | — 7                     | 0,04         | 0,03         |
| Taxas escolares .....  | 200           | 120           | — 80                    | 0,38         | 0,23         |
| Taxa de agua, esgotos e energia<br>elétrica em diversos Municipios | 706           | 727           | + 21                    | 1,36         | 1,38         |
| Taxa dos Serviços de Luz, Força<br>e viação da cidade de Campos    | 1.200         | 1.400         | + 200                   | 2,31         | 2,65         |
| Renda do Diario Oficial.....                                       | 375           | 390           | + 15                    | 0,72         | 0,74         |
| Rendimento de loterias.....  | 180           | —             | — 180                   | 0,35         | —            |
| Selo para bilhetes de loterias...                                  | 700           | —             | — 700                   | 1,35         | —            |
| Contribuição pela capacidade de<br>Kilowate dos Geradores.....     | 234           | 234           | —                       | 0,45         | 0,44         |
| Contribuição da Cia. Telef. Bra-<br>sileira .....                  | 30            | 30            | —                       | 0,06         | 0,06         |
| Taxa de fiscalização de empresas<br>e companhias .....             | 154           | 154           | —                       | 0,30         | 0,29         |
| Taxa judiciaria .....  | 139           | 200           | + 61                    | 0,27         | 0,38         |
| Taxa de expediente.....  | 80            | —             | — 80                    | 0,15         | —            |
| Selo em entradas de casas de di-<br>versões .....                  | 350           | 320           | — 30                    | 0,67         | 0,61         |
| Multas .....   | 120           | 100           | — 20                    | 0,23         | 0,19         |
| <b>Transporta.....</b>   | <b>31.226</b> | <b>32.078</b> | <b>+ 852</b>            | <b>60,04</b> | <b>60,86</b> |

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte.....   | 31.226        | 32.078        | + 852                   | 60,04         | 60,88         |
| Indenizações .....  | 700           | 50            | — 650                   | 1,35          | 0,09          |
| Eventuais .....   | 150           | 120           | — 30                    | 0,29          | 0,23          |
| Taxa adicional do assucar.....  | 853           | —             | — 853                   | 1,64          | —             |
| Taxa especial do sal.....   | 144           | 140           | — 4                     | 0,28          | 0,27          |
| Taxa de viação.....   | 553           | 500           | — 53                    | 1,06          | 0,95          |
| Taxa de consumo de gazolina...  | 1.150         | 1.000         | — 150                   | 2,21          | 1,90          |
| Taxa adicional de 10 % sobre todos os impostos.....                                     | 2.153         | 2.393         | + 240                   | 4,14          | 4,54          |
| Contribuição das Prefeituras Municipais .....   | 1.950         | 1.020         | — 930                   | 3,75          | 1,93          |
| Taxa ouro sobre o café.....   | 8.000         | 6.825         | — 1.175                 | 15,38         | 12,95         |
| Taxa ouro sobre o assucar.....  | 1.350         | 950           | — 400                   | 2,59          | 1,80          |
| Renda dos armazens reguladores e juros sobre os fretes pagos..                          | 1.000         | 950           | — 50                    | 1,92          | 1,80          |
| Saldo do empréstimo Americano   | 2.781         | —             | — 2.781                 | 5,35          | —             |
| Renda da Escola do Trabalho...  | —             | 400           | + 400                   | —             | 0,76          |
| Imposto de veículos e automoveis  | —             | 250           | + 250                   | —             | 0,47          |
| Juros em contas correntes.....  | —             | 230           | + 230                   | —             | 0,43          |
| Auxílio do C. N. do Café para construção e reconstrução de pontes e estradas de Rodagem | —             | 4.000         | + 4.000                 | —             | 7,59          |
| Renda dos Portos de Niteroi e Angra dos Reis.....                                       | —             | 1.700         | + 1.700                 | —             | 3,23          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>  | <b>52.010</b> | <b>52.706</b> | <b>+ 696</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado.....        | 1.935         | 2.323         | + 388                   | 3,72             | 4,41         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 154           | 121           | — 33                    | 0,30             | 0,23         |
| 3—Justiça e Magistratura.....                         | 2.007         | 1.953         | — 54                    | 3,86             | 3,71         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 5.005         | 5.295         | + 290                   | 9,62             | 10,05        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 3.274         | 9.381         | + 1.107                 | 15,91            | 17,80        |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 1.259         | 1.389         | + 130                   | 2,42             | 2,64         |
| 7—Obras Publicas e Viagem....                         | 4.424         | 9.039         | + 4.615                 | 8,51             | 17,15        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 6.202         | 4.462         | — 1.740                 | 11,92            | 8,47         |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 15.517        | 8.000         | — 7.517                 | 29,84            | 15,18        |
| 10—Serviço da dívida flutuante..                      | 5             | 385           | + 380                   | 0,01             | 0,73         |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 923           | 380           | — 43                    | 1,07             | 1,67         |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 2.077         | 2.058         | — 19                    | 3,99             | 3,90         |
| 13—Inativos .....                                     | 1.328         | 1.530         | + 202                   | 2,55             | 2,90         |
| 14—Subvenções e Auxílios.....                         | 30            | 40            | + 10                    | 0,06             | 0,07         |
| 15—Desenvolvimento da Produção e propaganda.....      | 2.370         | 2.439         | — 431                   | 5,52             | 4,63         |
| 16—Juros diversos .....                               | —             | 3.400         | + 3.400                 | —                | 6,45         |
| 17—Outras despesas .....                              | —             | —             | —                       | —                | —            |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>52.010</b> | <b>52.695</b> | <b>+ 685</b>            | <b>100,00</b>    | <b>99,99</b> |

(1) Percentagens em relação á receita.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|----------------|----------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |                |                |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de exportação.....   | 110.000        | 50.500         | — 59.500                | 27,44        | 11,28        |
| Taxa de expediente.....  | 5.000          | 3.000          | — 2.000                 | 1,25         | 0,87         |
| Imposto de transmissão.....  | 34.000         | 28.000         | — 6.000                 | 8,48         | 6,25         |
| Imposto do selo.....   | 10.000         | 21.000         | + 11.000                | 2,49         | 4,69         |
| Imposto do selo sobre entradas<br>em casas de diversões.....               | 4.000          | 5.000          | + 1.000                 | 1,00         | 1,12         |
| Imposto de viação.....   | 10.000         | 12.000         | + 2.000                 | 2,49         | 2,88         |
| Imposto predial.....   | 18.000         | 9.000          | — 9.000                 | 4,49         | 2,01         |
| Imposto de comercio.....   | 18.000         | 18.000         | + 5.000                 | 3,24         | 4,02         |
| Imposto de industria.....  | 3.000          | 5.000          | + 2.000                 | 0,75         | 1,12         |
| Imposto sobre o capital de socie-<br>dades anonimas.....                   | 7.000          | 8.000          | + 1.000                 | 1,75         | 1,79         |
| Imposto sobre o capital parti-<br>cular empregado em empres-<br>timos..... | 10.000         | 12.500         | + 2.500                 | 2,49         | 2,79         |
| Imposto sobre a renda anual dos<br>predios de aluguel.....                 | 1.000          | 1.000          | —                       | 0,25         | 0,22         |
| Imposto territorial.....   | 8.000          | 40.000         | + 32.000                | 1,99         | 0,93         |
| Imposto sobre consumo de aguar-<br>dente e bebidas semelhantes...          | 4.500          | 5.000          | + 500                   | 1,12         | 1,12         |
| Imposto sobre loterias.....  | 3.600          | 4.000          | + 400                   | 0,90         | 0,89         |
| Imposto sobre veiculos.....  | 5.000          | 5.000          | —                       | 1,25         | 1,12         |
| Imposto sobre terrenos margi-<br>nais de estradas de rodagem..             | 300            | 500            | + 200                   | 0,07         | 0,11         |
| Imposto sobre gazolina.....  | 6.600          | 6.000          | — 600                   | 1,66         | 1,84         |
| Imposto sobre matança de gado  | 2.500          | 3.000          | — 500                   | 0,62         | 0,67         |
| Taxa adicional.....  | 18.420         | 11.000         | — 7.420                 | 4,59         | 2,46         |
| Taxa de caça e pesca.....  | 100            | 200            | + 100                   | 0,02         | 0,05         |
| Taxa de matriculas.....  | 1.000          | 1.000          | —                       | 0,25         | 0,22         |
| Taxa sobre venda de mercado-<br>rias a termo.....                          | 50             | 50             | —                       | 0,01         | 0,01         |
| Taxa judiciaria.....   | 2.000          | 1.000          | — 1.000                 | 0,50         | 0,22         |
| Custas, percentagens e emolu-<br>mentos.....                               | 1.000          | 1.000          | —                       | 0,25         | 0,22         |
| <b>Transporta.....</b>   | <b>278.070</b> | <b>250.750</b> | <b>— 27.320</b>         | <b>69,35</b> | <b>56,00</b> |

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS   | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|----------------|----------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |                |                |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte.....  | 278.070        | 250.750        | — 27.320                | 69,35         | 56,00         |
| Renda do Hospital de Juqueri...  | 400            | 100            | — 300                   | 0,10          | 0,02          |
| Renda da Bolsa Oficial de Café de Santos .....                               | 200            | 300            | + 100                   | 0,05          | 0,07          |
| Renda da Estrada de Ferro Araquára .....                                     | 13.000         | 15.000         | + 2.000                 | 3,24          | 3,35          |
| Estrada de Ferro Sorocabana...   | 60.000         | 75.000         | + 15.000                | 14,97         | 16,75         |
| Estrada de Ferro Campos do Jordão .....                                      | 500            | 500            | —                       | 0,12          | 0,11          |
| Renda de Tramway da Cantareira .....   | 1.000          | 800            | — 200                   | 0,25          | 0,18          |
| Renda da Estrada de Ferro Santos-Juquiá (Em 1933).....                       | 1.500          | —              | — 1.500                 | 0,37          | —             |
| Taxa de esgotos na Capital, em Santos e em S. Vicente.....                   | 14.000         | 12.000         | — 2.000                 | 3,49          | 2,68          |
| Taxa de consumo d'agua na Capital .....                                      | 12.000         | 13.000         | + 1.000                 | 2,99          | 2,90          |
| Renda do Diário Oficial.....   | 600            | 1.000          | + 400                   | 0,15          | 0,22          |
| Renda de outros estabelecimentos   | 1.000          | 2.000          | + 1.000                 | 0,25          | 0,45          |
| Venda de terras publicas e proprias do Estado .....                          | 20             | 200            | + 180                   | 0,01          | 0,05          |
| Aluguéis de proprios do Estado..   | 30             | 10             | — 20                    | 0,01          | 0,00          |
| Imposto sobre vencimentos, salarios e proventos de cartorios                 | 8.600          | 10.000         | + 1.400                 | 2,15          | 2,24          |
| Cobrança da divida ativa.....  | 3.000          | 4.000          | + 1.000                 | 0,75          | 0,89          |
| Indenizações .....   | 2.000          | 500            | — 1.500                 | 0,50          | 0,11          |
| Multas .....   | 2.000          | 1.000          | — 1.000                 | 0,50          | 0,22          |
| Eventuais .....  | 3.000          | 1.000          | — 2.000                 | 0,75          | 0,22          |
| Imposto de emergencia sobre passagens e frêtes em vias de comunicações ..... | —              | 50.000         | + 50.000                | —             | 11,17         |
| Imposto sobre vendas de artigos de luxo .....                                | —              | 2.000          | + 2.000                 | —             | 0,45          |
| Sobre-taxa adicional .....   | —              | 8.500          | + 8.500                 | —             | 1,90          |
| Taxa sobre fiscalização de leite.  | —              | 100            | + 100                   | —             | 0,02          |
| <b>Total da Receita orçada....</b>   | <b>400.920</b> | <b>447.760</b> | <b>+ 46.840</b>         | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

(1) — Taxa equivalente a 5 Frs. por saca de café exportado e com aplicação determinada em leis e em contratos.



**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|----------------|----------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |                |                |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 28.571         | 25.447         | — 3.124                 | 7,13             | 5,68          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —              | —              | —                       | —                | —             |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 9.530          | 8.116          | — 1.414                 | 2,38             | 1,81          |
| 4—Defesa e Segurança Pública.                         | 67.554         | 67.978         | + 424                   | 16,85            | 15,18         |
| 5—Instrução Pública .....                             | 82.537         | 81.687         | — 850                   | 20,59            | 18,24         |
| 6—Saúde Pública e Assistência.                        | 26.511         | 28.526         | + 2.015                 | 6,61             | 6,37          |
| 7—Obras Públicas e Viagem ....                        | 91.504         | 98.428         | + 6.924                 | 22,82            | 21,98         |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | —              | 56.662         | —                       | —                | 12,65         |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 108.175        | 88.500         | + 52.187                | 26,98            | 19,77         |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | —              | 15.200         | —                       | —                | 3,39          |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 6.500          | 5.500          | — 1.000                 | 1,62             | 1,23          |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 11.092         | 11.795         | + 703                   | 2,77             | 2,63          |
| 13—Inativos .....                                     | 11.743         | 12.984         | + 1.241                 | 2,93             | 2,90          |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | —              | —              | —                       | —                | —             |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 7.277          | 15.418         | + 8.141                 | 1,81             | 3,44          |
| 16—Juros diversos .....                               | —              | 25.000         | + 25.000                | —                | 5,58          |
| 17—Outras despesas .....                              | —              | —              | —                       | —                | —             |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>450.994</b> | <b>541.241</b> | <b>+ 90.247</b>         | <b>112,49</b>    | <b>120,85</b> |

(1) — Percentagens em relação à Receita.  
 Em 1932 o título Dívida Passiva (serviço da dívida externa no mapa) compreendia os itens 9, 9, 10 e 16.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932   | 1933   | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |       |
|---|--------|--------|-------------------------|--------------|-------|
|   |        |        |                         | 1932         | 1933  |
| Imposto de exportação .....                         | 6.780  | 5.040  | — 1.740                 | 20,38        | 18,05 |
| Frétes e passagens .....                            | 750    | 700    | — 50                    | 2,25         | 2,51  |
| Industria e profissões .....                        | 2.470  | 2.000  | — 470                   | 7,42         | 7,16  |
| Líquidos espirituosos .....                         | 1.060  | 900    | — 160                   | 3,19         | 3,22  |
| Transmissão de propriedades....                     | 2.680  | 2.000  | — 680                   | 8,05         | 7,16  |
| Arrematações judiciais .....                        | 15     | 15     | —                       | 0,05         | 0,05  |
| Taxa judiciaria .....                               | 65     | 100    | + 35                    | 0,20         | 0,36  |
| Imposto territorial .....                           | 1.500  | 1.000  | — 500                   | 4,51         | 3,58  |
| Adicional de 20 % sobre diversos<br>impostos .....  | 2.164  | 1.651  | — 513                   | 6,50         | 5,91  |
| Exportação de café .....                            | 5.180  | 2.500  | — 2.680                 | 15,57        | 8,95  |
| Taxa ouro sobre o café .....                        | 1.465  | 2.000  | + 535                   | 4,40         | 7,16  |
| Estatística e Fiscalização .....                    | 1.380  | 1.500  | + 120                   | 4,15         | 5,37  |
| Imposto de comercio .....                           | 1.910  | 1.756  | — 154                   | 5,74         | 6,29  |
| Imposto predial da Capital ....                     | 970    | 1.000  | + 30                    | 2,92         | 3,58  |
| Adicional de 5 % sobre o impos-<br>to predial ..... | 48     | 50     | + 2                     | 0,14         | 0,18  |
| Taxa de agua e esgotos .....                        | 815    | 1.000  | + 185                   | 2,45         | 3,58  |
| Selos .....   | 810    | 800    | — 10                    | 2,43         | 2,87  |
| Venda e legitimação de terras                       | 440    | 100    | — 340                   | 1,32         | 0,36  |
| Imposto de beneficencia .....                       | 250    | 200    | — 50                    | 0,75         | 0,72  |
| Receita eventual .....                              | 1.184  | 1.100  | — 84                    | 3,56         | 3,94  |
| Arrecadação da Divida Ativa....                     | 1.310  | 1.260  | — 50                    | 3,94         | 4,51  |
| Beneficio de loterias .....                         | 15     | 15     | —                       | 0,04         | 0,05  |
| Aforamento de terras .....                          | 5      | 5      | —                       | 0,01         | 0,02  |
| Imposto sobre emprestimos e hi-<br>potecas .....    | 10     | 10     | —                       | 0,03         | 0,04  |
| Rendas dos Armazens e Pontes<br>do Estado .....     | —      | 50     | + 50                    | —            | 0,18  |
| Transporta .....                                    | 33.276 | 26.752 | — 6.524                 | 100,00       | 95,80 |

ESTADO DO PARANÁ

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....   | 33.276        | 26.752        | — 6.524                 | 100,00        | 95,80         |
| Renda das camaras de expurgos .....  | —             | 5             | + 5                     | —             | 0,02          |
| Arrendamentos de armazens ...  | —             | 36            | + 36                    | —             | 0,13          |
| Impostos sobre vencimentos, auxilios, subvenções, etc.....                   | —             | 420           | + 420                   | —             | 1,50          |
| Percentagens sobre rendas dos Municipios .....                               | —             | 550           | + 550                   | —             | 1,97          |
| Taxa de frequencia do Ginasio Paranaense e da Escola Normal Secundaria ..... | —             | 160           | + 160                   | —             | 0,58          |
| <b>Total da Receita orçada ....</b>  | <b>33.276</b> | <b>27.923</b> | <b>— 5.353</b>          | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 1.596         | 1.460         | — 136                   | 4,80             | 5,23          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 10            | 10            | —                       | 0,03             | 0,04          |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 1.433         | 1.520         | + 87                    | 4,46             | 5,44          |
| 4—Defesa e Segurança Pública.                         | 5.900         | 5.143         | — 757                   | 17,73            | 18,42         |
| 5—Instrução Pública .....                             | 4.926         | 5.104         | + 178                   | 14,80            | 18,28         |
| 6—Saúde Pública e Assistência.                        | 1.417         | 1.100         | — 317                   | 4,26             | 3,94          |
| 7—Obras Públicas e Viação ....                        | 2.520         | 2.351         | — 169                   | 7,57             | 8,42          |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | —             | —             | —                       | —                | —             |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 8.000         | 6.872         | — 1.128                 | 24,04            | 24,01         |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | —             | —             | —                       | —                | —             |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 82            | 2             | — 80                    | 0,25             | 0,01          |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 2.224         | 1.894         | — 330                   | 6,68             | 6,78          |
| 13—Inativos .....                                     | 1.156         | 1.808         | + 652                   | 3,47             | 6,69          |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | 12            | 12            | —                       | 0,04             | 0,04          |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 294           | 187           | — 107                   | 0,88             | 0,67          |
| 16—Juros diversos .....                               | 350           | 400           | + 50                    | 1,05             | 1,43          |
| 17—Outras despesas .....                              | 56            | —             | — 56                    | 0,17             | —             |
| <b>Total da Despesa fixada....</b>                    | <b>30.026</b> | <b>27.923</b> | <b>— 2.103</b>          | <b>90,23</b>     | <b>100,00</b> |

(1) — Percentagens em relação à Receita.

**ESTADO DE SANTA CATHARINA**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS   | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|--|---------------|---------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |               |               |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de industria e profissões  | 2.370         | 2.500         | + 130                   | 13,17        | 13,89        |
| Imposto de exportação .....  | 4.400         | 3.880         | — 520                   | 24,44        | 21,56        |
| Imposto de transito .....  | 110           | 110           | —                       | 0,61         | 0,61         |
| Imposto de expediente .....  | 150           | 120           | — 30                    | 0,83         | 0,67         |
| Imposto de viação ferrea .....   | 130           | 130           | —                       | 0,72         | 0,72         |
| Taxa judiciaria .....  | 150           | 300           | — 150                   | 0,83         | 1,67         |
| Emolumentos sobre titulos de<br>terras .....   | 20            | 10            | — 10                    | 0,11         | 0,06         |
| Imposto de selo .....  | 1.250         | 700           | — 550                   | 6,95         | 3,89         |
| Imposto de patente por venda de<br>bebidas e fumo .....  | 790           | 790           | —                       | 4,39         | 4,39         |
| Taxas de heranças e legados....  | 750           | 300           | — 450                   | 4,17         | 1,67         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....  | 1.490         | 1.400         | — 90                    | 8,28         | 7,77         |
| Imposto territorial .....  | 3.100         | 3.400         | + 300                   | 17,22        | 18,89        |
| Imposto sobre mov., com. e in-<br>dustrial .....   | 310           | —             | — 310                   | 1,72         | —            |
| Taxa de viação terrestre .....   | 585           | 560           | — 25                    | 3,14         | 3,11         |
| Taxa de esgotos da capital.....  | 110           | 120           | + 10                    | 0,61         | 0,67         |
| Taxa de consumo d'agua da ca-<br>pital .....   | 220           | 230           | + 10                    | 1,22         | 1,28         |
| Renda da ponte Hercilio Luz....  | 230           | 230           | —                       | 1,28         | 1,28         |
| Divida coonial e venda de terras   | 80            | 20            | — 60                    | 0,44         | 0,11         |
| Taxa de metragem .....   |               |               |                         |              |              |
| Renda do serviço de expansão<br>agricola e pastoril .....  | 12            | 10            | — 2                     | 0,07         | 0,05         |
| Indenizações, restituções, dons<br>gratuitos, rendas dos proprios<br>estaduais e auxilios diversos.. | 3             | 10            | + 7                     | 0,02         | 0,05         |
| Beneficios das loterias .....  | 360           | 800           | + 440                   | 2,00         | 4,44         |
| Multas e descontos por infrações<br>regulamentares .....   | 560           | —             | — 560                   | 3,11         | —            |
| Cobrança da divida ativa .....   | 280           | 250           | — 30                    | 1,56         | 1,30         |
| Taxa de Cães .....   | 300           | 470           | + 170                   | 1,67         | 2,61         |
|  | 200           | 200           | —                       | 1,11         | 1,11         |
| <b>Transporta .....</b>  | <b>17.940</b> | <b>16.540</b> | <b>— 1.400</b>          | <b>99,67</b> | <b>91,89</b> |

ESTADO DE SANTA CATHARINA

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|---------------|---------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |               |               |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....  | 17.940        | 16.540        | — 1.400                 | 99,67         | 91,89         |
| Taxa de diversões .....   | 60            | 60            | —                       | 0,33          | 0,33          |
| Imposto sobre capital .....   | —             | 1.345         | + 1.345                 | —             | 7,47          |
| Renda da Penitenciaria da Pe-<br>dra Grande .....                   | —             | 20            | + 20                    | —             | 0,11          |
| Contribuição das Prefeituras para<br>o serviço de estatística ..... | —             | 35            | + 35                    | —             | 0,20          |
| <b>Total da Receita .....</b>                                       | <b>18.000</b> | <b>18.000</b> | <b>—</b>                | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |



**ESTADO DE SANTA CATHARINA**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932          | 1933          | Diferença  |     | Porcentagens (1) |               |
|---|---------------|---------------|------------|-----|------------------|---------------|
|   |               |               | em<br>1933 |     | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 1.171         | 1.268         | +          | 92  | 6,51             | 7,02          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 23            | 18            | —          | 5   | 0,13             | 0,10          |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 1.026         | 1.101         | +          | 135 | 5,70             | 6,45          |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 2.312         | 2.179         | —          | 133 | 12,84            | 12,11         |
| 5—Instrução Publica .....                             | 3.204         | 3.032         | —          | 172 | 17,80            | 16,84         |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 346           | 368           | +          | 22  | 1,92             | 2,04          |
| 7—Obras Publicas e Viação ....                        | 1.979         | 2.350         | +          | 371 | 10,99            | 13,06         |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | 1.098         | 1.136         | +          | 38  | 6,10             | 6,31          |
| 9—Serviço da divida externa...                        | 4.912         | 4.809         | —          | 103 | 27,23            | 26,72         |
| 10—Serviço da divida flutuante.                       | —             | —             | —          | —   | —                | —             |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 200           | 200           | —          | —   | 1,11             | 1,11          |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 850           | 725           | —          | 125 | 4,72             | 4,03          |
| 13—Instivos .....                                     | 493           | 370           | —          | 123 | 2,74             | 2,05          |
| 14—Subvenções e auxilios .....                        | —             | —             | —          | —   | —                | —             |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 336           | 339           | +          | 3   | 1,87             | 1,28          |
| 16—Juros diversos .....                               | 50            | 50            | —          | —   | 0,23             | 0,28          |
| 17—Outras despesas .....                              | —             | —             | —          | —   | —                | —             |
| <b>Total da Despesa fixada.</b>                       | <b>18.000</b> | <b>18.000</b> | <b>—</b>   |     | <b>100,00</b>    | <b>100,00</b> |

(1) — Porcentagens em relação á Receita.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|----------------|----------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |                |                |                         | 1932         | 1933         |
| Taxas de expediente .....   | 14.140         | 10.000         | — 4.140                 | 7,14         | 4,37         |
| Imposto de consumo .....  | 13.000         | 11.000         | — 2.000                 | 6,56         | 4,80         |
| Imposto sobre gado abatido ....   | 200            | 180            | — 20                    | 0,10         | 0,08         |
| Imposto de industria e profissões   | 10.000         | 9.500          | — 500                   | 5,05         | 4,15         |
| Imposto territorial .....   | 10.500         | 10.500         | —                       | 5,30         | 4,58         |
| Imposto do selo .....   | 2.500          | 3.500          | + 1.000                 | 1,26         | 1,53         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....   | 13.000         | 11.500         | — 1.500                 | 6,56         | 5,02         |
| Imposto de viagem .....   | 3.000          | 3.000          | —                       | 1,51         | 1,31         |
| Taxa judiciaria .....   | 1.300          | 1.200          | — 100                   | 0,66         | 0,52         |
| Taxa de consumo para consoli-<br>dação ferroviaria .....  | 5.000          | 3.000          | — 2.000                 | 2,52         | 1,31         |
| Imposto de pesagens de gado...  | 250            | 400            | + 150                   | 0,13         | 0,17         |
| Imposto escolar de 10 % (1933 e<br>hospitalar de 15 %) .....  | 5.000          | 6.347          | + 1.347                 | 2,52         | 2,77         |
| Imposto de cooperação de 2,5 %.   | 1.300          | 1.834          | — 118                   | 0,91         | 0,74         |
| Imposto profissional de 8 %...  | 1.500          | 1.000          | — 500                   | 0,76         | 0,44         |
| Imposto de 1 real por kilo de<br>mercadoria exportada, pelos<br>portos de Porto Alegre, Pelotas<br>e Rio Grande ..... | 400            | 350            | — 50                    | 0,20         | 0,15         |
| Taxa de 25 réis por kilo de herva<br>mate exportada .....   | 70             | 70             | —                       | 0,04         | 0,03         |
| Renda dos armazens nas mesas<br>de Renda .....  | 50             | 50             | —                       | 0,03         | 0,02         |
| Renda das oficinas da Casa de<br>Corregão .....   | 500            | 400            | — 100                   | 0,25         | 0,17         |
| Renda dos serviços do porto de<br>Porto Alegre .....  | 5.500          | 4.000          | — 1.500                 | 2,78         | 1,75         |
| Renda dos serviços do porto do<br>Rio Grande .....  | 4.300          | 3.000          | — 1.300                 | 2,17         | 1,31         |
| Renda do aumento de 2 % sobre<br>as taxas portuarias .....  | 196            | 196            | —                       | 0,10         | 0,09         |
| Renda dos serviços de viagem e<br>iluminação electrica do Rio<br>Grande .....   | 2.200          | 2.000          | — 200                   | 1,11         | 0,87         |
| Renda dos serviços inds. da Es-<br>tancia de Aguas de Iraí .....  | 50             | 50             | —                       | 0,03         | 0,02         |
| Renda da Viação Ferrea do Rio<br>Grande do Sul .....  | 65.889         | 61.273         | — 4.616                 | 33,27        | 26,75        |
| Juros e dividendos de capitais do<br>Estado .....   | 3.000          | 1.000          | — 2.000                 | 1,52         | 0,44         |
| <b>Transporta .....</b>   | <b>163.345</b> | <b>145.200</b> | <b>— 18.145</b>         | <b>82,48</b> | <b>63,39</b> |

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS   | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|----------------|----------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |                |                |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....   | 163.345        | 145.200        | — 18.145                | 82,48         | 63,39         |
| Mercados de frutos do Paiz ....  | 5              | —              | — 5                     | 0,00          | —             |
| Produto da venda de terras ....  | 2.000          | 1.300          | — 700                   | 1,01          | 0,57          |
| Renda dos alugueis de proprios<br>do Estado .....                              | 25             | 15             | — 10                    | 0,01          | 0,01          |
| Exploração de terras e matos do<br>Estado .....                                | 200            | 100            | — 100                   | 0,10          | 0,04          |
| Contribuição das municipalidades<br>para diversos serviços .....               | 3.000          | 3.000          | —                       | 1,52          | 1,81          |
| Contribuição de auxilios e conve-<br>nios com o Governo Federal..              | 375            | 36.717         | + 36.342                | 0,19          | 16,03         |
| Contribuição das Municipalidades<br>para o empréstimo interno de<br>1928 ..... | 1.577          | 1.617          | + 40                    | 0,80          | 0,71          |
| Contribuição de quotas de fisca-<br>lização .....                              | 604            | 500            | — 104                   | 0,31          | 0,22          |
| Contribuição do Hospital S. Pe-<br>dro .....                                   | 400            | 400            | —                       | 0,20          | 0,17          |
| Cobrança da divida ativa .....   | 1.600          | 2.000          | + 400                   | 0,81          | 0,87          |
| Produto da Loteria .....   | 4.100          | 3.000          | — 1.100                 | 2,07          | 1,31          |
| Taxa de barra .....  | 6.800          | 6.000          | — 800                   | 3,43          | 2,82          |
| Eventuais .....  | 2.000          | 2.000          | —                       | 1,01          | 0,87          |
| Produto provavel da liquidação<br>do Banco Pelotense .....                     | 12.000         | 27.051         | + 15.051                | 6,06          | 11,81         |
| Taxa de 6 réis por litro de vi-<br>nho exportado .....                         | —              | 150            | + 150                   | —             | 0,07          |
| <b>Total da Receita orçada ....</b>  | <b>198.031</b> | <b>229.050</b> | <b>+ 31.019</b>         | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|----------------|----------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |                |                |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 7.621          | 6.730          | — 891                   | 3,85             | 2,94          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 92             | 92             | —                       | 0,05             | 0,04          |
| 3—Justiça e Magistratura ....                         | 3.419          | 3.511          | + 92                    | 1,73             | 1,53          |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 21.956         | 21.985         | + 29                    | 11,09            | 9,60          |
| 5—Instrução Publica .....                             | 11.340         | 11.170         | — 170                   | 5,73             | 4,88          |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 3.808          | 3.987          | + 179                   | 1,92             | 1,74          |
| 7—Obras Publicas e Viação ....                        | 74.253         | 93.318         | + 19.065                | 37,50            | 40,74         |
| 8—Serviço da divida interna fundada .....             | 3.612          | 305            | — 3.247                 | 1,82             | 0,16          |
| 9—Serviço da divida externa...                        | 25.734         | 26.237         | + 503                   | 13,00            | 11,45         |
| 10—Serviço da divida flutuante.                       | 599            | 2.604          | + 2.005                 | 0,30             | 1,14          |
| 11—Exercicios findos, reposições e restituições ..... | 7.666          | 4.866          | — 2.800                 | 3,87             | 2,12          |
| 12—Arrecadação das Rendas....                         | 12.060         | 11.824         | — 236                   | 6,09             | 5,16          |
| 13—Inativos .....                                     | 3.094          | 6.366          | + 3.272                 | 1,56             | 2,78          |
| 14—Subvenções e auxilios .....                        | 1.434          | 1.600          | + 116                   | 0,75             | 0,70          |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 4.698          | 7.218          | + 2.520                 | 2,37             | 3,15          |
| 16—Juros diversos .....                               | 62             | 60             | — 2                     | 0,03             | 0,03          |
| 17—Outras despesas .....                              | 12.207         | 27.117         | + 14.910                | 6,16             | 11,84         |
| <b>Total da Despesa fixada.</b>                       | <b>193.705</b> | <b>229.050</b> | <b>+ 35.345</b>         | <b>97,82</b>     | <b>100,00</b> |

(1) — Percentagens em relação à Receita.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**

Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |              |
|---|----------------|----------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |                |                |                         | 1932         | 1933         |
| Imposto de Exportação .....   | 58.940         | 56.938         | — 2.002                 | 28,07        | 25,27        |
| Imposto territorial .....   | 16.400         | 17.000         | + 600                   | 7,81         | 7,54         |
| Imposto de industria e profissões   | 11.220         | 12.000         | + 780                   | 5,34         | 5,33         |
| Imposto sobre bebidas alcoolicas.   | 5.620          | 5.550          | — 70                    | 2,68         | 2,46         |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades .....                           | 10.640         | 12.500         | + 1.860                 | 5,07         | 5,55         |
| Imposto de novos e velhos direi-<br>tos .....                               | 2.400          | 2.200          | — 200                   | 1,14         | 0,98         |
| Imposto de selo .....   | 9.900          | 10.070         | + 170                   | 4,71         | 4,47         |
| Passagem em estradas de ferro.  | 2.400          | 2.200          | — 200                   | 1,14         | 0,98         |
| Estatística .....   | 65             | 65             | —                       | 0,03         | 0,03         |
| Adicionais de 10 % sobre diver-<br>sos impostos .....                       | 1.534          | 890            | — 644                   | 0,73         | 0,39         |
| Taxas de viagem .....   | 1.721          | 2.066          | + 345                   | 0,82         | 0,92         |
| Taxa de passagem de gado .....  | 15             | 10             | — 5                     | 0,01         | 0,00         |
| Taxa de automoveis .....  | 700            | 600            | — 100                   | 0,33         | 0,27         |
| Arrendamento de terrenos dia-<br>mantinos .....                             | 29             | 30             | + 1                     | 0,01         | 0,01         |
| Arrendamento de proprios do Es-<br>tado .....                               | 188            | 518            | + 335                   | 0,09         | 0,23         |
| Dividendo de ações e juros de<br>apólices do Estado .....                   | 1.000          | 1.000          | —                       | 0,48         | 0,44         |
| Renda da Rede Mineira de Via-<br>ção .....                                  | 40.000         | 40.000         | —                       | 19,05        | 17,75        |
| Renda da Navegação do Rio São<br>Francisco .....                            | 950            | 936            | — 14                    | 0,45         | 0,41         |
| Renda da Imprensa Oficial ....  | 2.871          | 3.100          | + 229                   | 1,37         | 1,38         |
| Renda de estabelecimentos do<br>Estado — Ensino .....                       | 2.140          | 1.501          | — 639                   | 1,02         | 0,67         |
| Renda de estabelecimentos do<br>Estado — Agricultura .....                  | 650            | 634            | — 22                    | 0,31         | 0,28         |
| Renda de estabelecimentos do<br>Estado — Assistência .....                  | 150            | 101            | — 49                    | 0,07         | 0,04         |
| Renda de estabelecimentos do<br>Estado — Estações hidro-mi-<br>nerais ..... | 700            | 476            | — 224                   | 0,33         | 0,21         |
| Loteria Mineira .....   | 1.080          | 1.200          | + 120                   | 0,51         | 0,53         |
| Juros e amortizações de empre-<br>sarios municipais .....                   | 3.500          | 3.500          | —                       | 1,67         | 1,55         |
| <b>Transporta .....</b>   | <b>174.814</b> | <b>175.085</b> | <b>+ 271</b>            | <b>83,24</b> | <b>77,69</b> |

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis  
 (Continuação)

| VERBAS   | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|--|----------------|----------------|-------------------------|---------------|---------------|
|  |                |                |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....   | 174.814        | 175.085        | + 271                   | 83,24         | 77,69         |
| Juros de depositos em bancos..                                 | 400            | 500            | + 100                   | 0,19          | 0,22          |
| Venda de maquinas, sementes, insecticidas e reprodutores ..... | 100            | 530            | + 430                   | 0,05          | 0,24          |
| Venda de terras e proprios do Estado .....                     | 2.500          | 1.500          | — 1.000                 | 1,19          | 0,67          |
| Quotas de fiscalisação .....                                   | 262            | 482            | + 220                   | 0,13          | 0,21          |
| Cobrança da divida ativa .....                                 | 3.500          | 3.500          | —                       | 1,67          | 1,55          |
| Reposições e restituções .....                                 | 300            | 16.000         | + 15.700                | 0,14          | 7,10          |
| Indenisações .....   | 250            | 450            | + 200                   | 0,12          | 0,20          |
| Multas .....   | 800            | 800            | —                       | 0,38          | 0,36          |
| Contribuição das Municipalidades                               |                |                |                         |               |               |
| Guarda Civil .....   | 20             | —              | — 20                    | 0,01          | —             |
| Entradas de origens diversas ...                               | 2.334          | 2.000          | — 334                   | 1,11          | 0,89          |
| Contribuição dos Municipios ...                                | 6.000          | 6.000          | —                       | 2,86          | 2,66          |
| Taxa da Defeza do Café .....                                   | 18.708         | 18.000         | — 708                   | 8,91          | 7,99          |
| Fundo Escolar .....  | —              | 500            | + 500                   | —             | 0,22          |
| <b>Total da Receita orçada .....</b>                           | <b>209.988</b> | <b>225.347</b> | <b>+ 15.359</b>         | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

ESTADO DE MINAS GERAIS

Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932           | 1933           | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|----------------|----------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |                |                |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 12.150         | 10.307         | — 1.843                 | 5,79             | 4,57         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 298            | 300            | + 2                     | 0,14             | 0,13         |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 5.420          | 5.415          | — 5                     | 2,58             | 2,40         |
| 4—Defesa e Segurança Pública.                         | 32.271         | 33.819         | + 1.548                 | 15,37            | 15,01        |
| 5—Instrução Pública .....                             | 32.274         | 30.734         | — 1.540                 | 15,37            | 13,64        |
| 6—Saúde Pública e Assistência.                        | 4.766          | 6.312          | + 1.546                 | 2,27             | 2,80         |
| 7—Obras Públicas e Viação ...                         | 45.107         | 52.478         | + 7.371                 | 21,48            | 23,29        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 20.947         | 31.198         | + 1.251                 | 14,26            | 13,84        |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 16.087         | 16.085         | — 2                     | 7,66             | 7,14         |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | 2.909          | 866            | — 2.043                 | 1,39             | 0,38         |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 328            | 283            | — 45                    | 0,16             | 0,12         |
| 12—Arrecadação das Rendas ....                        | 7.657          | 7.778          | + 121                   | 3,65             | 3,45         |
| 13—Inativos .....                                     | 2.718          | 3.215          | + 497                   | 1,29             | 1,43         |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | 5              | 6              | —                       | —                | —            |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 17.794         | 24.159         | + 6.365                 | 8,47             | 10,72        |
| 16—Juros diversos .....                               | 102            | 2.352          | + 2.250                 | 0,05             | 1,04         |
| 17—Outras despesas .....                              | —              | —              | —                       | —                | —            |
| <b>Total da Despesa fixada ....</b>                   | <b>209.833</b> | <b>225.306</b> | <b>+ 15.473</b>         | <b>99,93</b>     | <b>99,96</b> |

(1) Percentagens em relação à receita.

**ESTADO DE GOIÁS**  
**Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932  | 1933  | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens |       |
|---|-------|-------|-------------------------|--------------|-------|
|   |       |       |                         | 1932         | 1933  |
| Imposto de industria e profissões                 | 460   | 499   | + 39                    | 6,81         | 6,86  |
| Imposto territorial .....                         | 650   | 640   | — 10                    | 9,62         | 8,80  |
| Taxa de herança e legado .....                    | 110   | 120   | + 10                    | 1,63         | 1,65  |
| Novos e velhos direitos .....                     | 7     | 7     | —                       | 0,10         | 0,10  |
| Imposto de consumo .....                          | 3     | —     | — 3                     | 0,05         | —     |
| Imposto de transmissão de pro-<br>priedades ..... | 752   | 760   | + 8                     | 11,13        | 10,45 |
| Imposto do selo .....                             | 269   | 448   | + 179                   | 3,98         | 6,16  |
| Taxa sobre diploma de normalista                  | 2     | 2     | —                       | 0,03         | 0,03  |
| Venda de terra do Estado .....                    | 20    | 15    | — 5                     | 0,30         | 0,21  |
| Medição e demarcação de terras                    | 15    | 14    | — 1                     | 0,22         | 0,19  |
| Passagem de Rio .....                             | 19    | 20    | + 1                     | 0,28         | 0,27  |
| Cobrança da divida ativa do Es-<br>tado .....     | 100   | 150   | + 50                    | 1,48         | 2,06  |
| Taxa judiciaria .....                             | 19    | 20    | + 1                     | 0,28         | 0,27  |
| Taxa Escolar .....                                | 90    | 110   | + 20                    | 1,33         | 1,51  |
| Taxa de matriculas .....                          | 13    | 13    | —                       | 0,19         | 0,18  |
| Direitos sobre portos particulares                | 3     | 3     | —                       | 0,05         | 0,04  |
| Imposto sobre veículos .....                      | 28    | 35    | + 7                     | 0,41         | 0,48  |
| Imposto sobre xarqueadas ....                     | 60    | 60    | —                       | 0,89         | 0,83  |
| Imposto de exportação .....                       | 2.526 | 2.681 | + 155                   | 37,33        | 36,87 |
| Taxa adicional de 15 % sobre os<br>impostos ..... | 757   | 797   | + 40                    | 11,20        | 10,96 |
| Montepio dos empregados .....                     | 165   | 165   | —                       | 2,44         | 2,27  |
| Renda da Farmacia da Força Pu-<br>blica .....     | 20    | 20    | —                       | 0,30         | 0,27  |
| Venda de proprios e objetos do<br>Estado .....    | 3     | 23    | + 20                    | 0,04         | 0,32  |
| Renda de quotas de loterias ....                  | 38    | —     | — 38                    | 0,56         | —     |
| Taxa destinada á proflaxia da<br>lepra .....      | 8     | 10    | + 2                     | 0,12         | 0,14  |
| Transporta .....                                  | 6.137 | 6.612 | + 475                   | 90,82        | 90,92 |



ESTADO DE GOIÁS

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

(Continuação)

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|--------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |              |              |                         | 1932          | 1933          |
| Transporte .....  | 6.137        | 6.612        | + 475                   | 90,82         | 90,92         |
| Indenizações e restituições .....   | 47           | 40           | — 7                     | 0,70          | 0,55          |
| Rendas eventuais .....  | 82           | 150          | + 68                    | 1,21          | 2,06          |
| Assinaturas do "Correio Oficial"  | 18           | —            | — 18                    | 0,27          | —             |
| Renda da Imprensa Oficial ....  | 80           | 80           | —                       | 1,18          | 1,10          |
| Percentagens sobre as rendas dos<br>Municípios .....                                      | 300          | 200          | — 100                   | 4,44          | 2,75          |
| Depósitos — Cauções .....   | 56           | 40           | — 16                    | 0,83          | 0,56          |
| Depósitos — Cofre de Orfãos ...   | 17           | 25           | + 8                     | 0,25          | 0,34          |
| Contribuição do Município da Ca-<br>pital para pagamento da Ilumi-<br>nação publica ..... | 20           | —            | — 20                    | 0,30          | —             |
| Taxa itinerária .....   | —            | 25           | + 25                    | —             | 0,34          |
| Taxa sobre pé de café .....   | —            | 100          | + 100                   | —             | 1,38          |
| <b>Total da Receita orçada .....</b>  | <b>6.757</b> | <b>7.272</b> | <b>+ 515</b>            | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DE GOIÁS**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|--------------|--------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |              |              |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 641          | 656          | + 15                    | 9,49             | 9,02         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 655          | 703          | + 48                    | 9,70             | 9,67         |
| 4—Defesa e Segurança Pública:                         | 1.317        | 1.263        | — 54                    | 19,49            | 17,37        |
| 5—Instrução Pública .....                             | 1.536        | 1.568        | — 18                    | 23,47            | 21,56        |
| 6—Saúde Pública e Assistência.                        | 188          | 190          | + 2                     | 2,78             | 2,61         |
| 7—Obras Públicas e Viação ...                         | 905          | 921          | + 16                    | 13,39            | 12,67        |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 130          | 135          | + 5                     | 1,92             | 1,86         |
| 12—Arrecadação das Rendas ....                        | 802          | 851          | + 49                    | 11,87            | 11,70        |
| 13—Inativos .....                                     | 225          | 277          | + 52                    | 3,33             | 3,81         |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | 2            | —            | — 2                     | 0,03             | —            |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | —            | 12           | + 12                    | —                | 0,17         |
| 16—Juros diversos .....                               | 81           | 81           | —                       | 1,20             | 1,11         |
| 17—Outras despesas .....                              | —            | —            | —                       | —                | —            |
| <b>Total da Despesa fixada ....</b>                   | <b>6.532</b> | <b>6.657</b> | <b>+ 125</b>            | <b>96,67</b>     | <b>91,55</b> |

(1) Percentagens em relação à receita.

## ESTADO DE MATO GROSSO

### Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença |              | Percentagens  |               |
|---|--------------|--------------|-----------|--------------|---------------|---------------|
|   |              |              | em        | 1933         | 1932          | 1933          |
| Imposto de exportação .....   | 4.800        | 4.000        | —         | 300          | 43,29         | 47,34         |
| Imposto de industria e profissões                                       | 400          | 500          | +         | 100          | 4,03          | 5,92          |
| Imposto sobre criadores .....   | 300          | 200          | —         | 100          | 3,02          | 2,37          |
| Imposto sobre polateiros .....  | 16           | 10           | —         | 6            | 0,16          | 0,12          |
| Imposto territorial .....   | 1.000        | 700          | —         | 300          | 10,07         | 8,28          |
| Imposto de transmissão de propriedades ..                               | 800          | 700          | —         | 100          | 8,06          | 8,28          |
| Imposto de selo .....   | 300          | 300          | —         | —            | 3,02          | 3,55          |
| Imposto de 10 % sobre ouro e pedras preciosas extraídas no Estado ..... | 46           | —            | —         | 46           | 0,46          | —             |
| Imposto de sangue e matança de vaca .....                               | 30           | 40           | +         | 10           | 0,30          | 0,47          |
| Imposto sobre terras com títulos provisórios .....                      | 60           | 15           | —         | 45           | 0,60          | 0,18          |
| Imposto sobre terras com títulos definitivos não retirados .....        | 140          | 5            | —         | 135          | 1,41          | 0,06          |
| Taxa sobre viação nas estradas de ferro .....                           | 68           | 60           | —         | 8            | 0,69          | 0,71          |
| Taxa judiciária .....   | 86           | 100          | +         | 14           | 0,87          | 1,18          |
| Passagens de rios .....   | 20           | 10           | —         | 10           | 0,20          | 0,12          |
| Taxa de consumo de energia elétrica .....                               | 100          | 100          | —         | —            | 1,01          | 1,18          |
| Taxa de consumo de agua .....   | 100          | 100          | —         | —            | 1,01          | 1,18          |
| Renda da Tipografia Oficial ...   | 36           | 50           | +         | 14           | 0,36          | 0,59          |
| Arrendamento de terras .....  | 605          | 475          | —         | 30           | 5,09          | 5,62          |
| Vendas de terras devolutas ...  | 1.030        | 600          | —         | 430          | 10,37         | 7,10          |
| Venda de próprios e outros pertences do Estado .....                    | 5            | 5            | —         | —            | 0,05          | 0,06          |
| Cobrança da dívida ativa .....  | 200          | 200          | —         | —            | 2,01          | 2,37          |
| Eventual e multas .....   | 70           | 70           | —         | —            | 0,70          | 0,83          |
| Indenizações e alcances .....   | 20           | 30           | +         | 10           | 0,20          | 0,36          |
| Contribuição dos Municípios ...   | 300          | 150          | —         | 150          | 3,02          | 1,78          |
| Taxa escolar .....  | —            | 25           | +         | 25           | —             | 0,30          |
| Taxa sanitária .....  | —            | 5            | +         | 5            | —             | 0,06          |
| <b>Total da Receita orçada .....</b>                                    | <b>9.932</b> | <b>8.450</b> | <b>—</b>  | <b>1.482</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933**  
 Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932         | 1933         | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |              |
|---|--------------|--------------|-------------------------|------------------|--------------|
|   |              |              |                         | 1932             | 1933         |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 584          | 663          | + 79                    | 5,88             | 7,85         |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 18           | 18           | —                       | 0,18             | 0,21         |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 725          | 651          | — 74                    | 7,80             | 0,70         |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 1.622        | 1.137        | — 485                   | 16,33            | 13,46        |
| 5—Instrução Publica .....                             | 1.582        | 1.605        | + 23                    | 15,93            | 19,00        |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 153          | 193          | + 40                    | 1,54             | 2,28         |
| 7—Obras Publicas e Viagem ...                         | 727          | 839          | + 112                   | 7,82             | 9,93         |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 748          | 1.262        | + 514                   | 7,53             | 14,94        |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | 2.250        | —            | — 2.250                 | 22,65            | —            |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 40           | 115          | + 75                    | 0,40             | 1,36         |
| 12—Arrecadação das Rendas ....                        | 738          | 1.022        | + 289                   | 7,88             | 12,09        |
| 13—Inativos .....                                     | 499          | 525          | + 26                    | 5,03             | 6,21         |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | —            | 10           | + 10                    | —                | 0,12         |
| 16—Juros diversos .....                               | 104          | 87           | — 17                    | 1,05             | 1,03         |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | —            | —            | —                       | —                | —            |
| 17—Outras despesas .....                              | 97           | 140          | + 43                    | 0,98             | 1,66         |
| <b>Total da Despesa fixada ....</b>                   | <b>9.932</b> | <b>8.267</b> | <b>— 1.665</b>          | <b>100,00</b>    | <b>97,84</b> |

(1) — Percentagens em relação à Receita.

MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS ESTADUAIS ORÇADAS PARA 1932  
VALORES EM CONTOS DE REIS

| TÍTULOS                                    | AMAZONAS     | PARÁ          | MARANHÃO      | PIAUI        | CEARÁ         | R. G. DO NORTE | PARAÍBA       | PERNAMBUCO    | ALAGOAS       | SERGIPE      | BAÍA          | E. SANTO      | RIO DE JANEIRO | S. PAULO       | PARANÁ        | SANTA CATARINA | R. G. DO SUL   | M. GERAIS      | GOIÁS        | MATO GROSSO  | TOTAL            | N.º |
|--|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|------------------|-----|
| <i>Renda dos tributos:</i>                 |              |               |               |              |               |                |               |               |               |              |               |               |                |                |               |                |                |                |              |              |                  |     |
| 1 — Exportação .....                       | 3.313        | 5.040         | 1.818         | 1.580        | 6.244         | 4.735          | 6.630         | 18.313        | 4.265         | 3.118        | 21.255        | 19.000        | 25.562         | 115.000        | 15.261        | 4.400          | 16.378         | 77.708         | 2.916        | 4.300        | 357.931          | 1   |
| 2 — Indústria e profissões.....            | 1.313        | 1.800         | 1.037         | 1.620        | 3.095         | 750            | 2.500         | 4.859         | 1.464         | 1.998        | 11.290        | 1.000         | 3.906          | 16.100         | 2.964         | 2.680          | 12.050         | 11.000         | 532          | 716          | 82.674           | 2   |
| 3 — Consumo .....                          | 225          | 2.600         | 3.381         | 180          | 818           | 1.230          | 1.750         | 5.498         | 2.366         | 200          | 1.100         | —             | 1.896          | 13.600         | 3.182         | 790            | 18.205         | 5.720          | 72           | 76           | 62.479           | 3   |
| 4 — Transmissão de propriedade.....        | 225          | 500           | 476           | 150          | 783           | 330            | 832           | 3.106         | 812           | 611          | 5.625         | 1.000         | 5.077          | 34.000         | 3.216         | 2.240          | 15.625         | 11.605         | 991          | 800          | 88.004           | 4   |
| 5 — Territorial .....                      | 108          | 300           | 52            | 250          | 946           | 300            | 200           | 994           | 336           | 130          | 1.150         | —             | 2.800          | 8.300          | 1.800         | 3.100          | 11.813         | 16.000         | 747          | 1.200        | 49.926           | 5   |
| 6 — Predial .....                          | —            | —             | —             | —            | 1.021         | —              | —             | 2.422         | —             | 319          | —             | —             | —              | 19.000         | 1.018         | —              | —              | —              | —            | —            | 23.780           | 6   |
| 7 — Capital e renda — Diversos.....        | 164          | —             | 103           | —            | —             | 330            | 21            | 372           | 127           | 86           | 2.025         | —             | —              | 25.600         | 10            | —              | —              | 2.940          | —            | —            | 31.778           | 7   |
| 8 — Selo .....                             | 285          | 540           | 518           | 132          | 598           | 440            | 510           | 1.170         | 225           | 180          | 1.200         | 800           | 1.998          | 10.000         | 810           | 1.250          | 2.711          | 9.800          | 269          | 300          | 33.736           | 8   |
| 9 — Viagem e transportes.....              | —            | —             | —             | —            | —             | 150            | 330           | —             | 151           | 4            | 450           | —             | 553            | 10.000         | 900           | 805            | 3.000          | 2.640          | 19           | 88           | 19.090           | 9   |
| 10 — Circulação — Diversos.....            | —            | —             | —             | —            | —             | —              | 20            | —             | 22            | 15           | 100           | —             | 350            | 4.000          | 265           | 60             | —              | —              | 38           | —            | 4.870            | 10  |
| <b>Total da Renda dos tributos.....</b>    | <b>5.633</b> | <b>10.780</b> | <b>7.385</b>  | <b>3.912</b> | <b>13.505</b> | <b>8.265</b>   | <b>12.793</b> | <b>36.184</b> | <b>9.768</b>  | <b>6.661</b> | <b>45.380</b> | <b>21.800</b> | <b>41.642</b>  | <b>255.600</b> | <b>29.426</b> | <b>15.325</b>  | <b>79.782</b>  | <b>137.413</b> | <b>5.584</b> | <b>7.480</b> | <b>754.268</b>   |     |
| 11 — Renda industrial .....                | 671          | 4.550         | 5.200         | 450          | 911           | 228            | 1.370         | 11.316        | 416           | 522          | 6.337         | 1.570         | 2.635          | 105.200        | 815           | 545            | 82.366         | 47.481         | 238          | 236          | 273.657          | 11  |
| 12 — Renda patrimonial .....               | 381          | 1.000         | —             | 9            | 16            | 55             | 152           | 211           | 24            | 118          | 368           | 1.100         | 30             | 50             | 445           | 310            | 2.225          | 7.702          | 28           | 1.540        | 15.759           | 12  |
| 13 — Contribuições do Governo Federal..... | —            | —             | —             | 45           | 150           | —              | 227           | 200           | 400           | 75           | —             | —             | —              | —              | —             | —              | 375            | —              | —            | —            | 1.472            | 13  |
| 14 — Contribuições dos Municípios.....     | 400          | 1.500         | 410           | 150          | —             | 200            | 820           | 1.105         | 425           | 100          | 6.020         | 200           | 1.950          | —              | —             | —              | 4.577          | 6.020          | 800          | 300          | 24.477           | 14  |
| 15 — Contribuições — Diversas.....         | —            | —             | —             | —            | 60            | 150            | —             | 201           | —             | —            | —             | —             | 184            | 3.600          | —             | 560            | 4.704          | 780            | —            | —            | 10.230           | 15  |
| 16 — Cobrança da dívida ativa.....         | 269          | 300           | 137           | 70           | 286           | 30             | 200           | 3.670         | 250           | 350          | 4.200         | 300           | 610            | 3.000          | 1.310         | 300            | 1.600          | 3.500          | 100          | 200          | 20.682           | 16  |
| 17 — Obras de portos.....                  | —            | —             | —             | —            | —             | —              | —             | 3.500         | —             | —            | —             | —             | —              | —              | —             | —              | 6.800          | —              | —            | —            | 10.300           | 17  |
| 18 — Diversos .....                        | 208          | 1.030         | 268           | 364          | 98            | 151            | 508           | 3.377         | 846           | 421          | 4.450         | 720           | 4.959          | 33.470         | 1.280         | 960            | 15.602         | 7.092          | 512          | 176          | 76.492           | 18  |
| <b>Total da Receita.....</b>               | <b>7.562</b> | <b>19.160</b> | <b>13.400</b> | <b>5.000</b> | <b>15.026</b> | <b>9.079</b>   | <b>16.070</b> | <b>60.214</b> | <b>12.129</b> | <b>8.247</b> | <b>66.755</b> | <b>25.690</b> | <b>52.010</b>  | <b>400.920</b> | <b>33.276</b> | <b>18.000</b>  | <b>198.031</b> | <b>209.988</b> | <b>6.757</b> | <b>9.932</b> | <b>1.187.246</b> |     |

Figura, á parte, no orçamento de S. Paulo, a renda de \$2.500.000,00 Francos, com a qual se faz o serviço dos empréstimos de 1921, realizados em Libras, Dollars e Florins. Os adicionais não puderam ser incluídos nos impostos sobre que recaem, por falta de discriminação das respectivas importancias, figuram no titulo "Diversos".

MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS ESTADUAIS ORÇADAS PARA 1933  
VALORES EM CONTOS DE REIS

| VERBAS                                     | AMAZONAS | PARÁ   | MARANHÃO | PIAUI | CEARÁ  | R. G. DO NORTE | PARAÍBA | PERNAM-<br>BUCO | ALAGÓAS | SERGIPE | BAÍA   | E. SANTO | RIO DE<br>JANEIRO | S. PAULO | PARANÁ | SANTA<br>CATARINA | R. G. DO SUL | M. GERAIS | GOIÁS | MATO<br>GROSSO | TOTAL     | N.º |
|--|----------|--------|----------|-------|--------|----------------|---------|-----------------|---------|---------|--------|----------|-------------------|----------|--------|-------------------|--------------|-----------|-------|----------------|-----------|-----|
| <i>Renda dos tributos:</i>                 |          |        |          |       |        |                |         |                 |         |         |        |          |                   |          |        |                   |              |           |       |                |           |     |
| 1 - Exportação .....                       | 2.537    | 3.600  | 1.657    | 1.264 | 6.102  | 4.320          | 6.897   | 13.116          | 4.265   | 2.084   | 21.225 | 18.510   | 19.455            | 58.500   | 11.348 | 4.080             | 12.320       | 74.938    | 3.083 | 4.000          | 268.331   | 1   |
| 2 - Industria e profissões.....            | 1.275    | —      | 1.063    | 1.400 | 3.300  | 1.200          | 1.797   | 4.116           | 1.464   | 1.917   | 11.655 | 1.200    | 3.950             | 23.000   | 4.156  | 2.500             | 11.922       | 12.000    | 574   | 710            | 89.199    | 2   |
| 3 - Consumo .....                          | 390      | 2.450  | 3.818    | 390   | 852    | 1.725          | 1.720   | 5.337           | 2.366   | 550     | 2.000  | —        | 1.070             | 16.000   | 1.080  | 790               | 14.211       | 5.550     | —     | 40             | 60.339    | 3   |
| 4 - Transmissão de propriedade.....        | 316      | 400    | 375      | 122   | 827    | 422            | 715     | 2.722           | 812     | 657     | 4.800  | 1.500    | 4.800             | 28.000   | 2.400  | 1.700             | 14.433       | 12.950    | 994   | 700            | 79.645    | 4   |
| 5 - Territorial .....                      | 170      | 200    | 70       | 300   | 754    | 400            | 200     | 300             | 336     | 220     | —      | 500      | 3.000             | 40.500   | 1.200  | 3.400             | 12.336       | 17.000    | 736   | 700            | 82.322    | 5   |
| 6 - Predial .....                          | —        | —      | —        | —     | 1.114  | —              | —       | 2.472           | —       | 319     | —      | —        | —                 | 0.000    | 1.050  | —                 | —            | —         | —     | —              | 13.955    | 6   |
| 7 - Capital e renda - Diversos.....        | 90       | —      | —        | —     | —      | 1.055          | 5       | 322             | 127     | 84      | 2.500  | —        | —                 | 31.500   | 430    | 1.345             | —            | —         | —     | —              | 37.458    | 7   |
| 8 - Selo .....                             | 285      | 300    | 560      | 148   | 679    | 205            | 532     | 1.126           | 225     | 187     | 1.500  | 400      | 1.380             | 21.000   | 800    | 700               | 3.500        | 10.070    | 514   | 300            | 44.411    | 8   |
| 9 - Viagem e transportes.....              | —        | 25     | —        | 10    | —      | 130            | 336     | —               | 151     | 60      | 750    | —        | 750               | 67.000   | 840    | 800               | 3.000        | 4.866     | 60    | 70             | 78.848    | 9   |
| 10 - Circulação - Diversos.....            | —        | 5.000  | —        | 45    | 60     | —              | —       | 80              | 22      | 55      | —      | —        | 320               | 0.000    | 15     | 60                | 3.400        | 1.430     | 3     | —              | 19.490    | 10  |
| Total da Renda dos tributos.....           | 5.063    | 11.975 | 7.543    | 3.679 | 13.688 | 9.457          | 12.202  | 29.591          | 9.768   | 6.133   | 44.460 | 22.110   | 34.725            | 298.500  | 23.319 | 15.375            | 75.122       | 138.304   | 5.964 | 6.520          | 773.998   |     |
| 11 - Renda Industrial .....                | 935      | 3.960  | 5.489    | 705   | 975    | 390            | 1.041   | 11.099          | 416     | 376     | 7.350  | 3.595    | 4.039             | 129.700  | 1.251  | 620               | 71.369       | 47.278    | 127   | 255            | 281.970   | 11  |
| 12 - Renda patrimonial .....               | 101      | 1.200  | —        | 11    | 5      | 29             | 45      | 236             | 24      | 11      | 1.400  | 530      | 21                | 210      | 105    | 30                | 1.415        | 2.048     | 38    | 1.100          | 8.569     | 12  |
| 13 - Contribuições do Governo Federal..... | —        | —      | 150      | 70    | 100    | —              | 219     | 300             | 400     | —       | —      | 100      | —                 | —        | —      | —                 | 36.717       | —         | —     | —              | 38.056    | 13  |
| 14 - Contribuições dos Municípios.....     | 550      | 1.300  | 294      | 249   | 500    | 565            | 400     | 1.121           | 425     | 150     | 5.470  | 210      | 1.020             | —        | 550    | 35                | 4.617        | 6.000     | 200   | 150            | 23.806    | 14  |
| 15 - Contribuições - Diversas.....         | —        | —      | —        | —     | —      | —              | —       | 96              | —       | —       | —      | 50       | 4.204             | —        | —      | —                 | 500          | 482       | —     | —              | 5.292     | 15  |
| 16 - Cobrança da dívida ativa.....         | 251      | 150    | 200      | 90    | 400    | 200            | 290     | 4.108           | 250     | 350     | 4.050  | 200      | 3.450             | 4.000    | 1.260  | 470               | 2.000        | 3.500     | 150   | 200            | 25.569    | 16  |
| 17 - Obras de portos.....                  | —        | —      | —        | —     | —      | —              | —       | 3.100           | —       | —       | —      | —        | 1.700             | —        | —      | —                 | 6.000        | —         | —     | —              | 10.800    | 17  |
| 18 - Diversos .....                        | 884      | 664    | 968      | 720   | 260    | 1.115          | 472     | 4.195           | 846     | 1.094   | 5.330  | 1.305    | 3.487             | 24.350   | 1.438  | 1.470             | 31.310       | 27.235    | 793   | 225            | 108.151   | 18  |
| Total da Receita.....                      | 7.734    | 18.249 | 14.644   | 5.524 | 15.918 | 11.669         | 14.669  | 53.846          | 12.129  | 8.114   | 68.110 | 28.100   | 52.706            | 447.760  | 27.923 | 18.000            | 229.050      | 225.347   | 7.272 | 8.450          | 1.276.301 |     |



ESTADOS DO BRASIL

Confronto das Receitas orçadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| TÍTULOS                                   | 1932             | 1933             | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens  |               |
|---|------------------|------------------|-------------------------|---------------|---------------|
|   |                  |                  |                         | 1932          | 1933          |
| <i>Renda dos Tributos:</i>                |                  |                  |                         |               |               |
| 1—Exportação .....                        | 357.931          | 268.331          | — 89.600                | 30,15         | 21,03         |
| 2—Indústrias e profissões .....           | 82.674           | 89.199           | + 6.525                 | 6,96          | 6,99          |
| 3—Consumo .....                           | 62.479           | 60.339           | — 2.140                 | 5,26          | 4,73          |
| 4—Transmissão de Propriedade              | 88.004           | 79.645           | — 8.359                 | 7,41          | 6,24          |
| 5—Territorial .....                       | 49.926           | 82.322           | + 32.396                | 4,21          | 6,45          |
| 6—Predial .....                           | 23.780           | 13.955           | — 9.825                 | 2,00          | 1,09          |
| 7—Capital e Renda — Diversos              | 31.778           | 37.453           | + 5.680                 | 2,68          | 2,93          |
| 8—Selo .....                              | 33.736           | 44.411           | + 10.675                | 2,84          | 3,48          |
| 9—Viagem e Transportes .....              | 19.090           | 78.843           | + 59.753                | 1,61          | 6,18          |
| 10—Circulação — Diversos .....            | 4.870            | 19.490           | + 14.620                | 0,41          | 1,53          |
| <i>Total da Renda dos Tributos</i>        | <i>754.268</i>   | <i>773.998</i>   | <i>+ 19.730</i>         | <i>63,53</i>  | <i>60,65</i>  |
| 11—Renda Industrial .....                 | 273.557          | 281.970          | + 8.413                 | 23,04         | 22,09         |
| 12—Renda Patrimonial .....                | 15.759           | 8.559            | — 7.200                 | 1,33          | 0,67          |
| 13—Contribuições do Governo Federal ..... | 1.472            | 38.056           | + 36.584                | 0,13          | 2,93          |
| 14—Contribuições dos Municípios           | 24.477           | 23.806           | — 671                   | 2,06          | 1,87          |
| 15—Contribuições Diversas .....           | 10.239           | 5.392            | — 4.847                 | 0,86          | 0,42          |
| 16—Cobrança da Dívida Ativa ..            | 20.682           | 25.569           | + 4.887                 | 1,74          | 2,00          |
| 17—Obras de Portos .....                  | 10.800           | 10.800           | + 500                   | 0,87          | 0,85          |
| 18—Diversos .....                         | 76.492           | 108.151          | + 31.659                | 6,44          | 8,47          |
| <i>Total da Receita .....</i>             | <i>1.187.246</i> | <i>1.276.301</i> | <i>+ 89.055</i>         | <i>100,00</i> | <i>100,00</i> |



**MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ESTADUAIS FIXADAS PARA 1932**  
VALORES EM CONTOS DE REIS

| TÍTULOS   | AMAZONAS     | PARÁ          | MARANHÃO      | PIAUI        | CEARÁ         | B. G. DO NORTE | PARAÍRA       | PERNAMBUCO    | ALAGOAS       | SERGIPE      | BAÍA          | E. SANTO      | RIO DE JANEIRO | S. PAULO       | PARANÁ        | SANTA CATARINA | R. G. DO SUL   | M. GERAIS      | GOIÁS        | MATO GROSSO  | TOTAL            | N.º |
|---|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|------------------|-----|
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado       | 606          | 1.822         | 2.134         | 877          | 1.123         | 1.505          | 1.665         | 2.038         | 928           | 689          | 5.897         | 2.652         | 2.323          | 25.447         | 1.460         | 1.263          | 6.730          | 10.407         | 656          | 663          | 71.685           | 1   |
| 2—Poder Legislativo                             | 26           | —             | —             | —            | 7             | —              | —             | —             | —             | —            | 367           | —             | 121            | —              | 10            | 18             | 92             | 300            | —            | 18           | 959              | 2   |
| 3—Justiça e Magistratura                        | 612          | 1.002         | 1.026         | 433          | 784           | 673            | 784           | 2.254         | 608           | 568          | 3.081         | 1.088         | 1.953          | 3.116          | 1.520         | 1.161          | 3.511          | 5.415          | 703          | 651          | 36.003           | 3   |
| 4—Defesa e Segurança Pública                    | 581          | 1.975         | 1.904         | 1.078        | 2.560         | 1.640          | 3.253         | 9.821         | 1.782         | 1.643        | 9.069         | 3.972         | 5.295          | 67.978         | 5.143         | 2.179          | 21.985         | 33.819         | 1.263        | 1.137        | 178.077          | 4   |
| 5—Instrução Pública                             | 2.095        | 3.861         | 2.615         | 1.240        | 2.074         | 2.087          | 2.265         | 6.978         | 1.962         | 1.841        | 9.649         | 3.824         | 9.381          | 81.687         | 5.104         | 3.032          | 11.170         | 30.734         | 1.568        | 1.605        | 185.672          | 5   |
| 6—Saúde Pública e Assistência                   | 649          | 2.828         | 1.229         | 264          | 1.321         | 1.390          | 1.090         | 5.796         | 1.066         | 962          | 3.014         | 1.288         | 1.388          | 28.526         | 1.100         | 368            | 3.987          | 6.312          | 190          | 183          | 62.362           | 6   |
| 7—Obras Públicas e Viação                       | 952          | 2.338         | 2.691         | 515          | 2.102         | 1.034          | 1.769         | 14.572        | 781           | 242          | 8.664         | 3.639         | 9.039          | 98.428         | 2.351         | 2.350          | 93.318         | 52.478         | 921          | 839          | 297.023          | 7   |
| 8—Serviço da Dívida Interna                     | —            | —             | —             | 100          | 287           | 1.460          | 160           | 5.321         | 49            | 740          | 3.893         | 666           | 4.462          | 56.662         | —             | 1.136          | 365            | 31.198         | —            | 1.262        | 112.781          | 8   |
| 9—Serviço da Dívida Externa                     | —            | 1.245         | 1.185         | —            | 1.363         | 316            | —             | —             | 1.544         | —            | 4.219         | 3.405         | 3.000          | 88.500         | 6.872         | 4.809          | 26.237         | 16.085         | —            | —            | 163.785          | 9   |
| 10—Serviço da Dívida Flutuante                  | —            | 1.100         | 40            | —            | —             | —              | —             | —             | 705           | —            | 4.607         | —             | 385            | 15.200         | —             | —              | 2.604          | 866            | —            | —            | 25.507           | 10  |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições | 5            | 5             | 8             | 5            | 205           | 102            | 20            | 20            | —             | 105          | 2.040         | 2.311         | 830            | 5.500          | 2             | 200            | 4.866          | 283            | 135          | 115          | 16.807           | 11  |
| 12—Arrecadação das Rendas                       | 322          | 1.040         | 360           | 431          | 1.216         | 507            | 1.342         | 2.028         | 1.105         | 764          | 4.713         | 952           | 2.058          | 11.795         | 1.894         | 725            | 11.824         | 7.778          | 851          | 1.022        | 53.228           | 12  |
| 13—Inativos                                     | 1.369        | 1.379         | 1.185         | 429          | 1.217         | 575            | 781           | 2.877         | 1.036         | 771          | 4.153         | 1.046         | 1.530          | 12.984         | 1.888         | 370            | 6.366          | 3.215          | 277          | 625          | 48.903           | 13  |
| 14—Subvenções e Auxílios                        | —            | —             | —             | —            | —             | 8              | —             | —             | 98            | 2            | 50            | —             | 40             | —              | 12            | —              | 1.600          | 5              | —            | 10           | 1.825            | 14  |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda     | —            | —             | 131           | 120          | 464           | 446            | 905           | 1.128         | 400           | 174          | 1.552         | 3.234         | 2.439          | 15.418         | 187           | 339            | 7.218          | 24.159         | 12           | 87           | 53.413           | 15  |
| 16—Juros diversos                               | 2            | —             | —             | —            | 23            | 5              | 65            | —             | —             | —            | 45            | —             | 3.400          | 25.000         | 400           | 40             | 60             | 2.352          | 81           | —            | 31.483           | 16  |
| 17—Outras despesas                              | 5            | 595           | 2             | —            | 12            | 7              | 23            | 112           | 5             | 213          | —             | —             | —              | —              | —             | —              | 27.117         | —              | —            | 140          | 23.231           | 17  |
| <b>Total da Despesa Fixada</b>                  | <b>7.724</b> | <b>19.190</b> | <b>14.610</b> | <b>5.492</b> | <b>15.663</b> | <b>11.755</b>  | <b>14.072</b> | <b>53.846</b> | <b>12.129</b> | <b>8.114</b> | <b>68.013</b> | <b>28.077</b> | <b>52.695</b>  | <b>541.241</b> | <b>27.923</b> | <b>18.000</b>  | <b>229.050</b> | <b>225.306</b> | <b>6.657</b> | <b>8.287</b> | <b>1.367.724</b> |     |

Nota — O serviço da dívida externa é o que está estimado no orçamento, e não o que devia ser de acordo com os contratos e a taxa de câmbio atual.

MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ESTADUAIS FIXADAS PARA 1933

VALORES EM CONTOS DE REIS

| TÍTULOS   | AMAZONAS     | PARÁ          | MARANHÃO      | PIAUI        | CEARÁ         | E. G. DO NORTE | PARAÍRA       | PERNAMBUCO    | ALAGOAS       | SERGIPA      | BAÍA          | E. SANTO      | RIO DE JANEIRO | S. PAULO       | PARANÁ        | SANTA CATARINA | R. G. DO SUL   | M. GERAIS      | GOIÁS        | MATO GROSSO  | TOT(L            | N.º |
|---|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|------------------|-----|
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado       | 733          | 1.341         | 1.599         | 600          | 886           | 905            | 1.565         | 3.076         | 928           | 629          | 5.530         | 2.373         | 1.935          | 28.571         | 1.596         | 1.171          | 7.621          | 12.150         | 461          | 584          | 74.934           | 1   |
| 2—Poder Legislativo                             | 26           | —             | —             | —            | 6             | 7              | —             | 71            | —             | —            | 356           | 23            | 154            | —              | 10            | 23             | 92             | 298            | —            | 18           | 1.084            | 2   |
| 3—Justiça e Magistratura                        | 597          | 954           | 938           | 435          | 910           | 646            | 756           | 2.049         | 663           | 511          | 2.762         | 1.028         | 2.007          | 9.530          | 1.488         | 1.026          | 3.419          | 5.420          | 655          | 725          | 36.519           | 3   |
| 4—Defesa e Segurança Pública                    | 535          | 1.388         | 1.537         | 948          | 2.224         | 1.140          | 3.622         | 10.258        | 1.782         | 1.576        | 9.412         | 4.066         | 5.005          | 67.654         | 6.900         | 2.312          | 21.956         | 32.271         | 1.317        | 1.622        | 176.425          | 4   |
| 5—Instrução Pública                             | 1.838        | 4.141         | 1.900         | 1.067        | 2.569         | 1.499          | 2.287         | 7.085         | 1.962         | 1.731        | 9.650         | 3.925         | 8.274          | 82.537         | 4.926         | 3.204          | 11.340         | 32.274         | 1.586        | 1.582        | 185.407          | 5   |
| 6—Saude Pública e Assistência                   | 431          | 2.386         | 938           | 218          | 715           | 853            | 1.145         | 6.717         | 1.066         | 332          | 3.042         | 989           | 1.259          | 26.611         | 1.417         | 346            | 3.803          | 4.766          | 188          | 153          | 57.330           | 6   |
| 7—Obras Públicas e Viagem                       | 889          | 3.753         | 2.595         | 531          | 1.107         | 472            | 1.790         | 12.760        | 781           | 554          | 5.697         | 4.410         | 4.424          | 91.504         | 2.520         | 1.979          | 74.253         | 45.107         | 905          | 727          | 256.763          | 7   |
| 8—Serviço da Dívida Interna                     | —            | —             | 140           | 200          | 287           | 840            | 1.760         | 4.902         | 49            | 510          | 9.443         | 684           | 6.202          | —              | —             | —              | 3.612          | 29.947         | —            | 743          | 60.372           | 8   |
| 9—Serviço da Dívida Externa                     | —            | 1.289         | 1.500         | —            | 1.360         | 1.039          | —             | 7.747         | 1.544         | —            | 4.213         | 2.445         | 15.517         | 108.175        | 8.000         | 4.912          | 25.734         | 16.087         | —            | —            | 199.567          | 9   |
| 10—Serviço da Dívida Flutuante                  | —            | 150           | 20            | —            | —             | —              | —             | 1.993         | 705           | —            | 3.888         | —             | 5              | —              | —             | —              | 599            | 2.909          | —            | 2.250        | 12.519           | 10  |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições | 5            | —             | 8             | 5            | 205           | 130            | 30            | 7.265         | —             | 205          | 2.040         | 1.300         | 923            | 6.500          | 82            | 200            | 7.666          | 323            | 130          | 40           | 27.062           | 11  |
| 12—Arrecadação das Rendas                       | 597          | 1.071         | 624           | 511          | 1.072         | 732            | 1.372         | 2.448         | 1.105         | 756          | 4.473         | 767           | 2.077          | 11.092         | 2.224         | 850            | 12.060         | 7.657          | 802          | 783          | 53.073           | 12  |
| 13—Inativos                                     | 1.361        | 1.422         | 1.154         | 415          | 732           | 575            | 673           | 2.522         | 1.026         | 791          | 4.260         | 650           | 1.323          | 11.743         | 1.156         | 493            | 3.094          | 2.718          | 225          | 499          | 36.847           | 13  |
| 14—Subvenções e Auxílios                        | —            | 163           | —             | —            | 3             | —              | 37            | 246           | 98            | 32           | 50            | 20            | 30             | —              | 12            | —              | 1.484          | 5              | 2            | —            | 2.237            | 14  |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda     | —            | 4             | —             | 50           | 401           | 215            | 859           | 1.753         | 400           | 357          | 1.542         | 2.443         | 2.870          | 7.277          | 204           | 336            | 4.693          | 17.794         | —            | 104          | 41.402           | 15  |
| 16—Juros diversos                               | 2            | —             | —             | —            | 2             | 5              | —             | 60            | —             | —            | 150           | 70            | —              | —              | 350           | 50             | 62             | 102            | 81           | —            | 924              | 16  |
| 17—Outras despesas                              | 5            | 816           | 10            | —            | 7             | —              | 5             | —             | 5             | 213          | 30            | —             | —              | —              | 56            | —              | 12.207         | —              | —            | 97           | 13.501           | 17  |
| <b>Total da Despesa</b>                         | <b>7.029</b> | <b>18.833</b> | <b>13.013</b> | <b>4.980</b> | <b>12.486</b> | <b>9.053</b>   | <b>15.901</b> | <b>70.957</b> | <b>12.129</b> | <b>8.247</b> | <b>66.598</b> | <b>25.643</b> | <b>52.010</b>  | <b>450.994</b> | <b>30.026</b> | <b>18.000</b>  | <b>193.705</b> | <b>209.833</b> | <b>6.532</b> | <b>6.932</b> | <b>1.235.971</b> |     |

No orçamento de São Paulo figuram, englobadas, as importancias destinadas ao serviço de dívida.

No orçamento de Goiás figuram, englobadas, em "juros diversos", as importancias destinadas ao serviço da dívida interna.

## ESTADOS DO BRASIL

### Confronto das Despesas fixadas para 1932 e 1933

Em Contos de réis

| VERBAS  | 1932             | 1933             | Diferença<br>em<br>1933 | Percentagens (1) |               |
|---|------------------|------------------|-------------------------|------------------|---------------|
|   |                  |                  |                         | 1932             | 1933          |
| 1—Poder Executivo e Secretarias de Estado .....       | 74.934           | 71.685           | — 3.249                 | 6,31             | 5,62          |
| 2—Poder Legislativo .....                             | 1.084            | 959              | — 125                   | 0,09             | 0,07          |
| 3—Justiça e Magistratura .....                        | 36.519           | 36.003           | — 516                   | 3,08             | 2,82          |
| 4—Defesa e Segurança Publica.                         | 176.425          | 178.077          | + 1.652                 | 14,86            | 13,95         |
| 5—Instrução Publica .....                             | 185.407          | 185.672          | + 265                   | 15,62            | 14,55         |
| 6—Saude Publica e Assistencia.                        | 57.330           | 62.362           | + 5.032                 | 4,83             | 4,89          |
| 7—Obras Publicas e Viação ...                         | 256.763          | 297.023          | + 40.260                | 21,63            | 23,27         |
| 8—Serviço da dívida interna fundada .....             | 60.372           | 112.761          | + 52.389                | 5,08             | 8,84          |
| 9—Serviço da dívida externa...                        | 199.567          | 163.785          | — 35.782                | 16,81            | 12,83         |
| 10—Serviço da dívida flutuante.                       | 12.519           | 25.507           | + 12.988                | 1,05             | 2,00          |
| 11—Exercícios findos, reposições e restituições ..... | 27.062           | 16.807           | — 10.255                | 2,28             | 1,32          |
| 12—Arrecadação das Rendas ....                        | 53.078           | 53.228           | + 150                   | 4,47             | 4,17          |
| 13—Inativos .....                                     | 36.847           | 43.903           | + 7.056                 | 3,10             | 3,44          |
| 14—Subvenções e auxílios .....                        | 2.237            | 1.825            | — 412                   | 0,19             | 0,14          |
| 15—Desenvolvimento da produção e propaganda .....     | 41.402           | 58.413           | + 17.011                | 3,49             | 4,58          |
| 16—Juros diversos .....                               | 924              | 31.483           | + 30.559                | 0,08             | 2,47          |
| 17—Outras despesas .....                              | 13.501           | 28.231           | + 14.730                | 1,14             | 2,21          |
| <b>Total da Despesa fixada ....</b>                   | <b>1.235.971</b> | <b>1.367.724</b> | <b>+ 131.753</b>        | <b>104,11</b>    | <b>101,17</b> |

NOTA — (1) Percentagens em relação à Receita.

2 — No orçamento do Estado de São Paulo para 1932 figuram englobadas na dívida externa as importancias destinadas ao serviço da dívida interna.